



o grande tema

A Juventude da Beira Interior Sul (BIS)



ANA ALVIM

Nas Genebres e na Viola Beiroa que acompanham as danças em honra da Senhora dos Altos Céus, no Adufe “cantor mor” da Senhora do Almortão, acompanhados por vezes pelos “sons roncós” da Zamburra, encontramos as sonoridades mais genuínas da riquíssima cultura popular e musical da raia beiroa, ícones fortes da singular identidade destas terras.



E o futuro?

António Realinho
Director da ADRACES

Estimadas leitoras e leitores: o número 2 da Revista VIVER está nas vossas mãos, se acharem que o merece; divulguem, comentem, reajam discordando ou concordando. Quem reage tem opinião! Quem cala consente! Ser pessoa exige afirmação do que se pensa e sente.

Queremos dizer-vos que depositamos grandes expectativas nas vossas reacções, nas de todos os leitores, mas, muito particularmente, nas dos leitores da BIS – Beira Interior Sul.

Nós, os que vivemos as nossas vidas pelas “veredas da Raia Centro Sul”, temos que ser os actores desta “peça”; os outros, os de fora, são as testemunhas do nosso desempenho e, na melhor das hipóteses, cúmplices e apoiantes dos nossos esforços.

A “BIS” Beira Interior Sul, não é para nós, ADRACES, uma simples Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos (NUT III), é infinitamente mais do que isso. É o nosso território com tudo o que nele existe, com as pessoas em primeiro lugar. Lutar pela melhoria dos meios e das condições de vida das pessoas, sobretudo das mais isoladas e situadas à margem dos centros mais povoados e dinâmicos da BIS, é a nossa razão de existir!

Estes quatro Concelhos que compõem o território da BIS, todos pertencentes ao mesmo Distrito, mas unidos por uma continuidade territorial bem demarcada entre a fronteira com Espanha, a Serra da Gardunha, o Tejo e a grande zona do Pinhal, com uma entidade cultural bem vincada, têm de continuar a desenvolver as parcerias existentes, de forma a criar cada vez mais complementaridades e coesão, sob risco de aprofundar assimetrias internas capazes de comprometer o sucesso dos mais fortes e condenar a emergência das dinâmicas de progresso dos mais frágeis.

Durante o próximo ano, provavelmente lá para o segundo semestre, terá início o

próximo QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, (nova designação que substitui a de Quadro Comunitário de Apoio). A partir dessa data, devem ficar abertas as possibilidades de apresentar candidaturas para o financiamento de projectos no âmbito dos diferentes programas elaborados pelo Estado Português. Pensamos ser útil aproveitar este período de transição para reflectir sobre o muito que há a fazer, consertar prioridades, estabelecer o aproveitamento de sinergias existentes no conjunto, identificar possíveis economias de escala e, de uma maneira inteligente, avançar para um tipo de planificação mais participada, capaz de aproveitar com mais eficácia os recursos que estarão disponíveis.

Se todos nos empenharmos neste objectivo, pensamos existirem presentemente as condições facilitadoras de entendimentos profícuos entre os diferentes protagonistas do Poder Local da BIS e, entre estes e as organizações da nossa Sociedade civil. A nós, como Associação de Desenvolvimento do território, emanada essencialmente dos seus poderes autárquicos, compete-nos chamar a atenção sobre este importante aspecto da planificação do futuro próximo do território, reafirmando a nossa disponibilidade para, sem prejuízo para a nossa própria responsabilidade, contribuir para o melhor aproveitamento possível deste (talvez último) período de apoio comunitário ao nosso desenvolvimento.

Pensamos ser oportuno lançar algumas acções concretas que sirvam para dar início a este processo, interessando-nos particularmente todas as questões mais directamente ligadas às Comunidades Rurais, sem esquecer que na BIS não devemos separar a “gema” da clara, se queremos que este espaço seja integrado social e economicamente como um “ovo”. ❁



ANA ALVIM

- | | |
|--|--|
| <p>01 DO DIRECTOR
E O FUTURO?</p> <p>03 DO EDITOR
Para que se saiba, esta revista não é...</p> <p>04 TEM A PALAVRA
Joaquim Morão.</p> <p>06 QUIOSQUE DA “BIS”</p> <p>07 TRIBUNA DA CIDADANIA
Joaquim Cabral, uma vida
ao compasso da música.</p> <p>09 GRANDE TEMA
A Juventude da Beira Interior Sul – BIS</p> | <p>32 INOVADORES E PIONEIROS
Vila de Rei, um episódio excessivamente
mediatizado ou uma estratégia pioneira
de desenvolvimento local ?</p> <p>40 TEORIAS E PRÁTICAS
DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> <p>45 NÓS ADRACES</p> <p>48 OS NOSSOS PARCEIROS</p> <p>49 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>50 SENTIR A BEIRA</p> <p>53 ATIRANDO PEDRINHAS NA POÇA.</p> |
|--|--|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Design e Direcção Gráfica: Adriano Rangel § **Foto da Capa e Contra-capas:** Ana Alvim § **Paginação / Produção Gráfica:** Isto é, comunicação visual, lda · Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 · 4000-485 Porto § **Colaboradores neste número:** Abel Cuncas, Aida Rechená, Ana Paula Fitas, Assunção Pedrosa, Cecília Fraga, Celso Lopes, Clárisse Santos, Companhia de Teatro Cães à Solta, Domingos Santos, Filipa Fonseca, Isabel Adónis, Jaime Pires, Lopes Marcelo, Marta Santos, Martine Theveniaut, Miguel Nascimento, Paulo Pinto, Pedro Barreira, Raquel Maurício, Sandra Vicente.

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo provisório na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul · Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal:** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 3000 exemplares

Para que se saiba, esta revista não é...



Camilo Mortágua
Editor-geral

Esta revista é... não é... talvez venha a ser, menos ou mais do que aquilo que desejámos. Contudo, sabemos que nunca será, sob pena de se decretar a sua morte muito mais facilmente do que programámos a sua nascença, uma revista generalista a concorrer com o rico e extenso leque da imprensa regional.

Cada ofício necessita dos seus instrumentos de trabalho. A ADRACES, Associação Regional de Desenvolvimento, cujo “ofício” é animar a auto-estima das populações rurais da BIS (Beira Interior Sul) e dinamizar e promover o desenvolvimento local das suas Vilas e Aldeias Rurais, necessita da “VIVER Vidas e Veredas da Raia” como o agricultor necessita da “enxada” e do “semeador”.

Como “enxada”, para cavar no terreno social, técnico e cultural, as ignorâncias, receios e obstáculos que nos impedem o desabrochar de novas capacidades e competências, promovendo todas as discussões e debates necessários.

Como “semeador”, para espalhar novos conhecimentos e experiências que possam fazer emergir novas atitudes individuais e colectivas.

- É uma revista (instrumento de trabalho) também e sobretudo para os animadores locais da ADRACES, para facilitar-lhes a identificação de líderes locais de opinião e acção, para promover socialmente pessoas e casos merecedores do reconhecimento público, implicando o mais possível cada pessoa nos objectivos estratégicos do desenvolvimento das suas comunidades.
- É uma revista que quer provocar reflexão e discussão sobre as maneiras de preservar os valores estruturantes da nossa identidade, utilizando-os como elementos determinantes da nossa evolução para a desejada modernidade.
- É uma revista para “mostrar” aos olhos de quem não nos conhece, fora da região e do País, o que a BIS tem de bom.

- É uma revista que procura exemplificar com a qualidade das pessoas e seus percursos de vida, mais do que com os seus eventuais sucessos de rápido enriquecimento.
- É uma revista que faz a pedagogia do SER, sem fazer do TER o critério primeiro e único da avaliação do VIVER de cada um.
- É uma revista que, até pela sua periodicidade, não pode ser genericamente informativa da actualidade. A sua missão principal é fazer a pedagogia do Desenvolvimento Local em meio Rural, com rigoroso respeito e transparente neutralidade político-partidária.
- É uma revista aberta a estabelecer as mais abrangentes e diversas parcerias e colaborações com todos os interessados nos temas específicos que vamos tratando.

OLHANDO PARA TRÁS AINDA “OS VELHOS DA RAIA”

Fizemos, como se impunha, a nossa autocrítica ao primeiro número. Concordámos na necessidade de ser muito menos “pesados”, em todos os sentidos! Mais do que detalhar aqui todos os pequenos pormenores que desejamos melhorar, esperamos corrigir os defeitos que já detectámos e ter a capacidade de jamais nos darmos por satisfeitos.

“Os velhos da raia”, grande tema do primeiro número, bem como as questões ligadas aos “Grandes temas” que se seguirão, não devem ser vistas como abordagens acabadas, abordagens sobre temas que, uma vez publicados, não se pensa mais nas questões que levantam! Pelo contrário, cada grande tema é por nós considerado como a abertura de um debate, como o início de um processo do qual, a prazo, devem resultar iniciativas que contribuam para diminuir os bloqueios que impedem ou dificultam as soluções possíveis. ✿

Joaquim Morão

Uma força da natureza da raia beiroa

CMCB



Contextualizando: No primeiro número, demos a palavra à Presidente da Câmara de V. Velha de Ródão, por ser o Concelho sede da ADRACES. Nesta edição, solicitamos a palavra ao Presidente da Câmara de Castelo Branco senhor Joaquim Morão, autarquia que exerce, no presente período, a Presidência da Direcção da ADRACES. Contamos poder apresentar nos próximos números as opiniões dos Presidentes de Idanha-a-Nova e de Penamacor, completando assim a ronda das entidades colectivas sócias fundadoras da ADRACES.

TEM A PALAVRA O PRESIDENTE:

VIVER – Senhor Presidente, tendo em consideração a sua disponibilidade de tempo, seremos breves, limitando-nos a colocar tão só quatro questões: O Senhor, que foi um dos impulsionadores e fundadores deste projecto, já lá vão uns bons doze anos, que apreciação faz hoje do percurso e importância da ADRACES para o desenvolvimento da Beira Interior Sul?

Joaquim Morão – É verdade, este é um Projecto do qual nos orgulhamos de ter sido um dos fundadores. Hoje podemos considerar a ADRACES como uma agência regional de desenvolvimento ao nível de uma NUT III que engloba os quatro Municípios da Beira Interior Sul: Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, com relações de cooperação que vão muito para além deste espaço a nível nacional e europeu. É uma Associação que gere financiamentos comunitários aplicados a projectos locais, quer próprios quer de terceiros, vocacionados para valorização do Desenvolvimento Rural nas suas diversas vertentes, em especial, as da valorização daquilo que de melhor temos nas nossas terras, ou seja, as competências das pessoas, os costumes e valores da nossa identidade cultural e patrimonial, e os nossos produtos rurais. A ADRACES, para além disso, tem

sabido diversificar as suas actividades e maneiras de intervir de que é exemplo esta bela Revista, destinada a apoiar as suas capacidades de sensibilização das pessoas para atitudes de maior iniciativa e empenho em desenvolver os nossos territórios. Esta Associação é um dos elementos da nossa estratégia e desempenha um papel muito importante. Estamos disponíveis para continuar a fortalecer a ADRACES de maneira a que ela ganhe cada vez maior capacidade de intervenção.

V. – Em seu entender, qual é o papel que deve e/ou pode desempenhar a Capital do Distrito na criação de sinergias capazes de influenciar todo o Distrito?

J.M. – Vejamos, penso que, quando nos empenhamos em obter infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento de Castelo Branco, tais como a auto-estrada, a electrificação da linha férrea ou o acesso ao gás natural, entre outras, estamos a reforçar a voz do conjunto de autarcas, dos empresários e das populações, não só do Distrito, mas de toda a região, contribuindo com a especificidade da nossa experiência para o sucesso das justas reivindicações de todos. Sabe... aquele velho ditado que diz “cria fama e deita-te a dormir” é falso! Quem se deitar a dormir depressa perde a fama e o proveito. O exemplo do trabalho feito é que pode levar longe e aos ouvidos certos... a nossa voz!



V. – Sabemos que no contexto distrital existem outras cidades com atractividades próprias, mas, tendo em consideração a responsabilidade territorial da ADRACES a sul da Gardunha, especificamente em relação às zonas rurais da Beira Interior Sul, que mais poderá ou não fazer Castelo Branco pela coesão social e económica deste espaço territorial de identidade cultural tão singular no panorama dos hábitos e costumes nacionais?

J.M. – O Concelho de Castelo Branco é hoje o Concelho mais populoso, com maior desenvolvimento económico e social e mais massa crítica, dos quatro Concelhos que compõem a Beira Interior Sul. O Concelho de Castelo Branco, ao criar cada vez mais riqueza, cada vez mais emprego, ao ter uma estratégia de criar cada vez mais emprego, está a influenciar a diminuição do desemprego nos outros Concelhos, permitindo que as pessoas venham trabalhar para Castelo Branco e continuem a residir nos seus Concelhos de origem. Aqui

a estratégia é a de fortalecer cada vez mais a Cidade de Castelo Branco, que é a grande fornecedora de trabalho desta Região. É aqui que se criam cada vez mais postos de trabalho, é aqui que os empresários investem cada vez mais. Os empresários investem lá onde as acessibilidades, as infra-estruturas, o acesso aos serviços essenciais e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada existem (por isso é que o Politécnico é tão importante). É isto que acontece com todas as capitais regionais do tipo de Castelo Branco. Castelo Branco, ao conseguir criar uma imagem positiva, induz essa mesma imagem aos Concelhos vizinhos.

V. – Senhor Presidente, face aos números do último censo, podemos concluir que oferta de emprego de Castelo Branco ainda não é suficiente para travar o despovoamento dos Concelhos eminentemente rurais da BIS?

J.M. – Estou convencido que a realidade actual é bem diferente e muito mais equilibrada. Apesar disso, convém sublinhar que não

é nosso propósito transformar os outros Concelhos em Comunidades “dormitórios” assegurando-lhes total oferta de emprego! Em primeiro lugar, trabalhamos para C. Branco que é a nossa primeira e directa responsabilidade, mas, sempre defendi e defendo, que cada Município deve identificar e desenvolver capacidades para definir e executar a sua própria estratégia. Como bem devem saber, as mais recentes correntes de opinião a nível europeu reivindicam, para as novas políticas de Desenvolvimento Rural, o princípio de que a coesão social das regiões da Europa deve começar ao nível das NUTS III. Também partilho dessa premissa, por isso entendo que nesta NUT III, que é a Beira Interior Sul, muito teremos de fazer, uns e outros, também a ADRACES, mas principalmente as autarquias e as diferentes instituições públicas e privadas, para colmatar os défices de articulação e planificação concertada ainda existentes, apesar do enorme caminho percorrido nesse sentido. ☘



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

O Namoro, o Casamento e o Luto de Alcafozes

Quando um rapaz de uma aldeia vizinha pretendia namorar com alguma rapariga de Alcafozes, tinha de pagar um preço para tal, pois os rapazes da aldeia estavam em primeiro lugar. A isto chamava-se o "Piso", que consistia em pagar na taberna aos rapazes solteiros cinco litros de vinho e uns petiscos. Se por acaso entre os presentes o rapaz de fora tivesse amigos, o preço poderia ser reduzido para dois litros de vinho. Só depois desta cerimónia é que o rapaz podia ir namorar à vontade, sem ser incomodado.

Quando chegava o casamento, os pais do noivo costumavam acertar-se com os pais da noiva para combinar os preparativos do casamento e a data deste. Tal era comunicado ao padre da freguesia e a partir daqui decorriam três pregões. O primeiro pregão seria no primeiro domingo após a combinação, que seria lido pelo padre após a missa e que constituía o anúncio público de que se iria realizar um casamento em breve. Nos chamados pregões do meio, ocorridos no segundo domingo, adoçavam-se tremoços para distribuir aos convidados e dava-se pão-leve às madrinhas (da noiva e do noivo). A noiva distribuía os tremoços e o pão-leve acompanhada por duas solteiras, as chamadas "cancheiras", pelas casas dos convidados.

Este gesto significava que as pessoas contempladas seriam convidadas para a boda. Ao terceiro domingo confirmava-se a data do casamento, que poderia ser daí a oito ou quinze dias. Após os pregões, os noivos iam de casa em casa convidar formalmente as pessoas para o casamento, e costumava-se dizer: "ao dia... vamo-nos casar. Faz favor de nos acompanhar, almoçar e jantar na nossa companhia". Em tempos idos, o casamento podia realizar-se num dia da semana. O que significava que quem andava ao jornal perdia o dia, quem tinha patrão pedia dispensa. Mas era habitual casar ao sábado ou ao domingo.

Durante o luto, os homens usavam o gorjete, que era um peitilho usado sobre a camisa. As mulheres usavam um lenço preto apertado no queixo. Por cima da cabeça um xaile igualmente preto e o luto variava consoante o parentesco:

Pais – 3 anos.

Irmãos – 1 ano e meio.

Sogros – 9 meses.

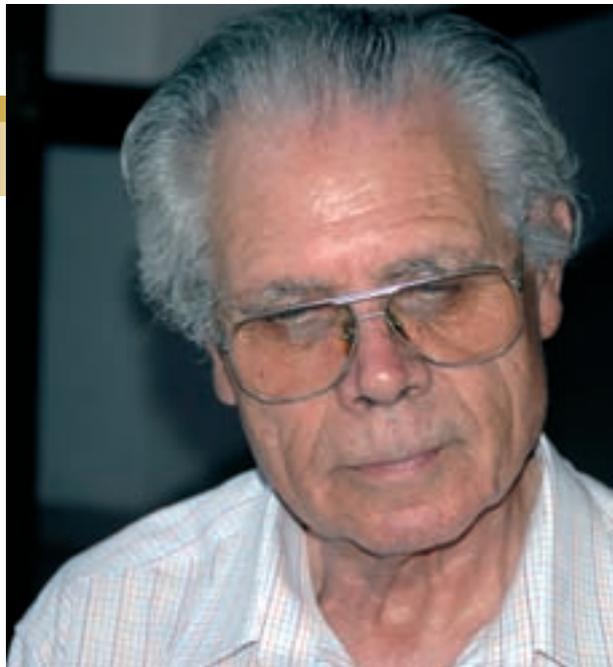
Filhos – para o resto da vida.

Primos – 6 meses.

Cônjuge – para o resto da vida. ☞



ADRACES



Uma vida ao compasso da música

Tem 77 anos, mas quem olha para o seu rosto já algo esculpido pelas tramas da vida, porém banhado por uma jovialidade luminosa no olhar, não lhe adivinha a idade. Dono de uma visão extraordinária e fora do comum para a música, recusa-se prontamente a admitir que nasceu com um dom. Prefere antes arriscar que a sua vida o presenteou com uma pequena habilidade, que em nada pode ser comparada aos verdadeiros génios da música, como Mozart, Richard Wagner ou Tchaikovsky. A sua força de carácter reside desde sempre na sua humildade genuína, que lhe permite admirar os melhores, sem reservas, mas que não o impede de seguir o caminho da exigente perfeição. Assim é Joaquim Cabral, mestre da Banda Filarmónica de Louriçal do Campo.

Depois de uma infância calcorreada pelos ritmos calmos que caracterizam as vivências da aldeia, Joaquim Cabral entra, aos nove anos, como aprendiz na Filarmónica da terra que o viu nascer, Louriçal do Campo, no concelho de Castelo Branco. Na altura, o seu pai pertencia à Comissão de Apoio para a criação da colectividade e daí provém o seu primeiro contacto com a música. Mas não foi uma caminhada fácil. As artes musicais não eram encaradas como uma fonte válida de sustento, antes resultavam de espíritos sonhadores. “Não tenho posses para te manter a estudar numa escola de música”, costumava dizer-lhe o pai, que ensinou o filho a ser pedreiro e o obrigou a desenvolver a actividade até atingir a maioridade. Joaquim desdobrava as horas do dia para que, além de fazer a vontade ao pai, conseguisse praticar, nos tempos livres, o seu sonho na Filarmónica.

Com somente 15 anos era um aluno que não passava despercebido ao ouvido sensível dos mais conhecedores. Os mestres e os regentes que iam passando pela Banda já não dispensavam a sua ajuda para dar aulas de solfejo e de como tirar cavas das partituras aos elementos menos experientes do grupo. “Ó rapaz,

tenho aqui esta partitura...tira-me lá um papel para trombone”, “Ó moço, vai lá dar lição àquele menino”, pediam-lhe, amiúde. Daí a substituir o regente da Banda em caso de ausência foi um pequeno passo. Estava na flor da idade dos seus 18 anos.

Entretanto conheceu uma moça da terra. A sua alma preencheu-se, o amor tomou-lhe o coração. Casou. Quando já tinha a sua filha mais velha, contava ele 24 anos, surgiu a oportunidade de ingressar na Banda da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa. Foram tempos difíceis, esses. Esteve três longos meses longe da sua esposa e da menina, ainda pequena. Foi o tempo necessário para que conseguisse estabelecer uma nova vida na capital portuguesa, digna de receber os seus dois tesouros.

A Banda da Companhia de Carris contribuiu de forma decisiva na formação musical de Joaquim Cabral. O estudo e treino intensos permitiram que o jovem se aventurasse pelos caminhos da composição. Começou por escrever algumas partituras simples e a instrumentá-las. Aos poucos ganhou a confiança suficiente para que não deixasse morrer o gosto, contando, hoje em dia, com uma vasta panóplia de músicas da sua autoria, desde marchas de rua a marchas fúnebres. A sua estada de 10 anos em Lisboa permitiu ainda o aperfeiçoamento em clarinete e em outros instrumentos de sopro habituais nas Filarmónicas.

Mas o destino quis que ele voltasse ao seu território raiano. O regresso ficou escrito em 1964, quando a Banda do Instituto de São Fiel procurava um novo regente e o convidou a concorrer ao cargo. Joaquim Cabral entrou e aí permaneceu até à data da sua aposentação. Durante esse período de tempo, concluiu igualmente com aproveitamento o 5º Ciclo de Aperfeiçoamento de Regentes, promovido pelo INATEL, em Lisboa. Esse foi, talvez, o seu ciclo de vida mais intenso e produtivo, uma vez que foi também convidado como regente para as Filarmónicas do Retaxo, de Idanha-a-Nova, de Silveiras

e da Covilhã. Em todas elas havia um músico mais habilitado que saía com as respectivas Bandas na sua ausência.

A vinda para o Louriçal marcou ainda o seu retorno à Banda Filarmónica da povoação, onde os primórdios da sua habilidade para a música tinham despertado. Agora, o mestre iria ajudar a despertar os dons mais tímidos e adormecidos que permaneciam incólumes pela aldeia.

ADRACES



A LUTA PELA BANDA DA TERRA

É pessoa muito respeitada no Louriçal. Por velhos e novos. Todos valorizam o seu carácter de ferro, que parece resistir a qualquer intempérie da existência e que sempre tem luta contra ventos destrutivos que, por mais de uma vez, ameaçaram ruir a harmonia da Filarmónica.

Pela Banda, chegou a estar cerca de 70 horas fora de casa, pulando de aldeia em aldeia, de actuação em actuação. Dormiu com o grupo em palheiros, sujeitou-se a alimentação deficiente, a

demasiadas noites mal dormidas. A sua memória gravou com mais intensidade um dia em que acompanhou, logo de madrugada, os seus músicos a pé até à freguesia da Póvoa do Rio de Moinhos, que dista perto de 15 quilómetros do Louriçal. A festa prolongou-se até altas horas do dia seguinte, mas um longo caminho de regresso os esperava. Só com sorte conseguiam, de quando em vez, arranjar uma carroça para os transportar.

Fez muitos sacrifícios pela Filarmónica. Nem sempre lhe foi reconhecido o mérito do esforço. E, embora a Banda fizesse sucesso por onde passasse, não raras vezes o mestre sentiu tentação de deitar por terra tudo o que o seu suor ajudou a erguer. No momento seguinte, porém, a recompensa surgia, na maior parte das vezes, num modesto mas gratificante assomo. Joaquim Cabral há-de sempre lembrar, com uma emoção que lhe embarga a voz, o dia em que, numa Festa de São Fiel, os jovens que se divertiam no arraial começaram a cantar com a Banda, criando um ambiente sonoro único. O espectáculo foi, obviamente, agraciado com enorme ovação e o re-

gente sentiu, de novo, reflorescer um ânimo revigorado, que parecia começar a esbater-se.

Por amor à música, por amor ao ensino da música e pela paixão arreigada que sente pela sua terra, Joaquim Cabral lutou sempre para que a única colectividade resistente no Louriçal do Campo não perdesse a vida. Ainda hoje, o mestre continua a transmitir diariamente a sua sabedoria aos cerca de 30 elementos que compõem o grupo actual. E, essencialmente, gosta do que faz. “Diz que ninguém está contente com o trabalho que possui, mas eu gosto do meu trabalho”, salienta, com merecido orgulho.

Não tem qualquer problema em assumir que o seu elevado grau de exigência o leva, por vezes, a ferver em pouca água. Os ralhos têm de existir em certos casos mais lassos e preguiçosos; em pessoas que, segundo o regente, podem e devem fazer mais. É o seu sentido de perfeccionismo que sobressai, nestas alturas, e que faz dele um grande professor e amigo. E não há actuação, normalmente nos concertos, em que não suba ao palco com um nervoso miudinho a incomodar-lhe o estômago.

Hoje, já praticamente não sai com a Banda. Começa a sentir que a sua idade já não permite grandes ausências. Além disso, a sua esposa encontra-se doente e a precisar continuamente dos seus cuidados. As suas três filhas têm vida já estabelecida, duas delas em Lisboa, pelo que se torna difícil estarem presentes na velhice dos pais.

Depois de cerca de 30 anos seguidos com a Banda Filarmónica do Louriçal a seu cargo, pensa que pode estar para breve a sua saída. Mas tem alguém, alguém do seu sangue, alguém a quem ama verdadeiramente, que poderá dar continuidade ao seu meritório trabalho: a sua filha que está a viver em Castelo Branco e que toca na Banda nas horas vagas, tal como o seu pai fazia noutros tempos, caminhando por entre partituras ao compasso da música da vida. ❀

Filipa Minhós

ANA ALVIM

A Juventude da BIS



Introdução ao grande tema

ANA ALVIM



Honra, apoio e reconhecimento do mérito, aos que ficam, aos que voltam, e aos que agora chegam!

Estas páginas são dedicadas ao merecido reconhecimento da juventude da BIS que, “contra ventos e mares”, optou por dizer aos caminhos de saída, aquilo que José Régio dizia no seu Cântico Negro, aos que o convidavam a “ir por ali”: *–.../ não sei por onde vou, não sei para onde vou, sei que não vou por aí! prefiro escorregar nos becos lamacentos, redemoinhar aos ventos, como farrapos, arrastar os pés sangrentos, a ir por aí /...–* obviamente não podemos aqui mostrar todos os que por cá estão e ainda “não foram por aí”.

Arbitrariamente, como quem vai à caça (salvo seja), lá fomos descobrindo, pelas “Veredas” da Raia, “Vidas” Jovens, com histórias exemplares, dignas de serem divulgadas, não porque sejam excepcionais, mas por serem símbolos indiciadores de algumas esperanças em evitar o despovoamento absoluto e a subsequente desertificação das Vilas e Aldeias da Beira Interior Sul (BIS).

Não estão cá todos... mas todos os que estão, sendo poucos, representam, para nós, todos os outros: do jovem pastor aos professores; das trabalhadoras rurais da apanha do tabaco aos jovens que desejam trabalhar na animação rural; do jovem cozinheiro empresário de sucesso aos empresários do centro de estudos “Crocoeduca”; das campeãs de equitação e judo à queijeira e à comerciante de informática, também empresárias; dos actores do Cães à Solta aos jovens empresários da construção civil; dos jovens estudantes de Penamacor e S. Vicente da Beira em vias de entrarem no mercado trabalho ou continuar os estudos, até ao “ferrador ambulante de cavalos”; dos jovens aurtacas de Malpica do Tejo ao “Tonho” futebolista de Penamacor. Eis a nossa selecção jovem da BIS.

Sublinhamos, pensamos que esta é apenas uma micro amostra do que seria possível reconhecer e divulgar.

Dentro da própria ADRACES existe uma equipa jovem de muito valor, cujas vidas são igualmente dignas de reconhecimento. Ficará para outra oportunidade.

Mas, como alguns disseram, já não bastam os que por cá ficaram!

Dados os condicionalismos presentes, por um lado, e, por outro, a necessidade de manter a mobilidade sempre útil ao enriquecimento da formação dos jovens, há quem pense que as políticas e medidas de estímulo à fixação dos que por cá nascem não serão suficientes para inverter a tendência para o despovoamento.

Para alcançar o objectivo duma inversão da tendência actual, será necessário conjugar as políticas de estímulo à “retenção”, com políticas e medidas de apoio e estímulo à atracção de novos residentes. É certo que não basta fazer o diagnóstico e “passar a receita”; é necessário saber quem, onde, como e com quê “comprar os remédios para curar a doença”.

Aos jovens de hoje não basta decidir ficar. Para a sua decisão ser útil, a si próprios e aos seus filhos, têm que ser capazes de, pelo exemplo das suas vidas, criar elementos positivos para a imagem global da BIS, de forma a contribuir para a sua atractividade.

Mais do que esperar pelas decisões e apoios de poderes alheios, a Juventude da BIS depende dela própria para construir o futuro das suas vidas e terras. Esperamos que, pouco a pouco, ou ao ritmo que lhes seja possível, por iniciativa própria individual ou colectiva, os jovens da BIS se animem a usar esta Revista para, em comum ou simplesmente através dela, lançarem as discussões que entenderem, em relação ao seu viver presente e futuro.

Terminamos com aquela frase do jovem de Penamacor: - *“não faz falta emprego, o que falta é quem crie empregos!”* ❁

Compreender a Desertificação Contributo Para uma Estratégia de Fixação Populacional



Um país, enquanto sentimento e representação, é a articulação que cada cidadão faz da imagem de um determinado território associado a um sentimento de pertença. Enquanto entidade política, um país resulta de um espaço geográfico cuja ocupação social é administrativamente gerida pelos governos que o representam enquanto Estado.

Na composição do tecido social de um país há geralmente, por via dos efeitos das dinâmicas sociais determinadas por razões económicas e políticas, assimetrias demográficas e de distribuição populacional que conduzem os países à desertificação, vulnerabilizando as suas populações pela fragmentação da sua identidade nacional, das identidades regionais e da própria identidade cultural que desagrega progressivamente o sentimento de pertença essencial à integração social e à participação cívica.

Em termos de assimetrias demográficas, a gravidade do problema pode chegar a casos extremos como o é, na actualidade, o da China onde o número de mulheres é de tal modo baixo (em consequência da política de natalidade assente no filho único e da valorização cultural da existência de nascimentos masculinos que conduziu à prática abortiva das crianças de sexo feminino que as tecnologias permitem prever) que está em risco a sua capacidade de reprodução social (problema que agrava a sua já imensa massa de emigrantes e que leva a situações sociais de risco como o sequestro e tráfico das mulheres existentes, naturalmente proibido e penalizado pelas autoridades). Este exemplo é útil para percebermos a importância da relação entre a legislação existente e as práticas sociais correntes. Em Portugal, são, contudo, as dicotomias entre o rural e o urbano e entre o interior e o litoral que mais e melhor reflectem, em termos de assimetrias demográficas, a problemática do envelhecimento populacional e, em termos

de distribuição populacional, a da desertificação. O principal problema que se coloca ao nosso país e, em particular, às nossas regiões do interior é, por isso, uma questão de revitalização social que remete, por um lado, para a problemática da saúde mental pública e, por outro, para a do repovoamento.

Quando falo em saúde mental pública, neste contexto, refiro-me ao facto do envelhecimento populacional fazer emergir representações sociais negativas resultantes de baixos níveis de auto-estima provocados pelo ambiente depressivo da anomia social, do isolamento e da frequência da morte e da doença como fenómenos sociais próprios das sociedades envelhecidas. A persistência destas ocorrências sistemáticas e sem padrão alternativo na vivência colectiva dada a ausência de jovens e crianças cujas dinâmicas atenuam o impacto social da morbidez introduzida pela elevada taxa de idosos socialmente inactivos e cuja representação social dominante é nos nossos dias a da inutilidade social, cria condições endémicas de reprodução psicossocial de estados depressivos que justificam, no caso concreto de Portugal, o elevado consumo de medicamentos direccionados para estas patologias bem como fenómenos extremos de suicídio que, em certas regiões do país, se configuram como comportamentos culturais.

A outra vertente do problema, a do repovoamento, é assim aquela a que deveremos prestar particular atenção dado permitir a construção de respostas para as questões já enunciadas. O problema do repovoamento é o da renovação da utilidade do território e o da revitalização do espaço social. Enfrentar a desertificação significa assim, em termos de uso do espaço, um esforço no desenvolvimento de estratégias

que é, actualmente, determinante para a construção da Europa Social e está já consagrada como princípio fundamental do Direito Comunitário. Refira-se a este propósito que, entre as tradicionais discriminações a combater (sexo, raça ou etnia, crença ou religião, orientação sexual), consta a proibição da discriminação etária já transposta, no domínio do acesso ao emprego, para o Direito Nacional através dos ar-



capazes de tornar produtivo e rentável o uso do espaço para fins económicos (designadamente, de acordo com as competências geo-climáticas nacionais, agrícolas e turísticas) e, em termos de revitalização do espaço social, implicam a criação de condições objectivas e subjectivas para o estabelecimento e fixação populacional de jovens e emigrantes, ou seja, dos grupos socialmente disponíveis para o efeito.

Para a promoção eficaz de mecanismos de atracção populacional capazes de fixarem localmente indivíduos e agregados familiares enquanto factores que garantem a reprodução social das comunidades disseminadas pelo território nacional é, antes de mais, necessária a construção de representações sociais da qualidade de vida que associem a vivência fora das concentrações urbanas à saúde, à ecologia, à cultura e ao lazer. Ora, este fenómeno só decorrerá da concretização de uma articulação conjunta de políticas de criação de emprego e habitação enquanto factores materiais que viabilizam as requeridas condições não-materiais inerentes ao reconhecimento do bem-estar social desejado.

Neste sentido, é indispensável a criação de uma consciência social da utilidade da inclusão e da integração sociais assente na valorização da Não-Discriminação

tigos 22º e 23º do Código do Trabalho... no entanto, basta-nos ler os anúncios de oferta de emprego para nos depararmos com a condição etária geralmente situada entre os 30 e os 35 anos!

Na realidade, para uma construção eficaz da coesão social nacional devemos investir, prioritariamente, a par das referidas políticas de emprego e habitação, em políticas educativas de formação e qualificação que permitam, a partir do respeito pela diversidade, uma verdadeira reestruturação social capaz de corrigir os desequilíbrios demográficos e de ordenamento do território através de uma pedagogia e cultura das políticas regionais que os agentes de desenvolvimento local podem e devem protagonizar valorizando e promovendo a diversidade e a intergeracionalidade como princípios activos de cidadania essenciais à sobrevivência económica e à preservação das identidades das populações que são um processo contínuo e dinâmico em construção e não uma realidade estática a conservar... porque a Vida não é uma peça de museu mas sim, uma criação interactiva quotidiana de que todos devemos participar no livre exercício do nosso quinhão de direitos e responsabilidades... Por um mundo, um país e uma região melhores... para Todos! ✿



A Memória, o Tempo e os Jovens

Vivemos num mundo caracterizado pela globalização, pela massificação e mediatização. As consequências deste facto para a nossa cultura, património e memória são avassaladoras.

Podemos sem muito esforço identificar várias: a uniformização das referências culturais com o aparecimento de ícones e modelos à escala global; a aniquilação da noção de tempo dada a rapidez com que tudo muda à nossa volta; a substituição da nossa memória pelas memórias “televisivas” e “virtuais”.

A MEMÓRIA:

Já em 1984, Pierre Nora afirmava que a memória verdadeira¹ estava a desaparecer e a ser substituída pela memória arquivística. Esta declaração mantém-se e acentua-se. Existe hoje a tendência para a memória externalizada (filmada, gravada, arquivada).

Ao “delírio colectivo de salvaguarda”², sucede o desejo de tudo esquecer, o que se vê e o que se lê, porque sabemos que a informação estará sempre disponível e fácil de encontrar na Internet, por onde “surfamos”, mas não retemos, não só por ser impossível memorizar toda a informação, como seleccionar a mais relevante e decisiva.

O TEMPO:

Alguns autores, como Michel Thévoz³, traçam um quadro quase apocalíptico da nossa sociedade actual: sob o efeito daquilo a que chama comunicação instantânea e telepatia planetária, o Tempo está prestes a implodir. Como consequência, os cidadãos ficam sem memória e uniformizam-se tanto no “look” como na cultura.

Vivemos a era do instantâneo generalizado, homogéneo e amnésico, correndo o risco de destruir a multidimensionalidade das sociedades humanas, que constitui a nossa maior riqueza em termos culturais e patrimoniais.

A ausência do tempo conduz à ausência de memória. A ausência de memória à ausência de identidade.

OS JOVENS:

Os jovens são o grupo mais susceptível de ser influenciado por esta tendência e quem mais facilmente adere à globalização que traz como consequências a perda da memória, a amnésia cultural, a falta de identidade, com a consequente sensação de estar perdido.

Compete às instituições da Memória – entre elas os museus – salvaguardar as diferenças, aquilo que nos distingue, que nos dá a identidade e que constitui património colectivo, através da implementação de acções de educação patrimonial.

A educação patrimonial visa sensibilizar relativamente ao Património, apropriá-lo enquanto referente identitário e valorizá-lo enquanto elemento que nos distingue e nos congrega.

A educação patrimonial ensina a respeitar e salvaguardar o património e o passado, mas também os valores, os modos de vida e as culturas de hoje, na sua diversidade.

Precisamos despertar os Jovens para estas questões, de forma a conseguirmos um equilíbrio saudável entre os valores uniformizadores da “aldeia global” e os valores distintivos, particulares das nossas comunidades locais. ☸

Aida Rechená

Mestre em Museologia e Directora do Museu
de Francisco Tavares Proença Júnior

¹ Pierre Nora afirma que a memória verdadeira ou espontânea se encontra “réfugiée dans le geste et l’habitude, dans les métiers où se transmettent les savoirs du silence, dans les savoirs du corps, les mémoires d’imprégnation et des savoirs réflexes...” » In : NORA, Pierre. (1984). *Les lieux de mémoire. I. La République*, pp. XXV, éditions Gallimard, Paris.

² Sobre este assunto: “Remise en boîtes”, catálogo da exposição do Musée d’ethnographie de Neuchâtel, 2005.

³ THÉVOZ, Michel. (1995). *Requiem pour la différence*. P. 200. Ed. Musée d’ethnographie de Neuchâtel : Neuchâtel.



ANA ALVIM

“Por tanto gostar do campo...

...e sentir um grande aborrecimento na escola, mais por gosto do que por necessidade, por cá fiquei nesta vida que não troco por nada”.

Quando a carrinha da ADRACES se aproximou do portão duma propriedade privada dos arredores da Zebreira, um potro, que perto da entrada pastava, relinchou-nos as boas vindas.

Uns olhos particularmente repletos de vivacidade e até de alguma malandrice, espreitaram com curiosidade quem se aproximava. Filipe já nos esperava, mas uma ponta de desconfiança sobressaía por entre o seu jeito descontraído, talvez porque esteja pouco habituado a que lhe façam perguntas sobre a sua vida.

Filipe Jesus Alves Monteiro nasceu na Zebreira, concelho de Idanha-a-Nova, há 22 anos atrás. Desde sempre se lembra do pai trabalhar aquelas terras, umas próprias outras de renda, semeando cereais e criando ovelhas. Filipe sempre se sentiu atraído por aquela liberdade de correr campos fora atrás do gado e, quando o Pai se sentiu diminuído pela doença, surgiu a oportunidade para mais facilmente justificar a conciliação da escola com o trabalho de pastor. Para além de alimentarem os animais com os recursos que o seu pedaço de terra ia produzindo, partiam logo de manhã cedo para a meia dúzia de hectares a que vão tendo direito da Herdade da Zebreira, um conjunto de vastíssimos terrenos que foram doados à Junta de Freguesia local, mas que, todos os anos, são distribuídos e utilizados pelos agricultores e criadores de gado da povoação. Depois o rapaz voltava para ir à escola e regressava aos campos pela tardinha para recolher as ovelhas com o pai.

Aos poucos, o ensino começou a passar para segundo plano na vida do jovem Filipe. **“Estudei só até ao sexto ano em Idanha-a-Nova, tinha eu uns 15 anos. Não porque tivesse dificuldades em aprender, mas porque sentia um grande aborrecimento em lá andar”**, confessa o pastor, acrescentando que, na altura, o pai não gostou muito da ideia, mas que “lá acabou por aceitar”.

Entretanto, a situação de saúde do pai piorou, acabando por

ter de se reformar por invalidez. A mãe, desde então, teve de deitar mãos ao trabalho para que os filhos nunca passassem necessidade. Actualmente, está a trabalhar através de um programa operacional nas piscinas municipais da localidade. O irmão mais novo de Filipe encontra-se a frequentar o oitavo ano e ajuda na pastagem dos animais sempre que pode.

“A vida não está fácil. O país está a atravessar uma grande crise”, diz Filipe, acrescentando que a criação de gado não é já o negócio rentável de há alguns anos atrás. Ainda assim afirma que é pastor “mais por gosto do que por necessidade”. “Desde pequeno que lido com as ovelhas, pelo que me afeiçoei aos animais”, revela, enquanto vai dando uma espreitadela às ovelhas e às suas crias que descansam sob a frescura das árvores frondosas da quinta.

E se lhe surgisse uma oportunidade na vida para sair para uma grande cidade e ganhar muito mais dinheiro do que na Zebreira? Aí Filipe é peremptório: “Não largava esta vida por nada. Gosto do campo. E mesmo o meu irmão, que tem mais estudos do que eu, não sei se se aceitaria”.

“QUERO CONCLUIR O NONO ANO PARA TIRAR O CURSO DE JOVEM AGRICULTOR”

O negócio do pai, ao qual Filipe pretende dar continuidade, detém um espólio de 200 ovinos. A fonte principal de rendimento é o leite de ovelha, que vendem a 75 cêntimos o litro. Filipe ainda se lembra de vender o leite a 180 escudos, “mas o preço de venda tem descido muito, afectando gravemente os produtores”.

O processo de ordenha ainda é todo feito à mão, não há qualquer recurso a meios mecânicos, uma vez que na “Herdade ainda não há electricidade”. Em uma hora e meia ou duas horas no máximo, pai e filho conseguem cerca de 91 litros de leite para venda.

Outra parte do rendimento da actividade é obtida pela venda de borregos, a 25 euros cada. O jovem pastor salienta que é também uma fonte de receita muito importante, na medida em que consegue desfazer-se de mais de 100 destes animais por ano.

E se nem tudo na vida de quem se dedica à criação de gado são rosas, Filipe deixou claro que não pretende desistir do sector. Pelo contrário, tem já planos para que o negócio na família possa chegar ainda a bom porto. “Quero concluir o nono ano para tirar o curso de jovem agricultor. Só vou conseguir evoluir isto se tiver um conhecimento maior na matéria”, revela, com um sorriso de quem sabe perfeitamente o que diz. Aliás, a sua pretensão em retomar os estudos em nada tem que ver com o facto de se querer tornar mais intelectual perante os outros ou de ter sucesso junto das raparigas. Até porque “a mim não me têm faltado namoradas, graças a Deus”, graceja, com um ar malicioso a timbrar-lhe o olhar. ☘

Mário Rui dos Santos Ramos “o menino cozinheiro de sua Mãe” tem 26 anos. É natural de Lisboa, onde adquiriu toda a sua formação e iniciou a sua actividade profissional até se instalar em Idanha-a-Nova, de onde os Pais são oriundos.

“Menino cozinheiro de sua Mãe” porque entre Mãe e Filho sempre existiu uma forte relação enriquecida pela mesma paixão, – a cozinha! “Ainda pequenino, já pedia para subir sobre um banco para poder mexer nas panelas!”

Essa paixão familiarmente sustentada, permitiu-lhe frequentar as melhores escolas de hotelaria e turismo da Capital e usufruir de numerosos estágios no estrangeiro com vistas à sua especialização, não só como cozinheiro, mas também nas áreas da gestão global de departamentos de restauração hoteleira de topo.

Quando os Pais decidiram sair de Lisboa para onde tinham emigrado ainda jovens, instalando-se na Idanha, com o fim de apoiar um familiar que ali tinha comprado um bar restaurante, o Mário ficou só... mas por pouco tempo!

Jovem adulto de maturidade precoce, depressa se confessa esgotado da sua “solidão” e pelo corre-corre da vida da grande cidade, do frenesi dos transportes, dos turnos com horários difíceis etc. e, um pouco contra a preocupação da Mãe pelo futuro da sua carreira, decide apostar na sua vinda para o Interior convencido de que, com a sua preparação, não lhe faltarão oportunidades!

ANA ALVIM



O menino cozinheiro de sua Mãe...

... entrou pela cozinha adentro, virou “CHEF” de prestígio internacional e veio “aninhar” na BIS

Essa decisão, também influenciada pelo facto da Mãe ter assumido a gestão do restaurante que tinha vindo apenas apoiar, está na origem da transformação do estabelecimento existente no actual e bem conceituado Restaurante HELANA, situado no núcleo Histórico da Idanha. Desde Abril de 2003 que é o responsável por assessorar a gestão do HELANA, exercendo igualmente a função de Chef de Cozinha no Hotel Fonte Santa nas Termas de Monfortinho. Afirma-se disponível para apoiar jovens com iniciativas na área da restauração, sempre que estejam seriamente dispostos a aprender. – “Portugal é o País da Europa com mais restaurantes por habitante, mas a nossa restauração ainda é, quase totalmente, servida por amadores. Antigamente os jovens que saíam do interior iam para a Polícia, para bombeiros ou coisas assim. De há uns anos a esta parte, face à crise de emprego, as pessoas abrem “negócios de restauração” sem preparação nenhuma. Não sabem fazer preços, fazer ementas, gerir compras e stocks etc. É muito difícil fazer formação nesta área... há por aí quem diga que faz formação de cozinha em espaços de 10 a 15 metros quadrados para 10 pessoas, onde se passa o maior parte do tempo a tirar receitas da Internet! Não se pode fazer formação de cozinha sem uma cozinha! Não é possível fazer formação em cozinha, com resultados concretos, para pessoas com 40 e mais anos que sempre fizeram outras coisas e que jamais se habituarão aos sacrifícios que esta profissão exige se se quiser ser um bom profissional. Veja o meu caso, entrar em Monfortinho às 10 da manhã, sair às 15,30; voltar a entrar às 19,30 e sair às 23. Não me estou queixando, apenas a dizer que é uma profissão nada fácil, sobretudo para quem, como eu, tenha família para atender e com quem conviver.

Por enquanto ainda não se pode dizer que exista aqui uma cozinha regional, mas podia haver e talvez venha a haver daqui por alguns anos. Essa é hoje a grande tendência da evolução da restauração a nível mundial: *evolução e reconversão a partir do melhor de cada local.*

Podem contar comigo para assegurar uma colaboração permanente sobre estes temas na vossa revista”.

Gastronomia regional, restauração e desenvolvimento, poderia ser esse um bom título.

Mário Ramos, pela juventude e experiência, pode ser de facto um recurso para a BIS na ajuda a novas experiências a desenvolver relacionadas com a hotelaria, restauração e turismo.

A sua ânsia de chegar ao mais alto nível de conhecimentos já o levou a muitos países e até a um curso nos E.U.A. no qual gastou, segundo afirma, mais de 2.500 euros (500 contos).

Entre a extensa panóplia de prémios que já conquistou, destaca-se o primeiro lugar no Concurso “Toque D’ OR” da Nestlé, em Maio de 1999, e o primeiro prémio no Concurso “Jovem Cozinheiro Caterplan”, em Abril de 2002. Mário Ramos é ainda sócio e membro da Direcção da Associação dos Cozinheiros Profissionais de Portugal (ACPP). ❁



ANA ALVIM



Ter trabalho é bom, no tabaco... é o que se pode arranjar

O trabalho nas culturas do tabaco é um “trilho” doloroso, mas que tem possibilitado a subsistência àqueles que não puderam sair da Terra

Quem anda nestas lides diz que é um trabalho para além de duro. O contacto com os produtos químicos utilizados na cultura tabaqueira tem causado incontáveis reacções alérgicas nos trabalhadores. “Sem contar com o enorme esforço físico que fazemos, muitas vezes debaixo de chuva”, revela Sandrina Justo, acrescentando que a árdua tarefa é recompensada com uns escassos 27,50 euros líquidos por dia, durante cinco a seis dias por semana.

Sandrina Luís Malcata Canelas Justo dedica-se à apanha do tabaco há mais de 10 anos. E desengane-se quem pensa que a sua idade já entrou em contagem decrescente para o fim da vida. Sandrina tem apenas 27 anos.

– “A vida nunca me foi muito favorável” – é quase um murmúrio... um “grito surdo” de resignação! Os seus progenitores estavam emigrados em França, na cidade de Tours, quando Sandrina nasceu. Lá, foi à escola e, em francês, língua que ainda hoje fala e escreve, completou o primeiro ciclo de ensino. Depois, um dia, a casa onde vivia com os pais e irmãos ardeu. Equacionaram então a possibilidade de voltar para a Zebreira, onde a casa que os viu partir ainda os esperava. Foi a mãe quem mais contribuiu para a decisão final do regresso.

Entretanto, já em Portugal, o dinheiro amalhado em França, aliado ao trabalho do pai como servente na construção civil, lá ia “dando para os gastos”. A mãe dedicava-se a cuidar do lar e dos filhos, sempre foi doméstica. Sandrina continuou a estudar até ao sétimo ano, “mas como chumbei, perdi todo o interesse pela escola. Além disso, os meus pais não tinham muitas possibilidades de me manter a estudar e, por isso, optei por não ir mais. Tinha 16 anos” – estava lavrada a sentença!

Sandrina não teve grandes alternativas e, mal abandonou os estudos, os campos de

tabaco foram o seu destino, que se tem mantido até hoje. Mais tarde, conseguiu tirar o 9º ano, através de um pequeno curso. Ainda lhe passou pela cabeça voltar para a França em busca de uma vida melhor, mas cedo desistiu. “A vida lá também está difícil para quem vai daqui”, diz. Entretanto o namoro com um rapaz natural da Zebreira também contribuiu para ir ficando. Casou. Actualmente, já é mãe de um menino de quatro anos.

OUTRAS DUAS HISTÓRIAS

Entre a juventude está Nélson José Pereira Aleixo, de 23 anos. É natural da Zebreira e foi na localidade que frequentou a escola até ao quarto ano de escolaridade. No entanto, as grandes dificuldades económicas que os pais atravessavam impediram o jovem rapaz de continuar a estudar. Tinha 16 anos quando se viu obrigado a trocar os cadernos pela dureza do campo. Posteriormente, já com a vida um pouco mais estabilizada, conseguiu concluir o 9º ano através de dois cursos que frequentou. O tabaco, esse, tem-no acompanhado a si e à sua família sempre como uma sombra. “Eu, a minha mãe e um dos meus irmãos, todos trabalhamos na cultura tabaqueira”, explica, acrescentando que o outro irmão e o pai também labutam no campo, por conta de outrem, mas noutras culturas. Só a irmã, que já está casada, vive fora.

Quando questionado acerca das motivações que o prendem à terra que o viu nascer, Nélson não hesita em responder: “Só estou cá porque não encontro trabalho melhor. Se me oferecessem um bom emprego fora da Zebreira ia-me embora”.

Carla Maria da Silva Justo Louro, irmã do tal rapaz com quem a Sandrina casou, é

outro exemplo de uma vida dedicada ao tabaco. Pode dizer-se que seguiu as pisadas da mãe, que sempre laborou nos campos cultivados com a planta, até se reformar. Do pai, Carla guarda poucas recordações. Faleceu quando ela tinha três anos. “Não me lembro muito dele, mas acho que era pastor”, afirma.

Hoje está casada e tem um filho já grandote com 13 anos.

“O TABACO É A ÚLTIMA PORTA”

Pelas condições duras a que os trabalhadores são sujeitos, Sandrina afirma prontamente que “o tabaco é a última porta para qualquer pessoa, seja nova ou não, porque é das piores agriculturas que existe”. Mas, ainda tem esperança que, um dia, quando o futuro Lar de Idosos da Zebreira for construído lhe possa garantir um emprego mais estável. Até lá, espera ainda conseguir tirar o 12º ano na Escola C+S de Idanha-a-Nova, através do Programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

A ÚLTIMA PORTA AINDA É UMA PORTA... OXALÁ NÃO SE FECHÉ!

Carla, Nélson e Sandrina temem, tal como todos os restantes trabalhadores da cultura tabaqueira, que, com as novas orientações comunitárias para o sector, esteja decretado o fim do seu trabalho e dos respectivos rendimentos. É que, mesmo sendo a “última porta” para muitos, foi a única a abrir-se quando parecia não existir saída alguma. Pode não ser o “trabalho de sonho” para aqueles que dele sobrevivem, mas é, sem dúvida, um trabalho que oferece condições mínimas de subsistência a todos aqueles que, sem grandes qualificações, por cá estão. ☘



A história dum espelho mentiroso?

A 24 de Fevereiro passado, um grupo de jovens frequentadores de um curso de Agentes de Desenvolvimento Local, promovido pelo Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento da Câmara Municipal da Idanha, apresentou durante a cerimónia de encerramento do curso, no Centro Cultural Raiano, um espectáculo aplaudido de pé por uma assistência que encheu o auditório.

Nessa altura, os jovens anunciaram a sua disponibilidade para ficar no Concelho e dar aproveitamento e utilidade àquilo que tinham aprendido, se pudessem contar com o apoio local indispensável, apoio ali mesmo prometido.

Decorridos 5 meses da apresentação desse espectáculo, a que chamaram – “Espelho meu”, solicitamos a alguns desses jovens que nos dissessem “o que lhes vai na alma”. Três deles acederam a comentar a sua própria situação, os textos que se seguem são de sua autoria.

Sois vós, boa gente?

E eu serei para ti

Alguém que também sente

O que faz falta aqui

(do diálogo com o espelho, no espectáculo “Espelho meu”)

Pedro Barreira, um jovem de 22 anos, nasceu e foi criado em Idanha-a-Nova.

Hoje, e após todas as suas vivências de adolescente, acredita que faz falta a este Concelho uma nova mentalidade, mentalidade essa que se encaminha para que haja um maior desenvolvimento cultural e social.

Esta sua perspectiva de vida levou-o a frequentar um curso que lhe poderia proporcionar mais conhecimentos nesta área, pois a sua intenção era poder contribuir como

agente de desenvolvimento e dinamismo.

Com o 12º ano concluído, e com conhecimentos adquiridos no curso de A.D.L. estava esperançado de que lhe surgiriam algumas oportunidades de emprego na área em que mais se sente enquadrado: Animação Social. Como jovem residente desde sempre neste Concelho, tem plena consciência das dificuldades e potencialidades da comunidade, essencialmente das necessidades da juventude visto que nela se insere.

Embora tenha já vivido a vida normal de uma adolescência e sendo ainda um jovem, tomou consciência de que para continuar fixado neste seu ambiente é necessário ganhar modo de sustento para si. Contudo, quando procura uma forma de se estabelecer e auto-sustentar, encontra alguns entraves. Continua desempregado e não encontra grandes apoios para resolver a sua situação, existe ainda uma “falha” no apoio aos jovens.

Não possui agregado familiar, mas sabe que, para se manter no concelho e constituir vida futura, a casa dos pais não é suficiente, sente cada vez mais necessidade de que se lhe apresentem novos projectos, onde se possa sentir útil e realizado a todos os níveis.

Aos 27 anos de idade, **Filipa Fonseca** tomou a decisão de se afastar de uma vida no stress da grande Lisboa para se fixar numa freguesia do concelho de Idanha-a-Nova, freguesia onde tem raízes, quer familiares quer de uma infância e adolescência.

Regressou ao seu local casada e com duas filhas, procurando estabelecer-se e dar às suas crianças uma melhor qualidade de vida.

Após alguns anos fora pensou que voltar seria uma forma de se garantir e de estabelecer uma vida profissional e social futura.

Contudo, deparou-se com uma realidade muito diferente da que perspectivara.

Embora existissem indicadores de que os jovens seriam apoiados e incentivados a estabelecerem-se com qualidade, por forma a rejuvenescer um concelho envelhecido, a perspectiva inicial foi deturpada.

A dificuldade em encontrar emprego, tanto para si, como para o seu cônjuge, obrigou-os a uma mudança de hábitos e algumas restrições.

Filipa Fonseca frequentou neste concelho o curso de Agentes de Desenvolvimento Local, ganhando novamente a crença de que novos horizontes se lhe abriam, pois tudo indicava que este concelho iria apostar em pessoas formadas na área do desenvolvimento para alcançar um dinamismo concelhio.

Continua hoje a gostar do local onde se fixou. Contudo afirma que não encontrou qualquer tipo de apoio, nem para ela, nem para o seu cônjuge, o que implica também a forma de viver dos seus filhos.

Continua esperançada ainda de alguma forma; esperança essa que está cada vez mais desvanecida com o passar do tempo, insistindo todavia na permanência no concelho.

Raquel Maurício, 28 anos de idade, mudou-se há cerca de um ano e meio para uma pequena freguesia do Concelho de Idanha-a-Nova. Após ter concluído a sua licenciatura na Universidade de Évora, optou por não voltar para as suas raízes numa vila algarvia e escolheu uma aldeia no Interior para se fixar e iniciar uma nova vida.

Veio para este local, pois acompanhou o namorado que é filho de alguém que possui raízes locais.

Gostou do concelho, do modo de vida local e das pessoas e foi isso que a levou a insistir na permanência num meio novo e quase desconhecido para si.

A sua intenção era encontrar um emprego onde se pudesse realizar pessoal e profissionalmente.

Após ter procurado e não ter encontrado, optou por frequentar um curso no Concelho, de forma a se qualificar um pouco mais na área social e do desenvolvimento.

Neste momento está empregada a exercer a função de técnica num local que lhe proporciona um contacto directo com a comunidade, onde pretende ajudar para a melhoria de vida de uma população envelhecida e privada de certos cuidados.

Pretendendo manter-se neste Concelho espera, após término do seu contrato, continuar a trabalhar nesta área social e cultural e ser uma mais-valia para o desenvolvimento social e comunitário.

Hoje sente-se de alguma forma realizada e espera que esta sua nova “casa” lhe possa continuar a proporcionar condições para se manter e fixar por tempo indefinido. ☘

ANA ALVIM



Penamacor meu amor

Para ficar, foi carteira com gosto e é queijeira com satisfação

ADRACES



Gabriela Nabais de Abreu, uma jovem de 27 anos com olhar e jeito de “menina traquina”, é natural e apaixonada por amores a, e de Penamacor!

Com 18 anos e o 12º ano escolar completo, já prestava serviços no posto de informação juvenil de Penamacor.

Com o seu ar contagiante de alegria e simplicidade lá vai dizendo: – como não tinha intenções de ir para a Universidade, porque sabia que se fosse nunca mais voltava, como faz a maior parte dos jovens que por aqui acaba os estudos, decidi continuar mais um ano no posto de informação. Tinha que dar tempo à possibilidade de arranjar uma alternativa que me permitisse ficar em Penamacor. Desde pequenina que me ensinaram a amar esta terra, não quero ir embora, se vamos todos, isto fica deserto!

Depois preenchi o meu tempo acedendo a um convite para fazer parte da Associação Menagem, onde encontrei excelente convívio e ganharam mais força as minhas motivações para de cá não sair. Acabou por surgir uma oportunidade de ir para os correios. Um contrato de meio ano como carteira... adorei! As cartas não pesam nada e os contactos directos com as pessoas foram muito bons. A pé, percorria Penamacor e as Aldeias, gostei muito de ouvir, de rua em rua, as pessoas dizerem, “lá vem a carteira”. Era sempre bem-vinda! Quando acabou o contrato propuseram-me um contrato de um ano como funcionária de balcão. Entretanto os correios levaram uma volta e no fim do contrato fiquei desempregada. Aí, mantendo a minha decisão de não sair da terra, resolvi ir por outros caminhos e vir trabalhar com os meus Pais aqui na queijaria*. Como a minha outra irmã não se interessa muito por isto, dada a idade dos meus pais, se eu não viesse, o destino era vender. Cá estou, ainda auxiliada por eles na produção, mas com a total responsabilidade pela gestão. É provável que para o ano eles se retirem. Estou satisfeita, acho que já domino mais ou menos os diferentes aspectos do negócio e, se for capaz, conto consolidar e desenvolver cada vez mais a qualidade e diversidade dos nossos produtos. – E o casamento? – Talvez para o próximo ano. Força Gabriela! 🌸

* Queijaria Artesanal
Zona Industrial, Lote C-9
6090 Penamacor
Telem. 965219006

*As oportunidades,
somos nós que as criamos!*

Uma jovem lusu-descendente regressou da Alemanha para procurar em Penamacor a sua oportunidade!

ANA ALVIM



Cresceu a ouvir falar de histórias contadas à volta do madeiro de Penamacor, das freguesias do concelho, da raia e dos contrabandistas. Gabriela Teixeira Ferreira tem 31 anos e uma vida passada na Alemanha, mas com o coração na raia portuguesa. Apesar de ter nascido na Alemanha, esta filha de emigrantes portugueses nunca se sentiu emigrante, porque cresceu aprendendo a amar a Beira, mesmo sem nela viver. Na nossa língua comunicava em casa com a família, e na escola, uma vez por semana, Gabriela Ferreira aprendia o significado da palavra saudade.

Os pais emigraram nos anos 70. Lá longe, nunca deixaram de honrar o passado, dando à Gabriela o conhecimento histórico, cultural e afectivo de Penamacor, mantendo sempre vivo o objectivo de voltar.

Apesar de ter nascido na Alemanha nunca ali foi registada. No Bilhete de Identidade Gabriela sempre foi portuguesa e diz nunca se ter sentido estrangeira. Depois de 30 anos passados na Europa Central, Gabriela Ferreira nunca sentiu que fosse olhada como emigrante. A história de vida da Gabriela é sustentada pela determinação e vontade de uma jovem que sabe para onde quer caminhar e que nunca hesitou em voltar à terra dos progenitores que adoptou como sua. Afinal, Penamacor era o lugar recôndito onde vinha passar férias, que ouvia falar diariamente e que guardava saudades da família aqui deixada. Foram essas referências que a fizeram regressar 30 anos depois. Está há pouco mais de um ano na vila raiana e por cá está a construir um projecto de vida junto do marido e da filha de dois anos.

O amor à terra levou a que criasse o seu próprio posto de trabalho. Em Penamacor apostou e quer vencer numa luta que trava diariamente contra o despovoamento. É ela quem o diz: – *“Falta gente, é bem verdade, mas os que ficaram podem e devem dar o contributo para a tão falada qualidade de vida”*.

Primeiro veio o marido da Gabriela para “orientar” a vida. Ângelo Ferreira foi o primeiro a abrir o caminho que diz não ter retorno, porque a jovem entende não querer voltar para a Alemanha. Ela veio a seguir, carregada de sonhos, ideais e projectos, diferente de tantos outros na determinação de viver em Portugal e organizar a sua vida em Penamacor, terra onde quer ver crescer a filha, em paz e segurança. É uma mulher simples como a terra onde vive e que escolheu como destino profissional. Os grandes conceitos da moda e o consumismo exagerado passam-lhe ao lado porque do que gosta realmente é de se sentir bem consigo própria, sem rótulos ou marcas que teimam em ditar as sociedades contemporâneas. Em Penamacor, conjuntamente com um primo, decidiu abrir uma empresa ligada às novas tecnologias, à informática e artes gráficas. Num modesto primeiro andar, a empresa “AGISPEN” está no seu primeiro ano de vida. Gabriela sabe que ainda há um longo caminho a percorrer mas não é isso que a faz desistir. Na Alemanha, o trabalho dedicado ao longo de quase 10 anos, numa empresa de informática onde assumia funções de liderança, serviu-lhe de passaporte para o projecto actual. Lá, num dia e lugar que nunca esqueceu, conheceu aquele que hoje é seu marido. Já lá vão 8 anos desde o inesquecível dia 1 de Agosto, o dia em que casou, na capela de Nossa Senhora do Incenso.

“Vim para cá com a humildade de fazer algo pela terra”, diz a jovem que deixou na Alemanha amigos e família, dois irmãos, cunhadas e dois sobrinhos, um deles que ainda não teve oportunidade de conhecer. Quem sabe se, no próximo ano, não volta à terra que pisou, mas só para visitar. Para a Gabriela, Penamacor tem algo de especial, “a vida ainda está em ordem”, como fazem questão de dizer alguns amigos alemães que a convite do casal visitaram a vila. ☘



Os jovens na política local

Malpica do Tejo, uma excepção?

Estivemos há dias em Malpica do Tejo. Num fim de tarde típico deste Verão a valer. Fomos à procura duma conversa com os jovens que dirigem a Junta de Freguesia. A nossa curiosidade era tentar compreender se o envolvimento directo dos jovens na política local, pode ser, ou não, um factor de motivação para “prender” a juventude às suas terras de origem.

A partir das seis da tarde, a sede da Junta está aberta ao público, prestando variadíssimos serviços à população local, desde o correio até à tramitação dos mais diversos assuntos administrativos, só passíveis de resolução em Castelo Branco. Instalações de dimensão muito limitada, mas com equipamento funcional e de bom nível, incluindo o respectivo acesso à Internet. Vê-se que ali já se lida com as novas tecnologias da informação e gestão, sem preconceitos nem limitações tecnológicas próprias das “atrasadas zonas rurais”.

A conversa foi longa, conclusiva no que se refere à questão que aqui nos trouxe, mas inacabada em relação a muitos outros temas relacionados com a situação actual e as perspectivas de sobrevivência da Aldeia e da Freguesia.

Em relação à questão de saber se a participação na política local pode ser uma motivação para reter os jovens nas Freguesias rurais, se tivermos em consideração apenas este exemplo, temos que concluir que não. Não é a participação na política que motiva os jovens a ficar, pelo contrário, é a decisão de ficar que pode levar os jovens a interessarem-se mais pela gestão dos assuntos da sua terra, o que por vezes os leva, por falta de alternativas, à política partidária, mes-

mo reconhecendo os seus efeitos fracturantes da coesão da comunidade, já de si tão carenciada de pessoas válidas para dinamizar e sustentar o seu progresso.

As outras questões surgidas no decorrer da conversa, e tantas foram, desde a habitação ao turismo, das atitudes locais às burocracias legais que impedem soluções inovadoras, essas, serão assuntos para um próximo trabalho.

Os nossos interlocutores foram os Senhores José Manuel Galvão e Nuno Ribeiro, Presidente e Secretário da Junta respectivamente. O primeiro conta 36 anos de idade, nasceu em Angola e veio para Malpica com 4 anos. Estudou em Castelo Branco até ir para a tropa, casou com uma senhora de Malpica, estiveram 11 anos a trabalhar em Lisboa até perderem os empregos permanentes que tinham tido durante esse período, decidindo então voltar à terra e aproveitar a oportunidade da reforma do Pai para tomar conta do café da família. Diz o senhor Galvão:

– Mesmo que esta oportunidade não tivesse surgido, acabaríamos por vir à mesma, sabe, vale mais ganhar por aqui 600 euros do que em Lisboa mil ou mil e tal, o café não dá grande coisa, mas eu não sou ganancioso, e felizmente a minha mulher acabou por arranjar trabalho no Centro de Dia. Há pouco tempo é que me interessei por esta coisa da Junta, mas eu não sou um político, político; sempre tive vontade deste encargo para poder fazer alguma coisa pela Aldeia. “A minha história é mais curta”, diz o Secretário da Junta, Nuno Ribeiro:

– Não admira, também sou mais novo... só tenho 27. Sou de cá natural, estudei até ao 12º ano em Castelo Branco, passei por

Coimbra e acabei tirando o curso de contabilidade e gestão na Idanha. Sou o mais velho dos três irmãos e, por me ter interessado desde bem cedo pela actividade dos meus pais que têm cá uma queijaria, por cá fiquei sem desgosto. Sem a queijaria para gerir, já me tinha ido embora.

– Que fazer para que fiquem mais jovens por cá?

– Para isso já não se pode fazer nada, porque já são tão poucos, bom era que voltassem!

– Que fazer para que voltem, se possível ainda em idade reprodutiva para ajudar a repovoar a Aldeia?

– Fazer coisas simples, essenciais, para que as pessoas se sintam bem. Malpica é uma Aldeia encravada a 15 minutos de Castelo Branco. Temos muitas casas abandonadas que estão a ser compradas por pessoas que, na maioria, passam por cá uma ou duas vezes por ano. Sem habitação a preços acessíveis, seja para compra ou arrendamento, não é possível fixar jovens. A construção civil especulativa é a principal actividade da terra. Veja bem...Malpica já teve 5000 pessoas, hoje tem muito menos de metade, eleitores somos uns 700. Outros interesses se sobrepõem ao interesse da nossa pequena Aldeia, condenando-nos ao definhamento progressivo. Vai ser necessário que alguma coisa mude. Como, ao que parece, Castelo Branco ainda não atingiu o limite, até lá, por aqui, as facilidades serão poucas ou nenhuma. Nós sabemos o que a terra necessita para se tornar mais atractiva e ter melhores condições de vida. Vamos lá ver se, com paciência e perseverança, conseguiremos mais compreensão para os nossos problemas. ☼

“TODAS AS MANHÃS QUANDO ME LEVANTO, O MEU CAVALO CHAMA POR MIM COM SONS CARACTERÍSTICOS QUE SÓ EU ENTENDO!”

As imagens que acompanham este breve resumo da vida desta jovem cavaleira da BIS dizem mais do que nós poderíamos dizer falando da sua simpatia, elegância e exuberante paixão pelos cavalos. Ouçamo-la contar-nos a sua história:

“No início dessa paixão está um amigo da família que um dia comprou um cavalo que aos fins-de-semana servia para dar umas voltinhas! A família inteira tomou-lhe o gosto e, um dia, o meu Pai resolveu comprar duas éguas já prenhas e com dois potrinhos. Assim, começámos a dar uns passeios e a participar em raides locais. Quando completei o nono ano, tive a oportunidade de ir estudar Técnicas de Gestão Equina para o pólo de Vila Franca de Xira numa Escola

Nesta modalidade, trabalha-se um pouco como na ginástica artística. Temos regras fixas para os exercícios, mas a maneira como organizamos a coreografia da nossa prestação é da nossa responsabilidade”.

Viver: – Ganha-se dinheiro nestes campeonatos?

T.L. – Não... não! Servem para fazer currículo, ganhar umas medalhas e uns tostões para ajuda das despesas. A imagem que as pessoas têm desta actividade é que isto dá muito dinheiro. É o contrário, quando muito, dá para nos irmos mantendo. É mais um prazer pessoal... um gosto que se tem!

Viver: – É um gosto caro?

T.L. – É bastante dispendioso, então quando há lesões, as coisas complicam-se muito. É uma actividade para a classe média, daí para baixo é um pouquinho difícil. Mas também depende daquilo que se quer fazer. Para andar a cavalo uma hora por semana,

sar de ajuda para criar mais centros hípicas, as portas estarão sempre abertas e a disposição para apoiar é permanente.

Viver: – Que cavalos têm?

T.L. – Temos Lusitanos, holandeses, belgas e cruzados portugueses.

Viver: – Funciona bem o mercado deste tipo de cavalos?

T.L. - Portugal podia ter um grande mercado internacional para o cavalo lusitano, mas com os cavalos passa-se um pouco a mesma coisa que com os jogadores de futebol. Os muito bons atingem preços muito altos, 50 ou 60 mil contos. Quando um criador português recebe ofertas desta ordem de grandeza, não resiste e vende, depois, quem compra é que vai fazer a verdadeira exploração de alto nível. Uma pipeta de sêmen dum animal de eleição vende-se a 5000 euros cada! Os criadores portugueses, ao contrário dos estrangeiros, têm demasiadas éguas a criar, apos-



Teresa Lopes, diz:
Os cavalos também têm alma

la que também existe em Alter do Chão e tem a sua sede em Abrantes. Ali permaneci três anos, durante os quais completei o 12º ano de escolaridade. Ao mesmo tempo tirei o diploma da Federação Equestre Portuguesa de “Monitora de Equitação”.

Ainda fui para Santarém fazer um curso de “Equinicultura”, mas não gostei, e aceitei um convite para ir estagiar para a Suíça, feito por um criador amigo de um cavaleiro alemão com quem tinha frequentado alguns estágios em Portugal. Fui para lá com um cavalo! De manhã tratava dos cavalos e à tarde recebíamos aulas, davam-me carro e um x para as despesas de alimentação. Estive lá um ano. Entretanto o meu Pai comprou este cavalo que tenho agora, já mais avançado, e com ele fui campeã nacional sénior na modalidade de ensino e vice campeã da Taça de Portugal.

como aprendizagem ou simples desconstracção, ou até como terapia para diferentes problemas de saúde, não é caro, é como ir a um ginásio. Agora se se quer ter um cavalo e entrar em concursos, aí, as despesas são muito elevadas. Não, nunca me passou pela cabeça a ideia de fazer outra coisa.

Viver: – O que é que a prende à região?

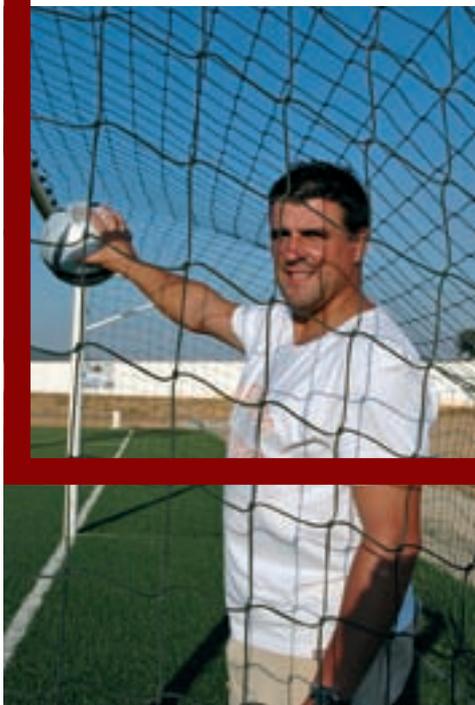
T.L. – Várias coisas. Este investimento que os meus Pais aqui fizeram*, o facto de sempre por aqui ter vivido e feito as minhas relações. Ir para uma cidade grande como Lisboa ou Porto não me seduz. Gostava de contribuir para a evolução da nossa zona em termos equestres. Agora que eu e o meu namorado temos a responsabilidade da gestão da parte equestre deste centro, gostava de sentir que somos úteis nesse sentido. Se alguém preci-

tam mais na quantidade que na qualidade, depois, a selecção é pouco rigorosa. É verdade... os cavalos de alta competição são como os atletas, antes de transitar de um “clube para outro” passam por muitos exames médicos, mas não há exame médico para avaliar a “alma” de um atleta, nem dum cavalo! Para saber até onde pode ir a força do querer dum cavalo, é necessário adquirir essa sensibilidade e treiná-la, aprender a sua “linguagem” – é como aprender inglês? - não porque eles não dão à língua... mas comunicam, o meu chama por mim todas as manhãs! ✨

* Picadeiro/Centro Hípico da Quinta da Aldeã
Rua das Casas Novas, 82
6005-035 Alcains
Telem. 934554078

E o nosso "Tonho" não foi pró "mar"!

ADRACES



Aos 14 anos já trabalhava nas obras, por altura das vindimas chegou a receber 500 escudos para limpar as pipas e para se sentir feliz precisa de estar junto da família, dos amigos e na sua terra. Completa 20 anos dedicados ao futebol, sempre como guarda-redes, a defender o seu território.

A determinação com que defende cada remate na baliza da Associação Desportiva de Penamacor (ADEP) é a mesma com que defende a terra que o viu nascer e da qual teima em não sair. Aos 33 anos, António Alexandre Esteves Marcos, pelo seu bairrismo a Penamacor, poderá ser um dos últimos a fechar a porta de um território que muitos apregoam não ter futuro. O jovem técnico assistente na área da construção civil, também conhecido por "Tó Lindo", nunca quis sair da sua terra, o pedaço da Raia que muitos dos seus amigos viram pelo retrovisor do carro, na hora de procurarem oportunidades de melhores vidas junto das cidades. A vida para Tó Alexandre só tem qualidade e bem-estar quando é passada junto dos seus. Aprendeu a amar a terra, a Vila que diz ser parte de si, e para ela quer continuar a trabalhar, admitindo que ainda há muito para fazer. Do passado faz questão de o tornar presente e recorda o tempo em que os jovens da sua geração não tinham sequer um campo para dar uns chutos na bola, nem tão pouco um pavilhão gimnodesportivo ou uma piscina. O futebol poderá ter sido um dos muitos factores que não o deixaram partir. Quis também o destino que a mulher com quem viria a casar fosse uma filha da terra,

uma jovem que, como ele, aprendeu a amar aquilo que conhece como ninguém: o concelho de Penamacor. Quando fala de Penamacor, o jovem casal fala a mesma linguagem porque os namoros da terra também poderão contribuir para o regresso de muitos jovens. Na história do guarda-redes da ADEP, que também já foi roupeiro e dirigente, propostas de trabalho e para ir jogar para outros clubes não faltaram, mas o amor à terra tem falado mais alto. Este homem tem sido um defensor acérrimo do território de quem muitos dizem nada ter para oferecer aos jovens. Falta gente ao concelho de Penamacor, mas, na falta, há sempre o que sobra e na terra, sobra o afecto, o amor à Raia e às tradições. A hospitalidade das suas gentes é algo que não se aprende nos bancos da faculdade, vive-se no dia-a-dia de quem cresceu a ver cozer pão e participou nas matanças do porco à moda antiga.

Só se ama aquilo que se conhece e António Alexandre conhece como ninguém a sua terra, as suas gentes, a vida e tradições seculares de Penamacor.

No amor há razões que estão acima de qualquer opção que a própria razão desconhece.

O nosso "Tonho" é um dos que, talvez por ser tão genuíno e simples, vive a vida no equilíbrio entre a razão e o coração. É por isso que fora das quatro linhas do Estádio Municipal surgiu a alcunha de "O Nosso Tonho". Os seus pares vêem-no como um dos seus, o homem que já foi menino e que deu o seu contributo na reactivação do clube desportivo.

A firmeza com que estão as pedras erguidas na Torre de Menagem ou no castelo da vila é igual à determinação com que acredita no regresso de muitos dos seus amigos à terra natal. Se assim for, Tó Alexandre cá estará para os receber.

À pergunta porque nunca quis deixar Penamacor, responde: "aqui é a Minha Terra... aqui está a minha gente." Saiu só para ir estudar para Idanha, e porque Penamacor não oferece qualificação académica, porque senão, nem para a formação superior o jovem abdicava da sua terra. As escolhas andaram sempre pela região, até quando teve de concorrer ao Ensino Superior nunca lhe passou pela cabeça ir estudar para fora da Beira. Era e continua a ser aqui que diz sentir-se bem, mesmo quando, após o estágio profissional feito numa unidade bancária, viu fechar-lhe portas que poderiam ser o passaporte para o mundo do trabalho. Não quer deixar mal o amigo que o ajudou, dizendo que a "lealdade aprende-se aqui". O amigo é também um jovem empresário do concelho e, como o Tó Alexandre, ama a sua terra e por ela tem lutado.

Já em 1996, conjuntamente com um grupo de amigos, reactivou a ADEP. Hoje, tal como no passado, quer ser agente activo no desenvolvimento da sua terra, porque acredita que o futuro pode ser feito pelos jovens que ficaram. E se nem os estudos académicos nem o futebol o levaram a sair da sua terra, na encruzilhada entre a Malcata e a Estrela, no meio das duas Beiras e num concelho que estreita laços de cooperação, quer a norte quer a sul, de cá e de lá da fronteira, o jovem Tó Alexandre pertence à geração que escolheu o território como seu. ☼

Jaime Pires

Ana Hormigo e Abel Louro

Um casal raro!

Nascer no Interior é bom. O judo é uma via para uma vida de suavidade e saúde. O Amor e a amizade alimentam a fixação às nossas raízes, e a família e os amigos são o calor e a brisa que infla as velas do nosso percurso de vida. Os estudos dão-nos os instrumentos para governar a nossa “barca”. Porque tudo isso tivemos... por aqui ficamos, com gosto!

ANA ALVIM



Dito o que atrás se escreveu, pouco mais haveria a dizer. A Ana e o Abel conversaram connosco numa das salas da sua empresa, um centro de estudos complementares e de actividades lúdicas para crianças, denominado CROCOEDUCA.

Do muito que se disse, aqui vos deixamos um resumo:

NASCER NO INTERIOR É BOM

Porque aquilo que nós tivemos e ganhámos com a nossa vivência enquanto crescemos, nenhuma criança de Lisboa ou de outra grande cidade teve. Não tiveram nem têm essas boas recordações de infância. Aquela malta nunca brincou junto dos quintais dos vizinhos, não roubou fruta com os amigos, não jogou com pedrinhas, não trepou às árvores, nunca foi aos ninhos nem apanhar rãs e grilos, quer dizer... o Interior traz coisas boas para a saúde e para a educação das crianças.

O JUDO É UMA VIA PARA UMA VIDA DE SUAVIDADE E SAÚDE

O judo ajuda muito as pessoas, e sobretudo os jovens, a rejeitar as coisas más da Sociedade. Contribui para definir um rumo de vida. Judo, quer dizer, “via da suavidade”. A Ana começou a praticar aos nove anos e o Abel com 11. O Judo está impregnado de uma filosofia muito oriental dada a sua origem, uma filosofia de grande respeito pelos mestres e companheiros e com muita disciplina. Isto ajuda a formar o carácter dos jovens. Eu respeito toda a gente mas não caio em exageros de subserviência! Uma pessoa que leve o desporto a sério, tem que ser regrada. Eu não posso ir treinar a correr para depois ir para borgas com os amigos... não convém!

O AMOR E A AMIZADE ALIMENTAM A FIXAÇÃO ÀS NOSSAS RAÍZES, E A FAMÍLIA E OS AMIGOS SÃO O CALOR E A BRISA QUE INFLA AS VELAS DO NOSSO PERCURSO DE VIDA.

Já namorávamos quando acabámos os estudos e se pôs a questão do rumo a dar às nossas vidas. É verdade. O amor pesou nas decisões que tomámos. Não apenas o amor entre nós... mas num sentido muito mais amplo. Amor à família, aos amigos, às coisas que conhecemos bem e nos dão conforto e maior segurança no dia a dia, o porto de abrigo que nos permite o risco da aventura, da descoberta do desconhecido e da plenitude das nossas próprias capacidades.

OS ESTUDOS DÃO-NOS OS INSTRUMENTOS PARA PODERMOS GOVERNAR A NOSSA “BARCA”

Nós também ouvimos desde bem cedo o tal discurso, – “isto é uma pasmaceira, por aqui não há nada a fazer”, etc., etc. – Discutimos a questão de onde fazer os estudos. O Abel estava mais livre para ir para qualquer lado, a Ana estava um pouco mais presa. C. Branco talvez

seja a Cidade que tem melhores condições para praticar Judo.

Discutiram a questão e decidiram: O Abel foi fazer o curso de Professor do Ensino Básico na variante de Educação Visual e Tecnológica na ESE de Castelo Branco, (curso dos mais cotados a nível nacional). Na mesma Escola, a Ana decidiu-se por um curso de Tradução e Relações Internacionais.

Esta opção foi tomada, mesmo sabendo a Ana que o seu estatuto de atleta de alta competição lhe abria as portas de qualquer Universidade sem estar sujeita à apresentação de médias mínimas!

Contudo, também decidiram que não abandonariam o Judo, antes pelo contrário, iriam aperfeiçoar-se ao máximo para poder ensinar e juntar mais esta competência às suas capacidades para viabilizar o projecto “CROCOEDUCA”, que desde então foram amadurecendo. Hoje os dois são professores diplomados de Judo.

Fundaram a sua empresa há dois anos, recorrendo ao Programa ILE – Iniciativas Locais de Emprego. Pouco a pouco e com muito esforço e dedicação a empresa está-se consolidando, por enquanto, como dizem, também com a ajuda das actividades profissionais que cada um desenvolve extra empresa.

FICAMOS COM GOSTO

A Ana reconhece que o facto de viajar bastante no âmbito da sua actividade desportiva, onde goza de imensa popularidade e prestígio, mesmo a nível internacional, aumenta o seu prazer de voltar à terra e sentir-se bem. Para o Abel...viajar é importante, mas para ir e voltar! Compreende que os jovens queiram “ir para o grande Mundo”, mas deveria ser possível conciliar a satisfação desse desejo com a contribuição de cada um à terra onde se criou.

Há que explorar muito mais as oportunidades que as novas tecnologias da comunicação permitem, há que desenvolver o trabalho à distância, hoje é possível trabalhar para uma grande empresa longínqua a partir do lugar onde se vive, por mais pequeno que ele seja. Sem atitudes de passiva resignação, temos que ser nós os jovens, aqui e agora, a tudo fazer para alterar a situação. ☸

Títulos e participações internacionais de Ana Hormigo dos dois últimos anos

2006

Super Copa do Mundo em Paris (França)	5º lugar
Copa do Mundo em Birmingham (Inglaterra)	5º lugar
Campeonato da Europa em Tampere (Finlândia)	7º lugar

2005

Campeonato do Mundo no Cairo (Egipto)	9º lugar
Copa do Mundo em Leonding (Áustria)	2º lugar
Copa do Mundo em Tampere (Finlândia)	3º lugar
Copa do Mundo em Madrid (Espanha)	7º lugar
Super Copa do Mundo em Hamburgo (Alemanhã)	7º lugar

Posição no ranking europeu

3º lugar

Foram olhados de soslaio e obrigados a caminhar contra uma barreira de indiferença bem vincada a cada pequeno passo que davam. Muitos não davam crédito a dois jovens que resolveram erguer uma empresa, nem tampouco acreditavam que pudesse ser um projecto com força e equilíbrio suficientes para vingar no quase impenetrável sector da construção civil.

Gil Duarte, de 29 anos, e Filipe Farias, de 30, são amigos de longa data. Ambos naturais dos Escalos de Cima, concelho de Castelo Branco, tiveram um percurso de juventude bastante similar. Estudaram com um pé na localidade e outro em Alcains, a povoação mais próxima

to de mérito do seu trabalho não os impediram de concretizar os seus objectivos, antes lhes deram força e energia para prosseguirem o seu caminho. Com um vasto mercado por conquistar na zona beirã e com o obstáculo acrescido de terem de lutar contra as mentalidades prolíferas em preconceitos e estigmas em relação à sua tenra idade, Filipe e Gil romperam com as fronteiras raianas e procuraram novos terrenos de acção fora da região, dedicando-se sobretudo ao segmento dos arranjos exteriores. “Valetas, drenagens e coisas do género”. Só mais tarde, com cartas ganhas no âmbito da qualidade, eficiência e segurança das construções,

conseguiram almejar o tão ditoso êxito por terras da Beira Interior Sul. Finalmente, puderam mostrar sem petulância que tinham empenho e determinação suficientes para ambicionar um trilha de sucesso na construção civil da BIS.

Aos poucos, o profissionalismo do seu trabalho começou a dar frutos. As pequenas empresas do ramo, com falta de ideias dinâmicas à altura da DUAFAR, começaram a entrar em falência. Os dois empresários aproveitavam os melhores recursos humanos dos negócios falidos e iam consolidando a sua equipa, cada vez mais numerosa.

Hoje são já perto de 40 pessoas a laborar na empresa. Para além do estaleiro, onde funcionam as partes administrativa, de engenharia e comercial, têm ainda várias células, com actividades independentes, mas geminadas entre si, na área da serralharia, canalização e electricidade, o que os leva a afirmar que “na parte da mão-de-obra, somos quase auto-suficientes na execução e pres-

tação de serviços. Só raramente temos de recorrer a subempreiteiros”.

E nas poucas coisas de que são dependentes, no caso, das matérias-primas, dos materiais de construção civil, fazem questão que sejam adquiridas a empresas portuguesas e, sempre que possível, provenientes da região. “Não compramos nem que seja um prego a uma empresa estrangeira. Não é por uma questão de xenofobia, mas simplesmente porque queremos contribuir para o desenvolvimento da economia do país e, principalmente, da nossa zona raiana”, revelam.

Actualmente, com 12 frentes de trabalho activas, salpicadas por toda a Beira Interior, a empresa tenta dar agora o salto para a expansão do seu portfólio no que concerne a obras públicas de maior dimensão. Para alcançar tal desiderato, têm na manga a continuidade da aposta na certificação da qualidade e na intensificação da formação profissional e académica do *staff* da empresa. Estas duas valências têm sido, segundo os próprios, o segredo do sucesso do crescimento sustentado da DUAFAR ao longo dos seus cinco anos de existência.

A DUAFAR pode ser consultada através da Internet, no site www.duafar.com. ☞

ADRACES



Vingar no mundo difícil da construção civil

Depois de numerosos obstáculos, principalmente psicológicos, dois jovens levantaram uma empresa de construção civil de sucesso na Beira Interior Sul.

da freguesia a possuir ciclo preparatório e uma escola secundária. Filipe chegou ainda a concluir o bacharelato na área dos Recursos Humanos, no ISMAG, antiga Escola de Gestão e Matemática do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Gil acabou a sua caminhada pelos estudos depois de terminar o 11º ano.

A construção civil sempre esteve bem presente nas vidas dos dois actuais empresários. A escola foi, durante muito tempo, dividida com o trabalho em firmas do ramo, embora se ocupassem principalmente apenas da parte comercial e de orçamentação das empresas. Depois, os seus pais sempre laboraram na área desde garotos. Um dia, surgiu a ideia de criarem juntos um negócio próprio, o que desde logo contou com o apoio incondicional dos respectivos progenitores. Se bem o pensaram, melhor o fizeram, e em Setembro de 2001, nascia a DUAFAR, uma empresa empenhada em respirar dinamismo e apostar na inovação, sobretudo ao nível da gestão dos recursos humanos.

CERTIFICAR PARA CRESCER SUSTENTADAMENTE

As dificuldades iniciais de penetração e aceitação no sector da construção e, principalmente, de reconhecimen-

ADRACES



Ferrar a vida no rasto dos cavalos

É natural de Alcobça, mas foi em terras raianas que assentou arreios e que começou a evoluir a sua formação na arte de ferrar cavalos. Comprou uma carrinha e, actualmente, leva o seu saber e o nome da região a todo o Portugal e além-fronteiras

O anúncio “Sem cascos não há cavalo” sobressai a negro numa carrinha ambulante, totalmente equipada com material da mais alta qualidade, que percorre, além da região raiana, qualquer cantinho do nosso país e até territórios longínquos de Espanha, França e Inglaterra, para prestar serviço ao domicílio na área da ferragem de cavalos.

Carlos olha para os cascos de um qualquer equino e, imediatamente, consegue perceber qual o tipo de ferradura mais adequado ao animal em questão. Porque cada caso é um caso. E porque existem cerca de 900 modelos de ferraduras diferentes conforme a espécie do cavalo e, se for animal de competição, consoante a modalidade desportiva que desempenhe.

Não que os seus amplos conhecimentos na arte de ferrar cavalos sejam sempre suficientes. Aí, o fundamental é procurar partilhar conhecimentos com veterinários ou outros ferradores que o possam aconselhar sobre a melhor decisão a tomar. “Os cavalos

também têm doenças nos pés como as pessoas. Às vezes aparecem casos mais complicados, com os quais nunca lidei. Não hesito em procurar ajuda de alguém com mais experiência na matéria”, revela prontamente, acrescentando que, quando mal ferrados, os equinos podem ficar inutilizados para o resto das suas vidas.

E, só a título de curiosidade, aqui fica a indicação de que, em doenças mais sérias, os cavalos devem usar – imagine-se – ferraduras ortopédicas para uma maior celeridade na recuperação. Tudo em prol do bem-estar destes elegantes animais.

Mas, o seu trabalho não se resume apenas à colocação de ferraduras. A sua sabedoria nesta arte vai até à origem das peças. Vai até ao ferro moldado pela brasa. Não é uma tarefa que execute frequentemente, uma vez que, hoje em dia, praticamente estão disponíveis para venda ferraduras indicadas para cada patologia do animal. No entanto, em casos mais delicados, não abdica de deitar mãos à obra e transformar ferraduras já fei-

tas, ou ainda fazê-las nascer a partir de uma barra de ferro, para tratamentos mais personalizados e de qualidade superior.

“CARLOS CAVALO”

A cidade de Alcobça, do distrito de Leiria, viu nascer há 32 anos atrás Carlos Manuel dos Santos Luís, mais conhecido, no seu mundo profissional, por “Carlos Cavallo”. É este o homem que desde 1992 se encontra a viver nas Termas de Monfortinho, concelho de Idanha-a-Nova, e se dedica a tempo inteiro a cuidar do “calçado” dos cavalos.

A sua vinda para a Beira Interior Sul teve contornos bem difíceis de ultrapassar. Os pais compraram uma casa nas Termas de Monfortinho e mudaram-se de vez para terras raianas. Carlos conhecia a Região somente das pequenas férias que tirava quando resolvia visitar os progenitores. Mas, nem lhe aflorava a ideia de que um dia pudesse vir viver para “um sítio com tão pouco movimento”, o que em nada lhe agradava.

ADRACES



Depois, a solidão e o isolamento social, que só nas grandes urbes conseguem proliferar (quais ervas daninhas), fizeram Carlos pesar na balança os pratos das vantagens e desvantagens de permanecer em Alcobaça. Não teve dúvidas: embora não auspiciasse uma adaptação fácil, preferiu o calor e o sossego do povo beirão e das amenas cavaqueiras. “Vive-se muito melhor aqui do que no Litoral. Uma pessoa acorda de manhã sem aquele *stress* provocado pela confusão das grandes cidades”, argumenta. Hoje, não tem qualquer reserva em afirmar que já ninguém o tira da BIS.

De Alcobaça trouxe a paixão que desde sempre tem nutrido pelos cavalos e a experiência mínima na arte da ferragem. Quando completou o 8º ano de escolaridade, desistiu dos estudos e empenhou-se numa verdadeira carreira de ferrador, aprendendo toda uma formação de base com colegas mais velhos.

Mas foi já nas Termas de Monfortinho que Carlos deu o grande salto na sua profissão. Um salto impulsionado pela evolução que a área conheceu a partir de 1999, no sentido da qualificação dos profissionais do “calçado” equestre.

SEM CASCOS NÃO HÁ CAVALO... NEM CARLOS

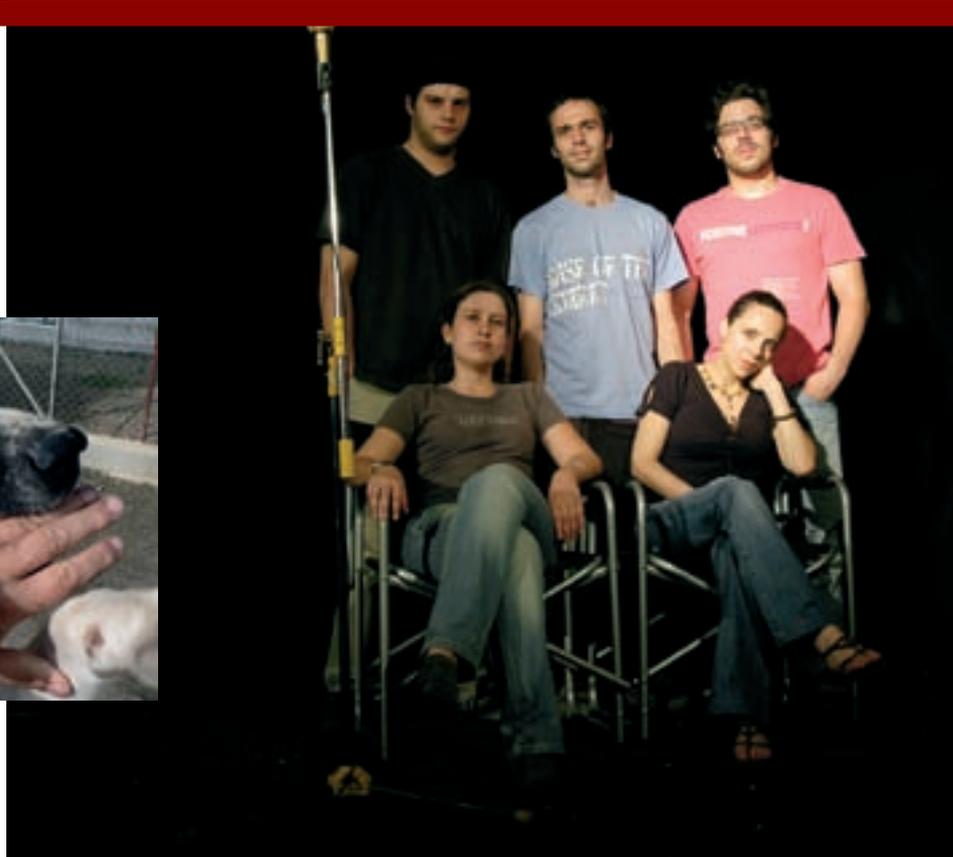
Actualmente, Carlos Luís não tem mãos a medir para satisfazer os inúmeros pedidos de clientes. Há alturas em que chega a ter entre 10 a 20 cavalos para ferrar por dia, que vai conjugando com os tempos de menor procura, para que, diariamente, tenha assegurados, pelo menos, dois ou três serviços, por um preço mínimo de 60 euros (inclui ferragem simples e pequenas deslocações).

O ferrador sabe que, infelizmente, ainda “há demasiada gente a recorrer aos profissionais mais antigos, porque levam mais barato pelo trabalho”, mas que não garantem os níveis elementares de qualidade e eficiência. Carlos, pelo contrário, pela já extensa experiência de 10 anos no meio equestre, tanto na vertente de ferragem como no tratamento de patologias clínicas, e, sobretudo, pela aposta constante em formações para ampliação de conhecimentos, assegura um serviço onde o conforto e saúde dos cavalos são as palavras de ordem.

E nem o facto de as acções de formação terem custos elevadíssimos (para a última que fez em Itália dispensou cerca de 800 contos) e de o Governo português não reconhecer a profissão de ferrador, demovem a vontade de Carlos em continuar a sua senda pelo saber dos cascos dos equinos. Entre as incontáveis acções de formação profissional, apenas uma, realizada pela *World Equine Organization*, em 2001, na Coudelaria Nacional, está certificada pelo Estado. “Eu estou colectado como prestador de serviços à agricultura e não como ferrador. O ferrador não existe em Portugal. Não conseguimos apoios de ninguém”, revela, salientando a feliz excepção granjeada pela ADRACES, que facultou uma formação não remunerada de iniciação à ferragem a 13 pessoas com a duração de três meses. “É isto que este país precisa: de mais certificação em todas as áreas. Se, aliado a isso, esta classe se unir, conseguimos uma valorização e aumento da qualidade do nosso trabalho. E todos vivemos bem, porque nesta arte há trabalho para todos”, sublinha.

Para mais informações consulte o site de Carlos Luís na Internet em www.carloscavalo.com. ☼

ADRACES



Apresentam-se os "Cães à Solta"

Companhia de Teatro Cães à Solta

António Preto (Música)
Bruno Esteves
Celso Lopes
 (Design Gráfico e Multimédia)
Daniela Simão
Eduarda Gordino
Inês Baltazar
João Alberto Soares
Luís Amaro (Técnico de Luz)
Luís Moreira (Fotografia)
Mara Filomeno
Maria Teresa Rafael
Milene Pio (Produção)
Nuno Leão
Nuno Pio
Ricardo Marques
Ricardo Martins
Sérgio Lopes
Rui Barata (Música)

A actividade da **Companhia de Teatro Cães à Solta** teve início no decorrer do ano de 2004 em Alcains. Preencher um vazio colectivo, por um lado, e expandir desejos e vontades criativas individuais, por outro, impuseram-se como as sementes essenciais na origem do projecto Cães à Solta.

Em pouco mais de um ano e meio de existência, a Companhia de Teatro Cães à Solta orgulha-se de apresentar um curriculum inovador, dinâmico e diversificado no meio local e regional, tendo já realizado sete produções: **IN DIALOGO** (2004); **AI** (2004); **SENTIMENTO DE UM OCIDENTAL** (2005); **O VEGETAL É UM ANIMAL** (2005); **AS MÃOS DE ABRAÃO ZACUT**, de Luís de Sttau Monteiro (2005); **O ALIENISTA**, a partir de Machado de Assis (2006); **CAFÉ POR ACASO** (2006).

Tendo em conta o contexto geográfico, a luta redobra-se para se conseguirem meios suficientes para se caminhar nesta actividade. A lógica de encenação da Companhia de Teatro Cães à Solta é colectiva. Aumentando, desta forma, o leque de possibilidades de encenação, uma vez que cada elemento do grupo po-

de sugerir aos restantes uma solução cénica.

A par da representação teatral, o grupo tem incluído a arte musical no seu projecto, contando com três músicos permanentes.

Uma outra obra concretizada pelos Cães à Solta é a sua Sala de Ensaios e Representação, situada na Av. Infante D. Henrique, 1, 6005 Alcains, que oferece um ambiente intimista e aconchegante por entre o palco e os seus cinquenta e seis lugares oficiais.

Ao longo deste percurso, importa referir que a adesão do público tem sido muito positiva e calorosa, na medida em que tem sempre superado as expectativas. É de mencionar, também, que o tratamento e as relações que a Companhia tem estabelecido com os órgãos de comunicação social locais têm sido as melhores.

A temática escolhida pela Companhia para o ano de 2006 foi a Loucura; este tema será desenvolvido e dará o mote para a ordem de trabalhos anuais sob diferentes formas em todos os espectáculos previstos.

No horizonte do grupo está a realização de uma programação regular na sua Sala de Representação e Ensaios. ☼

*“Não é preciso ter cá emprego,
é preciso é criar cá emprego”*

(André Soares Canilho)

Ei-los que partem... ei-los que ficam

ADRACES



Anabela Campos, Hugo Esteves, Liliane Manteigas, Eugénia Cruchinho e André Canilho

GOSTAVA DE FICAR NA BIS

Anabela Castilho Campos tem 17 anos e, acabado agora o 12º ano, pretende tirar a licenciatura de Enfermagem, em Castelo Branco. Espera terminar o secundário com média de 14 valores, que talvez possa ser suficiente para conseguir entrar através de preferência regional.

Pensa que não há pouca gente a tirar esta área, o que há é pouca gente a sair dos cursos.

PENSA PODER FICAR NOS NOVOS PROJECTOS LOCAIS DA ÁREA

Hugo Filipe Tiago dos Santos Esteves tem 19 anos e encontra-se à espera dos resultados dos exames nacionais. De qualquer das formas já tem certeza que a matemática ficou para trás e, por isso, a universidade deixou de fazer parte dos seus planos. A sua aposta de formação vai agora para o curso de técnico de energias alternativas, ministrado pela Escola Secundária de Penamacor, com a duração de três anos.

Vive em Penamacor com os pais, sendo que o pai é empregado de balcão e a mãe auxiliar de educação. É filho único e, segundo o mesmo, “ainda bem”.

O FUTURO DIRÁ!

Liliane Sílvia Caria de Sousa Manteigas é natural de Pedrógão de São Pedro, tem 22 anos e pensa conseguir ingressar na Universidade de Coimbra em Direito. Espera acabar o secundário com média de 12 valores. O seu pai já faleceu e é a sua mãe que, como técnica de farmácia por conta de outrem em Penamacor, sustenta Liliane e o irmão mais novo que também está a estudar. O casamento não faz parte da perspectiva de vida de Liliane.

PODE IR E VOLTAR

Eugénia Cristina Tiago Cruchinho tem 17 anos e a prossecução dos estudos é a sua próxima etapa. O seu destino é, muito provavelmente (visto ter uma média de 15,5 valores), Lisboa, onde pretende tirar a licenciatura de Gestão de Empresas.

Não pretende regressar ao concelho de Penamacor assim que acabe o curso. Pretende ganhar experiência profissional na sua área, trabalhando no sítio onde tirará o curso e só depois – se tiver oportunidade – voltar para as raízes da sua terra. Mas acha difícil, uma vez que “as oportunidades de trabalho aqui são muito limitadas”.

O pai é empresário do ramo da construção civil e a mãe empregada de escritório. Tem ainda um irmão mais novo a estudar. Não descarta a hipótese de tratar da gestão da empresa do pai (actualmente feita por um contabilista), caso não encontre emprego em lado nenhum.

QUER FICAR.

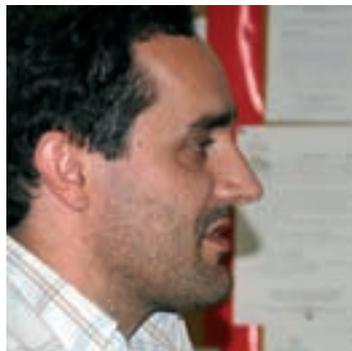
AFIRMA: “NÃO É PRECISO TER CÁ EMPREGO, É PRECISO É CRIAR CÁ EMPREGO”

André Soares Canilho tem 18 anos e pretende entrar na Universidade da Beira Interior, Covilhã, em Engenharia Informática. Terminada a licenciatura, pretende regressar a Penamacor, para tentar ajudar a melhorar as condições do concelho, “porque não é preciso ter cá emprego, é preciso é criar cá emprego”. O pai é construtor civil e a mãe é costureira, actualmente desempregada da Carveste em Caria. André tem ainda um irmão mais novo, com 15 anos.

André espera terminar o secundário com média de 14 valores. ☘

*Sobre experiências pedagógicas de sucesso.
Falamos os professores dos jovens rurais de S. Vicente da Beira*

Fixar os Jovens nos Meios Rurais, um Papel da Escola...



Profundas têm sido as mudanças que nos últimos anos, assolaram a nossa sociedade. A ideia tida como certa, de que existiria um emprego para a vida, é hoje uma realidade fora de propósito. As grandes peregrinações de mão-de-obra das zonas rurais para as cidades, procurando através de um emprego melhorar as suas condições de vida, são hoje um percurso incerto.

Assistimos, nos dias que correm, a um decréscimo da população activa nos meios rurais, um significativo aumento do índice de idosos e a uma reduzida camada jovem em idade escolar que olha o Presente e a Escola com desconfiança e receio, com poucas expectativas em relação ao que o futuro lhes reserva. O abandono escolar e o distanciamento dos interesses dos alunos pelos temas e universo da Escola vem sendo a realidade na maior parte das famílias carenciadas e dos alunos problemáticos.

Estes alunos têm como certo que nem o facto de procurar emprego na Grande Cidade poderá ser um factor importante para o seu próprio sucesso.

Assim, **a Escola, que tem tido um papel eminentemente desligado da orientação vocacional, tem que procurar responder às necessidades e expectativas da sua população escolar.** Pretendendo dar respostas aos problemas dos alunos e das suas famílias, esforçando-se através da formação para abrir outras portas, que não seja o insucesso ou ingresso precoce no mundo do trabalho sem qualificação e engrossar o número de trabalhadores ditos de *mão-de-obra barata*.

Assim a opção dos C.E.F. (*Cursos de Educação Formação*) foi uma aposta ganha. Conseguiram-se cativar 12 alunos, alguns deles estavam prestes a abandonar a Escola, sem o ensino obrigatório e sem qualquer certificação.

De alunos desmotivados passaram a ser alunos interessados, de alunos sem sucesso passámos a ter alunos de sucesso. Os resultados escolares melhoraram, mas o melhor foi ver a receptividade que os alunos tiveram nas empresas onde realizaram os seus estágios e o *feedback* bastante positivo dos seus monitores ao longo de estágio em contexto de trabalho. Este tipo de formação prática dirigida para uma profissão é fulcral, porque auxilia os alunos a descobrir do que são capazes, através de diálogo educativo e de currículos vocacionados para o concreto, atingindo pelos seus próprios meios os objectivos programáticos e construindo os seus saberes na sua própria Linguagem. O papel da Escola é prepará-los e levar a que descubram as potencialidades dos meios onde estão inseridos, motivá-los a serem empreendedores, formá-los no âmbito da análise das oportunidades e levá-los a construir os seus próprios meios de subsistência, através de uma aposta na formação em áreas carenciadas ou sem *mão-de-obra qualificada*, dando-lhes vantagens, aquando do ingresso na vida activa, cuidando do seu próprio futuro, fixando-se nos locais que os viram nascer, dando nova esperança e novo futuro para as localidades.

Isabel Adónis

Agrupamento de Escolas de São Vicente da Beira

OS ALUNOS DO “CURSO DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO EM CARPINTARIA” – RESULTADOS DA EXPERIÊNCIA.

Estes jovens, por dificuldades de aprendizagem, corriam o risco de abandonar a escola sem completar o nono ano.

Este curso de Educação Formação em carpintaria difere do ensino normal por ter um maior número de horas da componente prática. Das 35 horas semanais de aulas, 22 horas eram dedicadas a oficinas e a aulas teórico-práticas. No final, os alunos obtiveram formação de carpinteiros limpos, tipo 3, nível 2, equivalendo ao 9º ano de escolaridade. Se houver número de alunos suficientes (mínimo de 10), o curso prosseguirá durante mais três anos, com formação complementar, nível 3, de técnico orientador de obras, equivalente ao 12º ano. De uma turma de 12 alunos completamente desinteressados pelos estudos, 11 conseguiram concluir o curso com aproveitamento e oito deles estão com vontade de continuar até ao 12º ano.

Os alunos tiveram direito ainda a um mês e meio de estágio em empresas da região, no qual obtiveram boas notas e uma boa impressão dos formadores. Depois de terminado o estágio, três alunos já se encontram a trabalhar nas empresas durante as férias do Verão. Se o curso complementar não arrancar, muito provavelmente esses três alunos vão ser mantidos nas empresas. ☼

IPJ – Programas de apoio à juventude

O IPJ – Instituto Português da Juventude é a entidade responsável pela implementação das políticas públicas de Juventude definidas pelo Governo. Este apoio é consubstanciado no apoio ao Associativismo e aos Jovens através de várias iniciativas e programas, entre os quais mencionamos os seguintes:

Apoio à constituição de associações juvenis (gostava de formar uma associação com os seus amigos?)

Se tem ideias, projectos, interesses e objectivos comuns com os seus amigos, crie a sua própria associação. O IPJ apoia a concretização desse projecto, disponibilizando toda a informação e apoio técnico necessários. Conte com a nossa ajuda para tudo o que precisar para constituir a SUA associação.

PAAJ – Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil (a sua associação precisa de apoio?)

No IPJ o movimento associativo é apoiado através do PAAJ – Programa de Apoio às Associações Juvenis. Apoio técnico e financeiro a que pode recorrer. Apoio ao Plano de Actividades da sua Associação, equipamentos, recursos humanos, funcionamento, publicações, formação, assessoria jurídica são só algumas das áreas que temos à sua disposição. Esteja atento aos prazos de candidatura e verifique as modalidades que mais se adequam ao que precisa.

Programa - JUVENTUDE

É um programa comunitário que entrou em vigor em Maio de 2000 para jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos. Permite realizar intercâmbios, criar projectos por iniciativa própria, desenvolver tarefas como voluntário, num projecto de serviço comunitário no estrangeiro, por um período que pode ir até um ano.

Quais são os princípios e objectivos do JUVENTUDE?

- Contribuir para o desenvolvimento da cidadania dos jovens, permitindo-lhes desempenhar um papel activo na sociedade e na construção de uma Europa comum;
- Incentivar a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento de aptidões e competências que promovam a cidadania activa;
- Incentivar a aprendizagem intercultural;
- Promover o conceito e o valor da educação não-formal.

Quais são os principais actores no JUVENTUDE?

- As organizações de juventude a nível Europeu, nacional e regional;
- Outras ONGs sem fins lucrativos (organizações de envio e acolhimento de voluntários), autoridades locais;
- Grupos de jovens e jovens individualmente considerados;
- Jovens dirigentes, formadores, animadores de juventude e técnicos desta área.

O que são os intercâmbios Juventude para a Europa – JPE (Acção1)?

São acções baseadas numa aprendizagem intercultural que facilite a compreensão de meios culturais e sociais distintos.

Os intercâmbios JPE envolvem grupos de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos. O número mínimo de participantes é de 16 e o máximo de 60, no conjunto de países envolvidos. Os intercâmbios JPE têm de envolver grupos de jovens oriundos de:

- Países diferentes, nos Bilaterais,

- 3 países ou mais, nos Multilaterais.
- O programa do intercâmbio tem de basear-se num tema específico. Não são elegíveis:
- Festivais;
 - Programas de férias;
 - Viagens individuais;
 - Visitas académicas, intercâmbios escolares ou de formação profissional;
 - Actividades com fins lucrativos;
 - Reuniões estatutárias/internas das associações.

O que são as Iniciativas Jovens (Acção 3)?

As iniciativas jovens podem ser de dois tipos:

- As Iniciativas de grupo que implicam um projecto desenvolvido por, pelo menos, 4 jovens, com a duração de três meses a um ano. O projecto deve ser inovador para o contexto local e ter dimensão europeia.
- O capital Futuro é uma actividade de seguimento do SVE e consiste num projecto concebido por um ex-voluntário SVE. O projecto deve ter uma ligação clara à experiência adquirida pelo voluntário no seu projecto de acolhimento. O projecto poderá ter uma duração até a 1 ano e tem de iniciar-se até 2 anos depois de concluída a actividade SVE.

O que são as Acções Conjuntas (Acção 4)?

A acção 4 diz respeito a projectos que visam a criação de sinergias entre os diferentes programas educativos da U.E., i.e.:

O Programa SÓCRATES para a educação formal, superior e de adultos.
O Programa LEONARDO da VINCI para a formação profissional.
O Programa JUVENTUDE de educação não formal para jovens.

Esta acção é comum aos três programas.

Os projectos terão como referência os apelos a candidaturas publicadas no Jornal Oficial de Comunidades.

O que são as Medidas de Apoio (Acção 5)?

- Cursos de formação para animadores juvenis, formadores na área da juventude e responsáveis de projectos;
- Informação juvenil e estudos sobre juventude;
- Visitas de viabilidade com potenciais parceiros e visitas de curta duração;
- Seminários para identificação de parceiros, intercâmbios de experiências e estabelecimento de redes;
- Parcerias e redes transnacionais;
- *Job Shadowing* para animadores juvenis e técnicos na área da juventude;
- Seminários Europeus directamente relacionados com o Programa JUVENTUDE.

Quais são os Países envolvidos no Juventude?

Os países Programa

- Os 25 Estados Membro da União Europeia;
- A Islândia, a Noruega e o Liechtenstein;
- Bulgária, Roménia (países pré-adesão);
- Turquia.

Os países pré-adesão podem participar plenamente no programa, com alguns requisitos especiais no que se refere a actividades envolvendo países terceiros.

Países Terceiros

- Grupo de países do Mediterrâneo;
- Grupo de países da Europa de Leste e Cáucaso;
- Grupo de países do Sudeste Europeu;
- Grupo de países da América Latina.

Toda a informação sobre os diferentes programas de apoio está disponível no site www.juventude.gov.pt e nas Lojas Ponto Já. ☘

A 5 de Agosto de 2006 assumi, com muita honra, o cargo de Delegado Regional de Castelo Branco do IPJ - Instituto Português da Juventude. Deste então, tenho vindo a empenhar-me, de forma intensa, para a concretização da missão do IPJ a nível nacional e, em particular, no Distrito de Castelo Branco.

O IPJ é a entidade responsável pela implementação e execução das políticas públicas de juventude definidas pelo Governo. Neste sentido, procuramos estimular e apoiar a participação dos jovens em actividades de carácter social, cultural, educativo, artístico, científico e desportivo. Por outro lado, incentivamos a realização de actividades promovidas ou desenvol-

centrados da Administração Central. Os resultados deste trabalho conjunto estão à vista de todos! Para além dos números e do cumprimento dos objectivos, desenvolvemos, em comum, uma verdadeira cultura de afectos que vai ao encontro das necessidades dos jovens, dando resposta aos seus problemas e apostando nas suas potencialidades.

No domínio da coesão territorial e social alargámos horizontes e fomos à procura de coesão e solidariedade no quadro da União Europeia. Em parceria com a Direcção-Geral de Juventude do Governo Regional de Castilla y León, construímos um verdadeiro projecto de cooperação transfronteiriça – o

COJUTRA – que tem realizado acções com e para a Juventude desta região raiana. Para além do apoio financeiro que tem criado as condições para a realização deste projecto, julgo que estamos no caminho certo, uma vez que “lançámos à terra” as sementes da cooperação genuína que, certamente, germinarão depois do esgotamento dos quadros comunitários de apoio. A nível da integração europeia temos vindo a apostar no Programa Juventude, promovendo a mobilidade juvenil e os intercâmbios.

Ao longo do último ano aumentou, de forma significativa, o número de jovens e instituições que procuram o IPJ. Em resultado deste movimento verificou-se um aumento exponencial do número de projectos e também a sua cobertura territorial no âmbito dos limites do Distrito de Castelo Branco. O IPJ está mais presente e os jovens sabem disso.

A implementação da Loja “Ponto Já” – uma autêntica loja do cidadão jovem – na sede do IPJ, em Castelo Branco, a par de uma postura mais pró-activa e interveniente, contribuíram, de forma decisiva, para a obtenção destes resultados. Estou certo que este modelo da Loja Ponto Já irá estender-se a mais concelhos no distrito, permitindo uma intensificação das linhas de intervenção na área juvenil.

Temos vindo a contribuir para uma atitude mais atenta, solidária e interveniente da nossa juventude através da implementação de projectos sociais mobilizadores como, por exemplo, o Programa de Jovens Voluntários para a Floresta e o SNS-Jovem. No primeiro, os jovens ganham maior consciência ambiental, ajudando a sociedade na grande tarefa de proteger e valorizar a floresta; no segundo, os jovens estudantes das áreas da saúde contribuem, em ambiente hospitalar, para a humanização dos serviços.

O IPJ tem uma grande responsabilidade social. Tem um papel de peso no processo da educação não formal e também na preparação e formação complementar das novas gerações. ☼

Miguel Nascimento

Delegado Regional de Castelo Branco do Instituto Português da Juventude

A cruzada da juventude

ADRACES



vidas por associações ou agrupamentos juvenis.

No âmbito de um quadro de atribuições e competências a nível nacional o IPJ procura a nível local – no Distrito de Castelo Branco – cumprir todas as orientações estratégicas e, ao mesmo tempo, adaptá-las às circunstâncias e contingências do nosso território, a Beira Interior.

Neste contexto, procuramos criar as condições necessárias para que os jovens do Interior, em particular do Distrito de Castelo Branco, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento que os jovens do Litoral.

Com a magnífica colaboração dos técnicos do IPJ de Castelo Branco, temos vindo a realizar um trabalho que assenta, fundamentalmente, na criação de uma verdadeira rede de parcerias, de forma a ampliarmos a nossa capacidade de intervenção e também de maximizarmos os recursos humanos e financeiros que se encontram à nossa disposição.

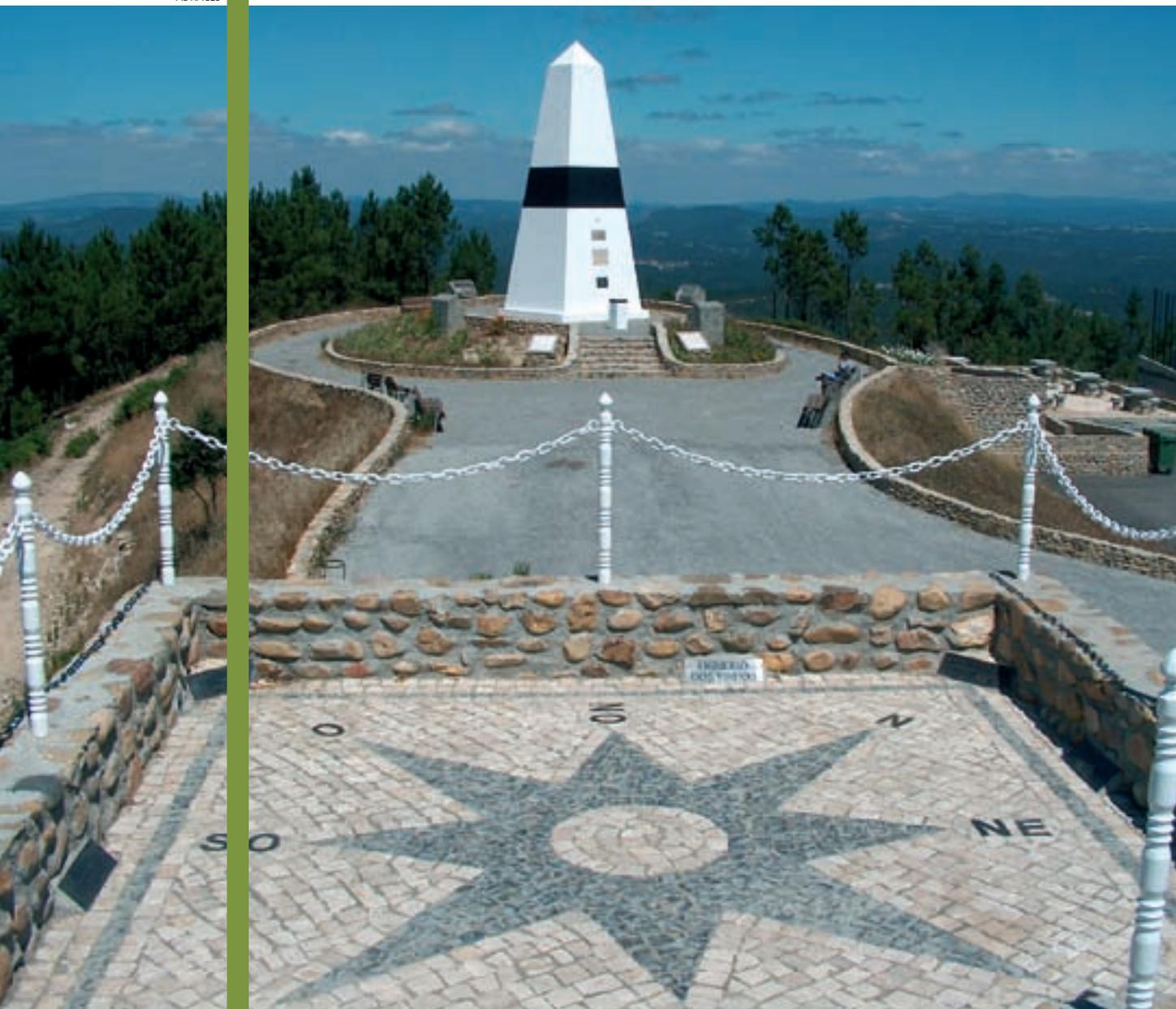
De norte a sul do distrito, temos procurado pontos de apoio e parcerias diversificadas com o nosso público-alvo – a juventude – e também com diversas instituições que se identificam com os nossos objectivos, como as Associações RNAJ, Colectividades, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social e organismos descon-

Vila de Rei

Um episódio excessivamente mediatizado ou uma estratégia pioneira de desenvolvimento local?

O texto que aqui se apresenta, não é um trabalho “de jornalista” no sentido clássico e deontológico da palavra. O autor, face às questões do desenvolvimento local em meio rural, não é neutro. Interroga e interroga-se, analisa e comenta. A partir da sua própria interpretação das práticas observadas, procura sempre, e sobretudo, fazer a pedagogia dos valores e princípios inerentes ao Desenvolvimento Local em meios rurais de baixa densidade demográfica e frágil base económica.

ADRACES



Vila de Rei

A água e o fogo marcam a sua muito antiga História

ADRACES



Com setecentos e vinte e um anos de existência, o Município de Vila de Rei, “Vila del Rei”, por serem então “do Rei” a maior parte destas terras, com foral régio do Rei Lavrador datado de 1285 (ao que consta por intervenção da Rainha Santa Isabel) é terra povoada desde a pré-história, por onde comprovadamente passaram em tempos menos remotos, entre outros, Celtas e Romanos.

Após a sua fundação, por ali se instalaram a fé e a espada das ordens religiosas dos Templários e de Cristo, para povoar (naqueles tempos os religiosos eram grandes povoadores), desenvolver e defender aqueles cumes altaneiros e os profundos e férteis vales deste território.

Lá pelo início do século dezasseis, em 1513, o Venturoso D. Manuel I reconfirmou o foral do seu antecessor, garantindo a Vila de Rei a condição de um dos mais antigos Municípios do País.

Porém, nem a sua idade, nem a sua situação periférica em relação aos centros das grandes convulsões europeias, nem as altitudes e os difíceis acessos da sua localização impediram que a violência das invasões francesas ali se fizesse sentir, provocando grandes destruições e prejuízos.

Como sempre, depois da destruição há que limpar o destruído e partir para a vida nova. Abrir-se ao Progresso, mesmo que esse progresso signifique a morte de mais alguma coisa!

Depois das invasões francesas do século de-

zanove, veio a “invasão da água” do século vinte! Dominou-se e prendeu-se a água na grande barragem de Castelo de Bode. Debai-xo dela ficaram as melhores terras de cultivo do Concelho e oito das suas povoações!

Vila de Rei contribuía assim para acabar com os dramas das inundações anuais das povoações ribeirinhas do Vale do Tejo e para lhes garantir o abastecimento ordenado de água para consumo humano e para a agricultura nas mais férteis terras do País.

Esta contribuição, por si só, é bem merecedora da solidariedade nacional quando novas desgraças se abatem sobre o Município! Ironia do destino, ou não, guardou-se muita água... mas não foi possível “guardar” as pessoas... todas as pessoas que ali faziam falta! No lugar das pessoas e das suas actividades muito diversificadas e conservadoras da natureza, foram-se plantando árvores, sobretudo eucaliptos e pinheiros – a nova riqueza do povo nas antigas terras do Rei! Mas as árvores, como as pessoas, necessitam de quem as cuide e limpe. Com a falta de cuidados e limpeza, chegou o fogo, qual besta maligna, qual vingança do demo! Foi no Verão de 1986, com repetição em 2003. Queimou tudo... deixando cumes e encostas de luto, cobertas de cinzas que o vento e a água das chuvas arrastaram para os rios e barragens da região, incapazes de impedirem tal tragédia.

E assim, pela fé, pela guerra, pela água, pelo fogo e pela coragem granítica daqueles que

desde sempre, geração após geração, labutaram e continuam a trabalhar para valorizar e desenvolver a antiga PORTELA DE S. SEBASTIÃO*, se moldou, através dos tempos, este Município que agora ganha novo e promissor alento, qual mítica Fénix renascendo literalmente das cinzas!

(* Assim se chamavam estas terras antes de serem “Vila de Rei” e, quem sabe se, seguindo a evolução inevitável da história, ainda um dia se virão a chamar “Vila do Povo”)

LOCALIZAÇÃO E NÚMEROS

Num País com a paixão futebolística que é a nossa, explicar a localização de Vila de Rei é extremamente fácil. Se imaginarmos que Portugal é um campo de futebol, Vila de Rei fica lá onde o árbitro põe a bola antes de começar o jogo, ou seja, no centro exacto do campo.

A 25 quilómetros da Sertã, 25 de Abrantes, 40 de Tomar, à mesma distância de Coimbra e de Santarém (110 quilómetros) e quase à mesma distância do Porto que de Lisboa, 230 e 190, respectivamente.

Pertence ao Distrito de Castelo Branco, tem uma superfície de 191,6 quilómetros quadrados e 3.354 habitantes segundo o Censo de 2001. ☼

Para todas as informações complementares: www.cm-viladere.pt



Uma “Rainha” em Vila de Rei?

Talvez seja coisa difícil de saber se foi verdade que a Rainha Santa intercedeu junto do Rei D. Dinis para obter o foral de Vila de Rei, mas, em contrapartida, podemos ter a certeza que a Dona Irene Barata, Presidente da Câmara, já intercedeu muitas vezes, e com sucesso, junto de todos os “reis e príncipes do nosso tempo”, em favor dos seus projectos para o seu Concelho. Nisto também ela tem sido e é Rainha! Rainha também em força de vontade e capacidade de decisão.

Perguntámos: De onde vem essa força e que força é essa? As respostas foram dadas com grande convicção e muita força!

– “Quando agarro uma coisa... é com tanta força, tanta força, que nunca me ponho interrogações... tenho de chegar lá... e ponto final!”

“Veja, talvez seja um bocadinho difícil de entender, mas é assim: por um lado, nunca me senti atrofiada ao longo da vida, mesmo como funcionária pública. Sempre desempenhei funções muito superiores às da minha categoria profissional, coisa que sempre contribuiu para estimular a minha autoconfiança. Por outro lado, essa força vem do facto de gostar de coisas difíceis.”

“Também vou buscar alento e coragem à minha consciência, pela tranquilidade que me dá saber que nunca uma qualquer atitude minha me tirou uma noite de sono... nunca na minha vida!”

“É uma força gerada na luta por objectivos difíceis. Para mim, uma das maiores razões a dar sentido à vida é a de sentir à nossa frente uma escada sem fim, com um novo desafio em cada degrau.”

“Não gosto de trabalhar para horizontes limitados. Não gosto de pensar – «vou até ali» – não, nós sabemos que a vida é curta, por isso gosto de coisas difíceis, de pensar com horizontes abertos!”

“E olhe que, com 62 anos, nunca, como já disse, nunca mesmo, perdi o sono por causa de qualquer problema decorrente de uma atitude menos correcta da minha parte.”

Voltámos a perguntar: Governar esta Câmara com o seu Partido no Governo ou fora dele, qual a diferença?

“Só é bom porque gosto de coisas difíceis. Por isso, não me importaria nada de pegar numa Câmara mais difícil do que esta. Claro que, se estiver o nosso Partido no Governo, as coisas tornam-se mais fáceis, há sempre um contacto mais fácil com os decisores. Se assim não fosse, Vila de Rei teria tido grandes dificuldades para conseguir recuperar das calamidades que a assolaram e do próprio isolamento em que vivíamos.

D. Irene, gostaríamos que comentasse algumas reacções de munícipes opositores seus. Quando lhes pedimos opinião sobre a actuação da Presidente da Câmara, o que nos responderam foi o seguinte: “Ah... a D. Irene... a D. Irene é o nosso Alberto João! A D. Irene... olhe, essa, se ela quiser, vai lá ficar até morrer!”

(Grande gargalhada) “Ah, que engraçado... gostava de ser. Claro que tenho uma grande admiração pelo Dr. Alberto João Jardim, permita-me até que lhe diga que sinto ter um pouco das suas características. Claro que também tem alguns excessos, mas não me importava nada de ser como ele.”

“Em relação a ficar até morrer na Presidência da Câmara, por mim, ficaria. Até já o disse muitas vezes aos funcionários e colegas que, se um dia perdesse as eleições, concorria para funcionária, só para não abandonar esta vivência construída ao longo destes quase vinte anos. Como isso parece não acontecer, o que está no meu horizonte é que este é realmente o meu último mandato. Sabe, é bonito, chegada a hora, sair pela “porta Grande”. Este mandato foi ganho com uma percentagem tão elevada (83% dos votos), que dificilmente será possível conseguir melhor, por isso, penso que esta será boa ocasião para sair. Estes últimos anos de mandato servirão para preparar a renovação, se possível, na continuidade.

Deixarei a Presidência desta Câmara, mas, se Deus me der vida e saúde, irei continuar a trabalhar aqui ou noutra lado onde um “grande desafio” me atraia”. ☼

Não há territórios pobres, o que há são territórios com ou sem capacidade para definir estratégias e projectos a médio e longo prazo.

Apreciado sobre este ângulo, o Concelho de Vila de Rei pode ser considerado um território rico. Também neste caso, a comunicação social prestou grande atenção à “árvore” (a vinda dos brasileiros) e parece não ter visto a “floresta”, que é a estratégia global de desenvolvimento em que esse acontecimento se insere.

Se a questão se restringisse ao número de lares e serviços para os idosos do Concelho, embora sendo importante, nada de original ou novo ali estava acontecendo, uma vez que isso é o que todos os municípios se esforçam por fazer.

Não, em nosso entender, e ao contrário daquilo que habitualmente é feito, não se procurou simplesmente uma solução de curto prazo para responder à situação calamitosa provocada pelos incêndios. Aproveitou-se uma desgraça para pensar o futuro e encontrar a “alavanca” que permitisse a Vila de Rei descolar para um projecto de modernidade.

Um território com estratégia

Considerando todas as diferenças de escala, é como se ali se tivesse dito e feito o mesmo que disse e fez um outro personagem da nossa história ao mandar cuidar dos vivos e enterrar os mortos, desde logo abrindo caminho à Lisboa pombalina!

Quando a obra reverte com rapidez e substancial efeito concreto para o bem-estar dos mais desprotegidos, é de bom senso relativizar as possíveis críticas à democraticidade dos processos.

Identificada a “alavanca” – **fazer de Vila de Rei um lugar de excelência para a residência de idosos de todo o País e do estrangeiro com posses, para desfrutarem desse nível de serviços** – como principal sector de actividade com potencialidades suficientes para impulsionar a tal *decolagem* até atingir a força e velocidade necessárias à criação de uma base própria de sustentação social e económica..., restava, como diz D. Irene, pôr a máquina em andamento.

Note-se que sempre nos foi dito que uma coisa é o arranque, outra será atingir uma situação de estabilidade social e económica, só possível pela integração complementar de diferentes projectos que, por serem de mais lenta realização, deles se falará mais tarde.

Tudo o que se fez a partir de então, a partir da definição da estratégia, faz parte da execução dessa mesma estratégia. O futuro “Centro de Acolhimento” é a âncora mãe de toda a estratégia. Sobre a questão, a Presidente sublinha que:

– “Nós, Câmara, não temos tido capacidade para a construção. Temos o terreno e o projecto, e temos andado à espera que apareça (parece que agora vamos conseguir) um empresário que pegue neste grande projecto que mudará, sem dúvida, a situação de Vila de Rei. Na realidade, trata-se de um grande complexo com múltiplas valências a construir progressivamente, sem esquecer

a hotelaria e a restauração, onde a própria agricultura biológica será encarada como fonte de alimentação segura e de alta qualidade para os idosos residentes. A pureza do ar que aqui se respira sem um só foco de poluição e a proximidade a dois bons hospitais (Abrantes e Torres Novas), aliados à existência de equipamentos de última geração e serviços profissionais personalizados e de grande qualidade, permitem-nos perspectivar o sucesso dos objectivos definidos.”

ADRACES



– “Obviamente que estamos a preparar outros projectos, como é o caso daquele que designamos por “Projecto D. Dinis” que está a ser elaborado por um gabinete técnico que funciona aqui mesmo no edifício da Câmara, sob coordenação do Eng. Flores. Também é um projecto inovador que perspectiva a integração da defesa da floresta com o turismo. Por enquanto não quero adiantar mais sobre ele porque sabemos que é um projecto que só poderá avançar com o apoio do próximo quadro estratégico de referência (antigo quadro comunitário de apoio).”

A INOVAÇÃO E PIONEIRISMO DA ESTRATÉGIA

Se é verdade que a principal riqueza de um território está na sua capacidade de projectar o futuro e pugnar pela concretização dinâmica da estratégia orientadora da sua acção, também é verdade que, ao contrário daquilo que genericamente se tem feito, é necessário ter em consideração uma outra premissa fundamental para assegurar a estabilidade do desenvolvimento de um território, que é: – *Territórios com futuro são aqueles que conseguem criar actividades económicas não deslocalizáveis* – o que nos parece ser o caso. Outra das “novidades” desta estratégia é que ela demonstrou conter em si mesma fortes elementos de autopromoção, como foi o caso da vinda das famílias brasileiras. ☼

Os emigrantes brasileiros de Maringá E a polémica promoção mediática da iniciativa

MARINGÁ

Maringá, cidade do Noroeste do Estado de Paraná, povoação fundada a 10 de Maio de 1947, elevada a Município em 1951 e a Comarca em 1954, é hoje uma Cidade com 319 mil habitantes (Censo de 2005), sede metropolitana de uma vasta região, metrópole moderna de concepção urbanística planificada com largas avenidas e densa arborização (40 metros quadrados de área verde por habitante!).

O desbravamento das matas subtropicais para dar lugar à futura cidade iniciou-se nos finais dos anos 30 com a vinda de colonos Paulistas e Nordestinos, que foram, mais tarde, secundados por fortes contingentes de emigrantes japoneses, portugueses, árabes, alemães e italianos.

Maringá está geminada desde 1982 com a Cidade de Leiria, graças à influência de um grupo de emigrantes/empresários portugueses que para ali se fixaram. Essa geminação teve inícios auspiciosos, mas veio a ser interrompida por um largo período por questões relacionadas com a política local de Maringá, sendo reatada com grande dinamismo em 2005, ano em que uma extensa delegação visitou o nosso País, em particular o Distrito de Leiria.

Leiria – Maringá – Vila de Rei, eis um triângulo de contactos e afinidades políticas e económicas, que talvez possa explicar o porquê de Maringá e não de uma outra qualquer terra do Brasil.

O “ESCÂNDALO” DA VINDA DAS 4 FAMÍLIAS DE MARINGÁ

Diz D. Irene:

- “Não deixa de ser curioso. Estou casada há 44 anos e, por isso, devo estar fora de moda, porque realmente agora o que é moderno é o divórcio e as separações. Com esta questão passa-se o mesmo: o que é normal é a clandestinidade; aparecer um projecto de legalização e correcto, é a excepção!”
- “Há males que vêm por bem. Sabe, toda essa polémica

foi muito positiva para a promoção da minha estratégia... mesmo muito positiva, colocou Vila de Rei no mapa.”

- “Depois daquele programa na televisão, surgiu uma chuva de pedidos de informação e de contactos para investimento e trabalho, que nunca poderia ter conseguido de outra forma.”
- “Quero pessoas em Vila de Rei, mas só as quero nas mesmas condições em que estas vieram, devidamente seleccionadas e devidamente legalizadas, de contrário não.”
- “Não basta encontrar pessoas dispostas a vir para Vila de Rei. A nossa estratégia exige certos perfis morais, de formação e de disponibilidade, que só se conseguem quando há possibilidade de selecção.”

O GRUPO “PIONEIRO” E AS SUAS RAZÕES:

São quatro famílias:

Pedro Luís Ramos Oliveira tem 51 anos e é natural de Maringá, Brasil. É formado em Linguística e Literatura Brasileira, mas trabalhava na área da publicidade e da propaganda, numa agência de sondagens própria, na cidade brasileira. Actualmente, está a trabalhar na área da restauração na Albergaria D. Dinis em Vila de Rei. Pretende criar uma empresa de assessoria publicitária no concelho vilarrense.

Pedro é casado com Adélia Oliveira, de 28 anos, que tinha um salão de beleza no Brasil, do qual “retirava bons ganhos”. Adélia pretende montar o seu próprio salão de beleza em Vila de Rei, mas, entretanto, está empregada no sector de hotelaria da mesma Albergaria.

O casal tem dois filhos: Lauren Louise de 7 anos e Luís Vinicius com 3.

Marcelo Duarte é um jovem natural de Maringá, mas que, curiosamente, tem familiares em Proença-a-Nova. Trabalha como Técnico de Informática numa empresa da Sertã. É casado com Letícia, também natural de Maringá, e que tem o curso de Psicologia.



Leticia está consciente de que vai ter muitas dificuldades em singrar na sua área de formação em terras lusas. Actualmente, trabalha na Albergaria D. Dinis. São pais de Helena de 11 anos e de Mateus de 7 anos. Leticia está grávida de 4 meses. O terceiro filho nascerá, portanto, em território português.

Daniel Padilha é oriundo do Sul do Brasil, mas encontrava-se a viver em Maringá quando foi seleccionado para recomeçar a sua vida em Portugal. Veio para Vila de Rei com a sua esposa Regiane e com a sua irmã mais nova Daiane. Daniel e Regiane encontram-se ambos a trabalhar na área da restauração no restaurante Ponte Velha. Já Daiane dedica-se ao mesmo sector, mas no restaurante Santo Amaro.

Cecília Fraga veio para Portugal, como todos os outros, “em busca de uma nova vida” (ver artigo da própria mais adiante). A sua actividade em terras vilarengenses assenta no sector da hotelaria, que desenvolve na Albergaria D. Dinis.

Cecília é a única que já não mora na residência conjunta em São João do Peso, antes está já instalada com os filhos numa casa em Vila de Rei.

Actualmente divorciada, é mãe de duas crianças: Rebeca, que conta actualmente com 14 anos, e o Artur, com 4 anos.

As razões evocadas são muito diversas:

- Há quem mencione a crise da agricultura e da pecuária, provocada pelas políticas do Governo de Lula da Silva que afectam actividades de suporte da economia de Maringá, provocando um certo abrandamento da actividade económica e afectando directamente o seu sector de actividade, a publicidade (Pedro Ramos Oliveira).
- “Dar um salto para uma nova vida, um salto para o desconhecido, para melhor ou para pior, um salto para rasgar horizontes, para romper com a rotina, para desafiar a sorte. «Pé na tábua e fé em Deus», como dizemos lá no Brasil” (Marcelo Duarte).

- A possibilidade de criar os filhos num ambiente são, tranquilo e sem grandes riscos, com um bom sistema escolar. A questão da segurança é mencionada pela maioria como factor de grande importância.
- “A possibilidade de arranjar um trabalho ou desenvolver uma actividade com reconhecimento da sua utilidade social pela Comunidade que nos acolhe, permitindo aumentar a nossa auto-estima e uma qualidade de vida diferente” (Leticia)
- Mas também uma razão tão simples quanto esta: - no Brasil há aqueles que já foram à Europa e os que ainda cá não vieram. Ter vindo ou não à Europa tem influência até no salário que recebe!

Aquilo que vieram encontrar corresponde ao que lhes foi prometido?

Temos consciência de que tudo está sendo feito para resolver alguns dos inconvenientes próprios desta fase de instalação. Os dois maiores problemas, já em vias de solução, são o alojamento e o isolamento para quem não tem meios de transporte próprio. Uma das famílias já está vivendo cá na Vila na sua própria casa, outras seguirão em breve, ficando apenas uma família em São João do Peso a trabalhar no Centro de Acolhimento daquela localidade, não na casa onde vivemos todos, mas noutra mais adequada. As coisas estão-se resolvendo e, até Setembro, tudo estará normalizado. As pessoas são fantásticas, sentimo-nos protegidos e ao mesmo tempo privilegiados em relação a tantos compatriotas que cá chegaram sem legalização e enquadramento que os ampare no difícil período de adaptação à nova vida.

Possivelmente, muitos não compreenderam as razões deste nosso privilégio e até talvez tenham influenciado a reacção de certos sectores de opinião contra a nossa presença em Portugal, o que só demonstra a exemplaridade do processo que nos trouxe até cá. Resta-nos corresponder e dar o nosso próprio exemplo, fazendo todo o possível para ultrapassar as saudades da terra e os pequenos inconvenientes de um quotidiano que já não é apenas sonho, mas realidade.



TESTEMUNHO DO VIVIDO

O artigo que se segue é da autoria de Cecília Fraga, que aceitou ao nosso convite para nos ir comentando, em cada número da VIVER, as suas impressões, sobre a sua integração e a dos seus companheiros, na Vida de Vila de Rei e em Portugal.

DIÁRIO DE UM MUNDO SEM FRONTEIRAS

Uma música já disse: tão longe e tão perto... Há pouco mais de dois meses na minha “nova” pátria, Portugal, já consigo ter certeza de que tomei a decisão certa. As coisas ainda não estão totalmente acomodadas, mas o mundo não foi construído em um único dia e uma nova vida também não poderia ser estruturada em tão pouco tempo. Mas essa história começou muito antes...

A mudança de vida parecia inevitável. As forças do universo estavam a meu favor. Apesar da vontade, não fazia nada para procurar a mudança e quando menos esperava veio a proposta de me inscrever num programa para mudar para Portugal. Um projecto audacioso, em uma pequena cidade, no Interior do país. Em pouco tempo meu currículo estava misturado a outros mais de setecentos. Como que por milagre, fui seleccionada.

Foram sete meses de espera e angústia para tornar o sonho em realidade. A demora me fez hesitar várias vezes, mas a vontade de recomeçar foi maior, não deixei meus medos tomarem conta da situação e segui em frente.

Não foi fácil deixar meu país, família, amigos, emprego, toda uma história. Muitos ainda me perguntam, por quê? Mas a resposta não é tão difícil. Profissionalmente já tinha atingido um grau aceitável. Muito pouco poderia melhorar na cidade onde estava. Seria preciso deixar o interior para ir buscar um centro maior, talvez Curitiba, São Paulo, uma capital. Decididamente, esse não era meu projecto.

Na verdade, nasci em São Paulo, capital, e já havia deixado a cidade grande por um local onde a qualidade de vida fosse melhor. Maringá é assim. Um lugar lindo, com alta qualidade de vida, mas poucas oportunidades na minha área profissional e eu já havia conquistado meu espaço. Queria mais. Era hora de mudar.

Pessoalmente nada me prendia no Brasil a não ser laços afectivos. Divorciada, com dois filhos, precisava de um lugar que me desse tranquilidade. O convite

parecia ser especialmente destinado a mim.

No dia quatro de Maio chegamos em terras lusitanas. Pouca bagagem, muita esperança. Trouxemos apenas o necessário, já que não foi possível trazer todos os nossos pertences. Junto com a gente, outras três famílias, ainda pouco conhecidas por nós. Havíamos sido apresentadas cerca de três meses antes, quando iniciaram as reuniões das famílias seleccionadas.

Quatro destinos, quatro esperanças diferentes. A dificuldade parecia começar. Fomos todos para mesma casa, oito adultos e seis crianças.

Para meus filhos, uma adolescente de 14 anos e um menininho de três, que completou quatro há poucos dias, foi uma experiência muito boa. Eles nunca tinham convivido com tantas pessoas, fora os períodos de férias, quando nossa família se reunia. Muita bagunça, brigas, confusões, alegrias. Uma mistura de sentimentos.

Ficamos instalados em um quarto pequeno, com três camas e um guarda-roupas, ou guarda-fatos como vocês dizem, e uma cómoda. Uma loucura. Mal couberam nossas coisas, que são poucas. A boa vontade de algumas pessoas foi o que nos ajudou. Nos deram roupas, cobertas e carinho. Fazia frio além da conta quando chegamos e não estávamos preparados.

Como mulher independente, dona do meu nariz, tive que aprender a depender dos outros e a contar com o apoio de pessoas desconhecidas. Sorte que essas mesmas pessoas se tornaram amigas, companheiras na dificuldade. Como se diz por aí, uma mão lava a outra. Não é fácil imaginar tudo isso. Talvez aqueles que algum dia também já enfrentaram uma grande mudança, como aqueles que vieram de Angola, que também passaram por muitas dificuldades.

Foram dois meses até que consegui uma casa, uma morada, em Vila de Rei. Uma casa só nossa, minha e dos meus filhos. Um espaço nosso para dormir e acordar quando queremos. Fazer comida do jeito que gostamos. Limpar a casa, sem atrapalhar ninguém ou ser atrapalhada. Coisas normais do dia-a-dia.

Com poucas condições, mas muita coragem e apoio de muitas pessoas, mudamos. De novo um recomeço. Novas adaptações. Voltar a morar somente nós três, longe da confusão de ter muitas pessoas juntas, mas também do amparo nas dificuldades.

E assim vamos tocando nosso destino. Ou melhor, administrando meu sonho de uma vida melhor, mais saudável, segura, tranquila, com oportunidades profissionais e pessoais para mim e para meus filhos. Um mundo novo, sem fronteiras... ❁

Na óptica da formulação das políticas de apoio ao desenvolvimento local, o interesse no estudo das relações entre inovação e empresarialidade é manifestamente actual, agora que se agudizam os problemas associados à crescente mobilidade e deslocalização das actividades, no âmbito de uma economia que, paradoxalmente, vem transformando o mundo numa *aldeia global*. A problemática da competitividade empresarial e territorial tem vindo, de facto, a ganhar peso crescente nas agendas dos decisores políticos.

Os territórios periféricos de baixa densidade debatem-se com sérios proble-



Domingos Santos
Docente do IPCB

Inovação, empresarialidade e desenvolvimento local: das carências às oportunidades

mas estruturais a nível sócioeconómico. A melhoria das suas trajectórias de desenvolvimento é uma tarefa cujos resultados mais palpáveis remetem para horizontes de médio e longo prazos. Mas, como relembra Braudel, *o futuro não se prevê, prepara-se!*

O discurso mais comum sobre a problemática dos territórios de baixa densidade é, frequentemente, centrado sobre as carências, de modo que, por inferência linear, toda a ideia de desenvolvimento está umbilicalmente associada à existência de um acréscimo de recursos, designadamente externos. Esta perspectiva acarreta uma séria consequência negativa, na estrita medida em que se tende a transferir para entidades exógenas a responsabilidade sobre as opções de desenvolvimento local. E descentra a substância e o discurso sobre o desenvolvimento local, desvirtuando-o mesmo, tornando-o estéril. É o velho lamento do *Calimero*, que interessa, de uma vez por todas, ultrapassar!

Encetar processos de desenvolvimento assentes na inovação implica refutar esta mentalidade negativista e assistencialista, dado que o acento tónico das dinâmicas de qualificação territorial tem, naturalmente, de ser colocado sobre as potencialidades, por pouco auspiciosas que estas possam parecer.

Sublinhe-se que esta renovada percepção das dinâmicas conducentes à inovação entronca na noção de território enquanto sujeito criador de recursos estratégicos e activos específicos, que substitui o tradicional paradigma que encarava os territórios como suportes passivos e meros contextos locativos para a actividade económica – *o território figurante*. Esta nova concepção do desenvolvimento territorial tem implícita a substituição do paradigma das vantagens comparativas pelo

paradigma das vantagens competitivas, deslocando as alavancas dos processos de qualificação territorial do chamado *hardware* para o *software* do desenvolvimento, designadamente visando a criação de externalidades e a valorização do meio – *o território protagonista*. A viabilidade destes sistemas territoriais de inovação passa por estar, assim, mais centrada e dependente das capacidades locais de recriação de recursos e saberes. Claro está que a problemática da endogeneização da inovação, enquanto vector primordial de afirmação competitiva, se encontra relativamente distanciada da realidade sócioeconómica das zonas rurais e de baixa

densidade, uma vez que os mecanismos que estão subjacentes à génese da inovação, nas suas diferentes modalidades, exigem um complexo de condições que raramente se localizam nesses espaços territoriais.

Este facto remete para um dos aspectos fundamentais a que há que atender nestas matérias do desenvolvimento territorial, que se situam a montante do processo inovatório propriamente dito, e que se prende com a profunda rarefacção da capacidade empresarial de matriz local que filia num complexo múltiplo de causas, designadamente de índole cultural. Normalmente, as políticas de fomento empresarial em Portugal actuam sobre as condi-

ções de concretização dos projectos, todavia, especificamente em territórios de baixa densidade, as maiores dificuldades localizam-se, sobretudo, a montante, pelo que é preciso reequacionar as formas de actuação que têm vindo a ser compreendidas.

Além disso, predomina, entre os empresários destas regiões, uma noção muito enviesada e restritiva de inovação, já que frequentemente confundem estratégias de modernização, baseadas na renovação dos factores de capital físico, com estratégias de inovação, que apontam essencialmente para os factores de natureza imaterial.

Esta é, de facto, uma oportunidade imperdível para, também no Portugal Interior, casar, de modo planeado e articulado, tradição com modernidade, saber fazer secular com conhecimento científico e tecnológico, especificidades locais com abertura ao mundo, inovações de âmbito empresarial com inovações institucionais, fundindo num todo coerente instrumentos e medidas que, geralmente, são produzidos e implementados avulso e casuisticamente. Cremos poder ser este, em Portugal, o verdadeiro embrião da política de animação económica e de inovação em meios rurais.

Manifestamente, a ruralidade não pode ser entendida como um obstáculo à inovação – deve antes ser percebida como uma oportunidade para criar diferenciação, ou seja, para promover a inovação face a outros territórios e empresas.

Dito noutros termos, a capacidade endógena de empreender e de inovar é fundamental para o gradual, mas seguro, renascimento competitivo destes espaços periféricos de baixa densidade. Haverá outros caminhos para o desenvolvimento sustentável e a modernidade? ❁

Pactos Locais. Um processo francês de Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local: o exemplo do *Haute Vallée* de *l'Aude* (Vale de *l'Aude*)

O Sul do distrito constitui a planície oriental da cadeia dos Pirinéus e é ocupado pelo *Vallée de l'Aude*. Esta constituía o eixo organizador da actividade económica, concentrando 60% da população e a maioria das empresas. As últimas fecharam: *ateliers* de fabricação de chapéus em feltro de lã, a fábrica Formica está descentralizada por decisão dos accionistas americanos, a fábrica de sapatos Myrys fechou, a madeira e a viticultura estão «em crise» a nível mundial, o que se repercute até aqui. O subprefeito em representação do Estado, encarregado de ajudar os territórios que vivem das descentralizações e das reestruturações, diz ainda que «este território está riscado do mapa económico» e não voltará a ser ajudado!

Neste contexto de fragilidade económica, a abertura de uma linha aérea de baixo custo em Carcassonne torna o território de fácil acesso para a Inglaterra, a Irlanda, a Bélgica e a Alemanha, com efeitos contrastados. O impacto a longo prazo é difícil de determinar. Se a frequência turística estiver em forte crescimento, os preços do imobiliário também estarão. Os locais eleitos têm muito menos meios para reagir. Os habitantes deste território sofrem as consequências desta evolução que não desejaram. Enquanto país, já não podem assegurar a transmissão, nem pela língua occitana, nem pela profissão, quer seja agrícola ou industrial.

COM QUE FORÇAS VIVAS PODE ESTE TERRITÓRIO CONTAR?

Nesta situação, é bastante útil saber quem são os habitantes, de que vivem e quais são as suas razões pessoais para lá viverem, se são naturais de lá ou de fora...? Em 2003, a Associação BASE Sud Audois (*Bureau pour l'Action Solidaire dans l'Espace Sud Audois* – Gabinete para a Acção Solidária no Território Sud Audois) tomou a iniciativa de realizar um estudo demográfico, quantitativo e qualitativo. Quem são os novos residentes ao fim de dez anos? Trata-se de esclarecer a tomada de decisão dos responsáveis locais. A associação apoiou-se no saber fazer de um demó-

grafo para dar credibilidade aos resultados obtidos¹. Muitos dos seus membros participaram no inquérito, desde a sua concepção até à sua exploração. Depois, os resultados foram postos em debate público nos municípios do inquérito, junto dos habitantes, dos eleitos, dos serviços públicos.

Os resultados demonstram bem as ideias recebidas: 54% são activos empregados. A taxa é superior à taxa média do *Haute Vallée de l'Aude* no seu total que é de 42% (extrapolação 2003). 28% têm menos de vinte anos enquanto a percentagem é de 22% no HVA.

Existe um fenómeno que não deixa de ser inquietante: o das partidas e dos regressos. Se contarmos 13 080 novos residentes entre 1990 e 1999 (31,5% da população total), podemos contar também 11 639 partidas de residentes. E o saldo natural revela-se negativo (- 2 1999). O saldo migratório estabelece-se em 1 441 pessoas. A situação é, portanto, frágil, ou mesmo reversível. Qual o motivo destas partidas? O que se passa?

Os novos residentes do *Haute Vallée de l'Aude*, em 70% dos casos, provêm da área mediterrânica, do distrito de *Aude* (20%) e dos distritos vizinhos dos Pirinéus Orientais, de *Ariège* ou das regiões vizinhas dos *Midi-Pyrénées* ou de *Provence Alpes Côtes d'Azur* (50 %). Apenas 30% vêm do Norte do Loire, essa linha de demarcação linguística altamente simbólica para a cultura occitana: da região Parisiense (8%) e da Bretanha, do Norte de *Pas de Calais* (7%) e da Europa (15%). Estaríamos, portanto, errados ao pensar que a amálgama se generaliza. Na grande maioria, a preferência diz respeito às mobilizações de curtas distâncias culturais e familiares, de forma a não perder o contacto com o seu meio de origem.

Os presidentes das câmaras questionados são sensíveis ao facto de que a chegada de novos residentes aumenta o ramo imobiliário, construído e não construído, e origina uma forte procura de alojamento. A extensão das aldeias não se faz com base na definição de um «direito de construir», com um projecto de urbanismo concertado, mas sim como uma coisa a seguir à outra. O mercado imobiliário está largamen-

¹ Estudo SEGESA - BASE Sud Audois, 2003. Disponível no site do Pays de la Haute Vallée de l'Aude: www.payshva.org



JEAN-GUY UBIERGO

te organizado pelo exterior, à escala europeia ou mesmo internacional, por agências de viagens, agências imobiliárias, promotores, investidores privados, grupos financeiros. Cada município age à sua escala e vê-se despojado de meios para influenciar o fenómeno.

As conclusões da BASE Sud Audois deixam em evidência que a grande partição reside entre residências secundárias e residências principais. Exerce-se uma verdadeira concorrência ao espaço rural. Esta ameaça a possibilidade de se instalar, principalmente na agricultura, para as crianças do país, para as dos migrantes das primeiras vagas e ainda mais para as dos novos residentes, até criar vivas tensões entre elas devido à disposição da terra nos estabelecimentos actuais. A ideia de um espaço em plena natureza a preservar é muitas vezes evocada pelos presidentes das câmaras. Ela raramente é referida à cultura, é vista sobretudo numa especialização de territórios com vista a dar resposta às procuras de lazer.

A ENERGIA DO LOCAL DE VIDA ESCOLHIDO

As decisões desenvolvem-se em casa. A maioria das escolhas de migração é voluntária. O acaso é predeterminado. Resulta de uma vida de pesquisa: os jovens que querem aliar a actividade à natureza, as separações conjugais, a reforma como alguns momentos na vida. Permitir-se a isso, experimentar, viver uma experiência diferente. Excepto no caso de uma grande precariedade ou de a viatura ficar avariada e, já que não há forma de ir embora... O território é um espaço, incutido desde o início no imaginário: um regresso à casa de família,

«o perfume dos anos 50», longe do barulho e das exigências cansativas», «horas nas florestas», o sonho de possuir uma casa no meio da natureza, o sonho de uma criança de 9 anos, um projecto de adolescente. Os migrantes estão dispostos a correr riscos, a reconsiderar a sua vida. Não é de admirar que isso origine novos casais, quando a decisão dá lugar a uma ruptura afectiva. As capacidades pessoais demonstradas para «ter uma boa vida» no território são inúmeras, algumas provêm da energia interior da tenacidade, da autonomia, da paciência, da francofilia. Uma amizade é, em muitos casos, a primeira relação que decide o local de chegada. Muitas são escolhas bem reflectidas de investir ali o seu capital, o seu poder de compra, o seu saber fazer.

AS DIFERENÇAS ENTRE O TERRITÓRIO IDEALIZADO E A REALIDADE

Entre o território imaginado como «ideal para si» e o território tal como ele é, existem diferenças, subestimadas no início e que podem originar um regresso. As constatações são muitas vezes severas para o meio local: falta de acolho, falta de informação, pessoas fechadas, pequenos poderes. Na criação da sua actividade, os novos residentes sentem-se pouco ajudados. O problema do alojamento vem no topo da lista de preocupações expressas. O dos serviços públicos locais vem logo depois, principalmente no que toca à educação de crianças e jovens ou a meios de transporte. «As empresas não estão interessadas na relação com o cliente», «a qualidade ou a qualificação não são procuradas», enquanto existe uma clientela solvível cuja escolha de vida

se inscreve nesta conduta. «Não existe uma base organizada do meio envolvente dos projectos que são levados a cabo». O território é «um potencial enorme orientado sem originalidade em torno de uma indústria turística bastante convencional».

Outros aplicam-se bem a fazer esforços para se adaptarem e acham que o meio local é acolhedor. «Aqui sou conhecido pelo presidente da Câmara, o que nunca consegui em 50 anos de vida na Holanda na pequena cidade onde habitava». Alguns aprendem a falar francês, aprendem o funcionamento dos sistemas de acção locais para lá conseguirem um lugar, participam na vida municipal ou associativa, organizam-se em redes paralelas, informais ou não. Alguns acham mesmo, comparativamente, que esse território é mais acolhedor do que os outros.

Como não existe emprego – ou quase não existe –, são muitos os novos residentes que desejam criar as suas actividades. Muitas vezes estão ligados ao turismo e ao alojamento no meio rural, menos frequentemente do que antes com a escolha por uma actividade agrícola. Estas contribuem, no seu conjunto, para a organização de um novo potencial de uma economia turística difusa. Sem meios financeiros, sem poder de compra no início, é mais difícil do que há dez anos conseguir um estabelecimento económico viável.

AS RELAÇÕES, MESMO INFORMAIS, AS REDES SOCIAIS SÃO ESSENCIAIS

Para conseguir um bom estabelecimento, não é preciso estar sozinho(a). É um motor da organização das solidariedades. Muitas vezes existentes antes da migração, as redes



são estabelecidas de imediato com o país ou a região de origem e utilizadas para organizar novos circuitos económicos. Constroem-se redes capilares no campo profissional a distâncias por vezes longínquas e num modo especializado (salões de olaria, de couros, vendas agrícolas, feiras, sites na Internet) com as quais se organizam livros de encomendas, se enchem alojamentos, para além do «boca a boca».

Criam-se novas relações locais devido a problemas por resolver ou à guarda de crianças, aos transportes, à procura de um alojamento, à partilha de ideias, ao prazer pela festa, aos encontros, a uma visão alternativa da vida partilhada. Estas aspirações contribuem para revelar talentos, para renovar os serviços propostos localmente e para viver trocas culturais, bem longe das ideias de uma França profunda ocupada com o mundo. A ausência de relação ou de rede pode estar na origem de um regresso.

MORADORES QUE QUEREM DAR O SEU CONTRIBUTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PORQUE GOSTAM DESTA VIDA RURAL

Uma vez identificados os trunfos e os obstáculos, torna-se possível colocar as perguntas certas e iniciar o debate no território acerca da visão de um futuro desejado

há dez anos. Era a perspectiva que deu início à lei do desenvolvimento duradouro do território, em Julho de 1999 em França e a posição que adoptámos, no BASE Sud Audois: tomar a iniciativa de nos organizarmos, fundando o nosso projecto associativo acerca da boa utilização dos recursos locais cujos habitantes, a sua cultura, o seu desejo de continuar a viver lá, constituem a primeira força viva. Fundada em Novembro de 2000, esta plataforma de associações e de empresas reúne pessoas «empenhadas há muitos anos em actividades solidárias de acompanhamento do percurso de inserção, de estabelecimento de novos activos, de serviços às colectividades no domínio da recolha e reciclagem dos resíduos industriais comuns (RIC), de desenvolvimento local.» Os membros, em nome próprio e/ou a título de pessoais morais, decidiram «reunir as suas competências e os seus meios para consolidar as solidariedades activas à escala do território do *Haute Vallée de l'Aude* e para melhorar o impacto de uma economia mais solidária e de um modelo de desenvolvimento que respeita as pessoas e os recursos naturais» (artigo 2 dos estatutos).

O BASE Sud Audois não é um operador de criação de actividades. Muitos dos seus membros já o foram. Este tenta conseguir uma subida na generalidade, reunindo a experiência, o conhecimento, o saber fazer e as relações afim de acompanhar a evolução. Em alguns anos, o BASE Sud Audois obtém o apoio financeiro do Estado e o apoio político dos eleitos locais que delegaram ao BASE Sud Audois, por deliberação em 2002, a promoção da economia social e solidária no *Pays de la Haute Vallée de l'Aude*. Apesar das dificuldades na continuidade financeira, os seus membros prosseguem a sua acção de forma contínua, com medidas variáveis. Após o estudo demográfico em 2003, realizaram o primeiro anuário dos representantes e das iniciativas solidárias (117 fichas e um livro de 250 páginas) com um método rigoroso que define colectivamente «o que é a solidariedade territorial?» para valorizar as iniciativas significativas.

2007 – EMPENHAR-SE CONCRETAMENTE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM A ORGANIZAÇÃO DE UMA «FEIRA DE EXPERIÊNCIAS»

Nesta bacia de vida e de emprego «sinistrado», é preciso combater o derrotismo. «Ao fim de algum tempo, a diminuição dos financiamentos públicos arrisca privar os territórios do interior de diversas actividades caso as pessoas não saibam cuidar de si próprias. Manter vivo um lugar de trocas irá facilitar o conhecimento entre as pesso-

as, o desejo de projectos mais importantes do que os individuais» (Uma responsável da CAF). «Para travar a espiral negativa, é preciso renovar o ar», diz este eleito local de um pequeno município e da comunidade do município de Couiza. Aquando de uma reunião pública do BASE Sud Audois em 2005, ele propôs-nos levar a cabo uma «feira de experiências», com referência a um exemplo colombiano levado a cabo por pequenos produtores agrícolas que querem escapar à economia paralela da droga que ele observou, com apoio de fotos.

A ideia base é simples: O que é inovador na nossa terra e o que vale a pena ser partilhado com os outros? Baseando-se em dados provenientes do anuário, não seria possível reunir as pessoas que realizaram este projecto profissional, para que estas contem o seu percurso e mostrem a sua contribuição para o desenvolvimento deste território? O que aconteceu aos antigos funcionários da fábrica de calçado Myryst? Como é que alguns licenciados de Formica conseguiram criar uma actividade independente? Como é que as pessoas acompanhadas pelo ESPERE (*ESpAcE Ruralité Emploi* – Espaço Ruralidade Emprego) se saem ao instalar uma microempresa?

Não se trata de um fórum onde se confrontam ideias, mas sim de uma troca de informações práticas e de uma convivência. Pessoas ou estruturas partilham as suas experiências, apresentam as suas produções ou os seus serviços (sem o objectivo de vender). Cada um dispõe de um *stand* personalizado para acolher o público interessado. As experiências concretas do *Haute Vallée de l'Aude* e os seus transmissores são a estrela. Nada melhor do que o testemunho dos que habitam lá, que aí trabalham e que são voluntários para testemunhar, a fim de responder às questões dos outros, que gostariam de tentar, mas que talvez não ousem fazê-lo. Alguns convites externos à HVA foram lançados para alargar o painel das potencialidades úteis a conhecer. Espera-se a participação de membros da Associação Nacional «Pactes Locaux – Pactos Locais», como aquando das anteriores apresentações públicas, para partilhar o que foi adquirido e receber em troca as observações transmitidas por «um olhar benévolo e crítico», para servir sucessivamente e para a entreaajuda mútua do aumento da nossa criatividade como representantes do território, visto ser essa a nossa função e o nosso projecto. ☘

A continuar no próximo número.

Martine Theveniaut
Historiadora Contemporânea

Presidente do BASE Sud Audois

Membro fundador da Associação Nacional «Pactes Locaux»



ANA ALVIM

Reflexões sobre Práticas e Teorias de Desenvolvimento Local

A importância da abordagem local na definição e aplicação das políticas, sociais e económicas.

Todas as ideologias são boas! Regra geral e salvo casos unanimemente condenáveis, nenhuma ensina que se deve matar o próximo!

Os “aplicadores” ou seja, as pessoas que delas se servem para atingir os seus fins, esses, como dizia um filósofo alemão de quem já não lembro o nome, – são carne para chouriços!

Esta pequena citação pode servir de introdução provocatória do interesse pelo tema em questão, que é o da incontornável importância da dimensão LOCAL na evolução da construção de todas as novas teorias sócio políticas do Desenvolvimento.

Nos últimos anos, em particular nos últimos cinco, investigadores e políticos activistas das mais diversas áreas, vêm dinamizando movimentos de opinião e organizando eventos cada vez mais importantes pelo número de participantes e pela sua global mediatização, contra a GLOBALIZAÇÃO.

Porém, destes “FÓRUNS” começam a emergir, ainda que de forma titubeante e dispersa, pouco assumida, uma certa tendência para aquilo que me parece uma “fuga em frente”. Começam a ouvir-se vozes que defendem que a solução para os males provocados por esta globalização neoliberal está no reforço e “purificação” dos organismos da Governação Mundial. Pessoas que começam a querer combater esta globalização com outra globalização! Combater esta globalização com a tal ALTER-MUNDIALIZAÇÃO! Com o tão falado alter-mundialismo!

Esta tendência para reclamar (já) instituições de Governação Mundial, entenda-se bem, de GOVERNAÇÃO e não de COORDENAÇÃO, mete-me medo. Faz-me pensar que os meus descendentes podem

vir, tal como os meus pais no passado, a ter que viver na clandestinidade, privados da LIBERDADE essencial ao desenvolvimento de cada uma das pessoas, das suas comunidades e da Humanidade.

Imagine-se um “Governo Mundial” sustentado por uma força policial obedecendo a uma equipa com um chefe planetário... com juízes e políticos eleitos “democraticamente” por “cidadãos educados”, pelo pensamento único dos detentores de todos os *media*, que “desinteressadamente e para nosso bem” nos indicarão as escolhas a fazer!

Cenário catastrofista e exagerado dirão alguns... mas, pelos sinais do nosso tempo, não será este um cenário em fase de avançada implantação?

E, antes de embarcar nessa nova “secoup” da “altermundialização”, nesse novo cenário, não seria aconselhável e útil reflectir sobre o passado recente, sobre os cenários propostos às Sociedades Humanas durante o século XX?

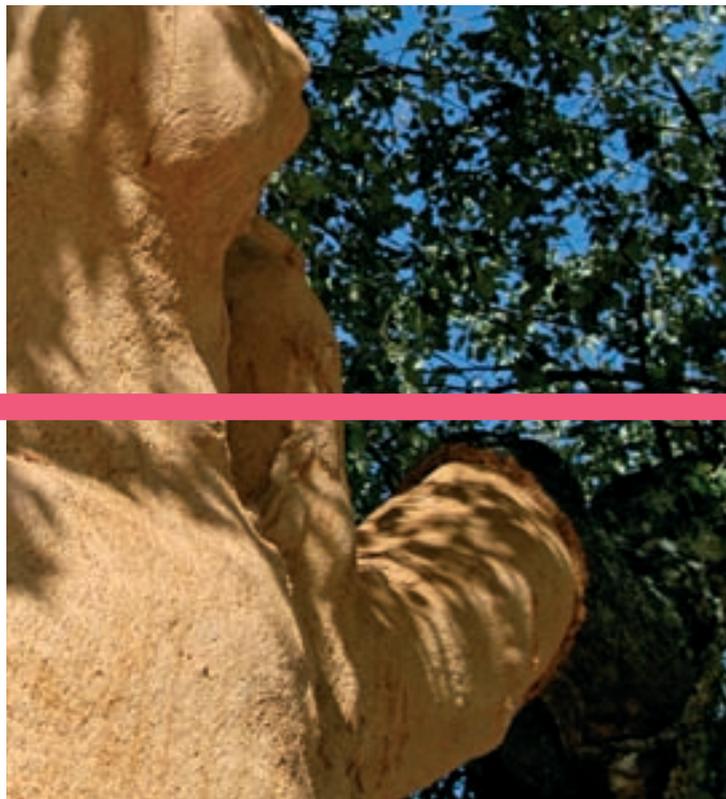
Será que a Humanidade está pronta para, mais uma vez, acreditar numa solução messiânica, fabricada por uns quantos para ser aplicada a todos?

Mais uma vez devemos acreditar numa solução única e mundial, mais uma vez devemos aderir e aceitar morrer por um qualquer sistema superior e infalível? Os governantes, todos os governantes, sempre quiseram e querem organizar as Sociedades Humanas de cima para baixo, do “Centro dos Poderes”, que são eles, para as periferias onde vivem ou subsistem os súbditos mais ou menos dependentes, segundo a democraticidade do sistema governativo em causa.

Nestas condições, “os de baixo” os que não fazem parte dos interstícios das redes de sustentação direc-



ANA ALVIM



ta dos poderes instituídos, nunca puderam realmente escolher a sua maneira de viver, sempre tiveram que obedecer a modelos impostos pelos diferentes centros supostamente garantes da coesão dos diferentes locais “de baixo”.

É minha convicção, aberta a toda a confrontação e evolução democrática, que somente as relações sociais trabalhadas, construídas, controladas e consolidadas pela coesão social permitida pela existência de organizações democráticas de nível comunitário, articuladas e solidariamente complementares de escala em escala, mas sempre sob controlo do nível inferior, constituem a “GRANDE ESTRADA” que nos pode levar ao renascer da esperança da Humanidade num futuro mais justo, mais equitativo e, coisa fundamental, em LIBERDADE.

Serão as relações de proximidade e o trabalho prático sobre o terreno de cada Comunidade, para criar a sua coesão e definir as áreas e níveis de cooperação com as outras Comunidades, que permitirão o exercício da pedagogia indispensável à evolução das consciências para a compreensão da necessidade da implantação duma economia socialmente solidária.

Hoje, bater-se pelas práticas democráticas de Desenvolvimento Local (territorializado, integrado e sustentável) significa bater-se por:

- Uma economia socialmente solidária;
- Todas as medidas favoráveis à auto-organização das pessoas nos seus territórios de pertença e ou de vida.

Os denominados “pactos locais” de verdadeira origem local (à francesa), parcerias de grande representatividade local; planos locais de acção concebidos e realizados sob co-responsabilização dos reais destinatários (planeamento participado à brasileira), etc., são pistas de práticas a aperfeiçoar e generalizar para que seja possível ir invertendo as relações entre os “centros” e as “periferias”.

Em todas as novas frentes de luta social e política; pela economia socialmente solidária como pela conservação da natureza e do ambiente; na luta contra a pobreza como nos combates contra as desigualdades e exclusões; contra os terrorismos e violências de toda a ordem como contra todas as injustiças sociais e crimes contra a Humanidade; na luta pela PAZ como na defesa da LIBERDADE... Em tudo isto, a importância da reafirmação do exercício da cidadania, que as relações de nível local propiciam e potencializam, é uma questão decisiva para a evolução das Sociedades Humanas, em Paz e Liberdade. ☸

Assunção Pedrosa

ADRACES



Seminário Internacional – revalorização dos velhos da Raia

Um amplo espaço de debate, de partilha de conhecimentos e de experiências vividas em Portugal e na Europa com o objectivo de extrair soluções inovadoras na potenciação dos velhos rurais como agentes de desenvolvimento das suas terras. Este foi o mote do Seminário Internacional “O envelhecimento das populações rurais e o desenvolvimento dos seus territórios”, promovido pela ADRACES, que reuniu nos passados dias 25, 26 e 27 de Maio um leque de especialistas e representantes de instituições interessadas na temática.

Com a criação de grupos de discussão, o Seminário Internacional foi pródico no germinar de novas ideias e propostas para uma revitalização social e territorial da BIS. Além disso, os diversos intervenientes demonstraram a sua disponibilidade para uma participação mais activa e cooperadora no processo, destacando que a ADRACES deve ter a responsabilidade de assegurar a sua continuidade.

Dedicando a atenção que esta temática merece, a ADRACES encontra-se, neste momento, debruçada sobre a organização das conclusões retiradas do Seminário. No próximo número da VIVER, apresentaremos de uma forma mais detalhada as conclusões deste trabalho. ✿

O Director da ADRACES na Assembleia da República

Inserido na comemoração do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação e tendo como mote “Desertificação e Desenvolvimento Rural - Combater a Desertificação a partir do Parlamento”, a Assembleia da República foi palco, entre os dias 31 de Maio e 22 de Junho, de um conjunto de iniciativas que tiveram como objectivo reflectir e debater a problemática da Desertificação. Esta iniciativa contou com participação da ADRACES no Seminário “Combater a Desertificação com sucesso”, a qual foi convidada a apresentar a metodologia LEADER enquanto instrumento de combate à desertificação.

No Seminário, no qual estiveram presentes o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Jaime Silva, deputados dos vários círculos eleitorais, representantes de associações e ONG’s e a sociedade civil, António Realinho, enquanto representante da ADRACES, pautou a sua intervenção alertando para

as mais-valias de inscrever a metodologia LEADER e os seus princípios nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Na sua opinião, a grande virtualidade desta Iniciativa é a de permitir, ao contrário de outros programas sectoriais, abordagens horizontalmente integradas, com forte participação dos actores locais e implementadas e coordenadas numa base territorial concreta, tendo em conta as características e especificidades do território.

Nesta lógica de intervenção, o Director da ADRACES defendeu que as estratégias de desenvolvimento rural deverão centrar-se na promoção da atractividade das zonas rurais através do desenvolvimento económico e da criação de oportunidades de emprego, numa estratégia integrada de diversificação das actividades, acompanhada da aquisição de capacidades das populações locais. ☼



ADRACES

1^{as} Jornadas de Reflexão sobre a Desertificação

Assumindo que o combate à desertificação humana passa por uma dinâmica de desenvolvimento assente na diversificação de actividades, na qualificação dos recursos humanos, no equilíbrio e valorização das potencialidades e dos recursos locais, a ADRACES, enquanto associação com responsabilidades na promoção de iniciativas potenciadoras do desenvolvimento regional, participou na organização das 1^{as} Jornadas de Reflexão sobre a Desertificação, que tiveram lugar em Louriçal do Campo, nos dias 18 e 19 de Maio de 2006.

A realização destas Jornadas surgiu no âmbito dos projectos: “Trilhos - Desenvolvimento Local Integrado”, levado a cabo pela ADRACES e financiado pelo POEFDS, e “Património e Ambiente uma Escola Mais Envolvente”, projecto desenvolvido pelo Agru-

pamento de Escola de São Vicente da Beira que visa, essencialmente, a sensibilização das crianças para a preservação e conservação dos valores tradicionais e recursos naturais locais.

Com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco e da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, a realização deste evento permitiu reunir, em meio rural, um grupo significativo de pessoas e entidades que desenvolvem trabalho diário na área da investigação e trabalho efectivo de campo, favorecendo a discussão e o debate colectivo, de forma a encontrarem-se novas estratégias de combate e potenciando as boas práticas desenvolvidas e, também, criando e formando mentalidades abertas e sensibilizadas para a problemática da Desertificação. ☼

Contextualizando: No primeiro número da VIVER referenciámos as origens e percurso global da Instituição, os nossos desafios presentes e futuros, as nossas determinações e ambições de hoje e de amanhã... A partir deste número, vamos especificar e materializar as Veredas que vamos trilhando para a dignificação das Vidas e de um território que pretendemos se torne cada vez mais competitivo, criativo e empreendedor.

Passado, um Presente para o Futuro



*“...a Colcha de Castelo Branco nunca esquece no seu desenho a capacidade criadora e recreadora do nosso Povo” – António Salva-
do (poeta, ensaísta e antologista)*

Hoje, com a vivência dentro do espaço da UE cada vez mais alargado e com as reservas que se vão levantando em torno da perda de soberania, emerge como factor inalienável da identidade de um país as suas especificidades culturais.

A valorização da cultura contribui para o despertar da cidadania e representa um conjunto de referências que simbolizam a diferença e a diversidade, diante de um mundo em que os parâmetros globais são referências de vida. Num cenário de procura crescente de produtos diferenciados e originais, o Artesanato surge como uma contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo e resgatando a identidade cultural das regiões. O Bordado de Castelo Branco transporta consigo uma forte carga histórica, cultural e patrimonial e é a imagem de marca identificativa do território, posicionando-se por isso como um dos eixos estratégicos de valorização e desenvolvimento da Região.

“Ex-libris” - Reconverter/Adaptar/ Certificar o Bordado de Castelo Branco: Da necessidade de uma estratégia de intervenção para a actividade

Considerando as premissas do desenvolvimento sustentável pretendido para o território, em que as formas de encarar o presente e pensar o futuro perspectivam o extravasar do âmbito meramente económico, importa preservar, valorizar e promover uma actividade representativa da identidade cultural da região e de considerável interesse em termos sociais e culturais. O Projecto “Ex-Libris”, centrado no conceito de reconversão da actividade do Bordado de Castelo Branco, assenta numa parceria fundadora

constituída por 4 entidades (ADRACES, Câmara Municipal de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Museu de Francisco Tavares Proença Júnior). Teve como ponto de partida o reconhecimento partilhado das mais valias do Bordado de Castelo Branco para o território, enquanto maior “Ex-libris” cultural e patrimonial da região, associado a uma necessidade de preservar e valorizar a actividade, garantindo o envolvimento de parceiros diversificados e com competências distintivas capazes de assegurar o cumprimento desses objectivos (metodologia de intervenção estratégica da Iniciativa Comunitária EQUAL – www.equal.pt – no âmbito da qual o projecto está a ser implementado).

Neste enquadramento, o “Ex-libris” está a desenvolver diversos produtos tangíveis:

- Procedimentos, normas e especificações técnicas do Bordado de Castelo Branco que possibilitem a certificação da qualidade da produção;
- Percursos Formativos adequados e adaptados que permitam a requalificação de activos, a formação contínua e a formação de novos activos;
- Software específico associado ao risco que permita tornar a actividade mais competitiva e mais atractiva para os jovens;
- Estudo territorial que defina as estratégias e mecanismos para a valorização do Bordado e da região.

Pretende-se percorrer o caminho da contraoposição do anonimato da globalização à necessidade de afirmação das singularidades como forma de reacção à uniformização e banalização, através do cruzamento da economia, do emprego e da cultura, com vista ao incremento de uma perspectiva de desenvolvimento integrado da actividade.

Dos Resultados

Os instrumentos que estão a ser criados pretendem preservar e perpetuar uma ar-

te artesanal secular ameaçada. Tal ameaça advém da banalização emergente de aplicações desprovidas de sentido estético e de total ausência de rigor pelas técnicas associadas, da deficiente qualificação de parte significativa das suas obreiras e da inexistência de procedimentos que regulem a actividade e a execução das produções.

O “Ex-Libris” pretende afirmar com eficácia o potencial de desenvolvimento que esta arte possui, associando-a à imagem de marca da região, não esquecendo os aspectos relacionados com a inovação, designadamente:

- Introdução das novas tecnologias no processo de produção;
- Promoção de novas formas de gestão, organização e condições de trabalho;
- Melhorar as qualificações das profissionais do sector;
- Estudar as tendências de mercado e respectiva adequação do produto.

A mobilização e sensibilização das entidades regionais e nacionais em redor do Bordado e o interesse despertado junto das Bordadeiras, enquanto partes integrantes do processo técnico do projecto, têm finalmente contribuído para a passagem de uma perspectiva imobilista para uma atitude pró-activa e expressiva de vontades comuns em benefício da actividade, da região e das especificidades e cultura locais. ❁

Paralelamente ao procedimento técnico, o Projecto “Ex-libris” tem lançado propostas inovadoras de aplicação do Bordado de Castelo Branco na sua forma mais tradicional, em suportes contemporâneos e inovadores. Foram apresentados, num desfile de repercussão nacional promovido pela ESART – Escola Superior de Artes, diversos coordenados executados num processo de criação conjunta entre Estilistas e Bordadeiras. O resultado foi beleza, identidade, ousadia e fortes aplausos.

8.ª Universidade Rural Europeia
para o Desenvolvimento Rural

“Diálogo Este/Oeste para o Futuro do Mundo Rural Europeu”

28 de Junho a 02 de Julho de 2006 em Mezötúr
Szolnok (Hungria)

ADRACES



Sobre a temática “Diálogo Este/Oeste para o Futuro do Mundo Rural Europeu”, desenvolveu-se a 8.ª Universidade Rural Europeia (URE), evento bienal promovido pela APURE - Associação para as Universidades Rurais Europeias que, em parceria com diversas instituições europeias, procura a troca e cruzamento de experiências entre “rurais” de toda a Europa.

A oitava sessão decorreu na Hungria e teve por objectivo contribuir para o fortalecimento do diálogo entre “rurais” do leste e do oeste europeus sobre o futuro do mundo rural. Em diálogo estiveram actores e investigadores da ruralidade da Hungria, Polónia, Eslováquia e Roménia (representando a Europa de Leste) e de Portugal, França, Itália, Bélgica, Reino Unido e Alemanha (Oeste Europeu). Estiveram ainda representantes da Associação para as Universidades Rurais do Oceano Índico – sediada na Ilha de Reunião e um representante da Associação para as Universidades Rurais do Quebeque (Canadá).

Os assuntos abordados, discutidos e sobre os quais se desenvolveram workshops temáticos e visitas a experiências locais de sucesso foram: “Energia de origem agrícola, fonte de energia alternativa, renovável e estratégica para o futuro do desenvolvimento rural”, “Possibilidades de utilização de técnicas e tecnologias agrícolas preservadoras/protectoras do meio ambiente”, “Situação das Mulheres nas famílias em meio rural” e “Valorização do património, das tradições e dos valores nas comunidades rurais”.

Das temáticas tratadas retiraram-se as seguintes conclusões:

Necessidade de realização de um forte apelo alargado a todos os poderes da UE, a todos os níveis, do local e nacional até à Comissão Europeia, para que todos facilitem e incentivem, em todos os Países e territórios, com coerência e visibilidade, a instalação de práticas de intervenção geridas, obedecendo aos princípios da subsidiariedade e das parcerias locais representativas, com a mais ampla autonomia e confiança nos grupos de acção de raiz local;

- Reafirmou-se a necessidade da existência duma **política europeia específica para os territórios rurais a inserir numa dinâmica partilhada e numa relação equilibrada entre pólos rurais e urbanos**. Uma política operacionalizada através dos diferentes fundos comunitários susceptíveis de intervir nos territórios rurais;
- Para que o trabalho iniciado nesta URE seja útil, é necessário intensificar os contactos e diversificar ao máximo os espaços e oportunidades de reencontro entre os “rurais” europeus, organizando pequenas reuniões e seminários de reflexão e troca de experiências que permitam a adopção comum de estratégias de acção para a defesa dos valores e princípios das Culturas Rurais Europeias.
- Foram estabelecidas novas relações, novas afinidades e novas amizades começaram a germinar no campo das relações futuras, regressando os participantes para os seus países e para as lutas quotidianas dos seus territórios, mais motivados e fortes. ☘

Semear as nossas sementes

ADRACES



Cuidar das sementes locais, guardar os nossos sabores, defender o nosso património genético vegetal...uma questão de soberania alimentar! Falar de soberania alimentar e de biodiversidade é... como se falássemos sobre aceitar ou não que uma meia dúzia de empresas mundiais se tornasse dona de todas as “sementes” da reprodução humana, esterilizando-nos como reprodutores, obrigando cada casal, para poder constituir a sua família, ou seja, “semear o seu quintal”, a comprar-lhes as sementes modificadas por essas empresas da biotecnologia, segundo as características anunciadas no catálogo, garantindo seres iguais à encomenda, mas sem o poder de se auto-reproduzirem!

O que se está passando com os vegetais é isso mesmo. As batatas, as cebolas, as maçãs, o centeio, o trigo e o milho que cultivávamos, os legumes das nossas hortas, já quase não são o resultado das sementes que os nossos pais e avós utilizavam, mas das sementes de “pacotinho” compradas para cada sementeira, vindas sabe-se lá de onde, dopadas para obedecer aos interesses dos “fabricantes”!

Em nome da necessidade de maiores produções por hectare para suprir a penúria de alimentos do pós-guerra, anos 40/60 do século passado, a ciência, a tecnologia e a indústria química, primeiro, proporcionaram a chamada “revolução verde” e os designados “20 gloriosos anos” durante os quais nasceram, cresceram e se tornaram senhores da fartura e da fome no mundo os actuais conglomerados empresariais agro-químicos e agro-alimentares, com poderes e interesses planetários.

Como sempre tem acontecido ao longo da evolução histórica das Sociedades Humanas, o domínio da ciência e da tecnologia gera, para quem o detém, oportunidades que dão origem a ambições de poder e riqueza sem limites, quase sempre justificadas e até justificáveis por sentimentos e objectivos que, embora parecendo socialmente justos a curto prazo, se revelam agressivos predadores da saúde e qualidade de vida das populações; tanto das que desfrutaram da “fartura”, como das que, apesar dessa fartura, continuam a morrer de fome!

A alta produtividade agrária, provocada pela incorporação química e pela híper mecanização das grandes áreas que a isso se prestavam, inundou os mercados e gerou excedentes colossais. Excedentes geradores de riqueza para quem os produz, e de miséria e fome para quem (a maior parte da população mundial), por falta de condições naturais, materiais ou tecnológicas, não pode produzir localmente em concorrência de preços com esses excedentes vindos de longe, liquidando dessa forma a agricultura local e empurrando milhões

de pequenos e médios agricultores para as cidades.

A química altamente sofisticada e eficaz, acabou por esterilizar milhões de hectares e envenenar rios e fontes, consequências das quais apenas estamos começando a aperceber-nos. A genética surge, aparentemente e sobretudo, para tentar diminuir o recurso às “grandes descobertas” do passado!

Diz-se que, para reduzir a utilização intensiva dos químicos; para “melhorar” a resistência das plantas às doenças (muitas delas novas e rapidamente mutantes pela acção dos próprios químicos), para criar novas plantas com maiores capacidades de adaptação aos mais diferentes solos e climas, para produzir plantas com sabores e formas originais que depois são mundialmente publicitados como melhores e únicos; plantas geneticamente limitadas a uma única germinação, utilizando tecnologias como a “Terminator” que visa impedir os agricultores de poder conservar e reutilizar as suas sementes obrigando-os a comprar novas sementes a cada sementeira; enfim, para desenvolver tecnologias e produtos que aumentem o controlo das empresas mundiais de biotecnologia sobre as sementes.

Conservar as nossas sementes locais, defender a biodiversidade e a soberania alimentar de cada país ou região, não significa ser contra a ciência, a investigação, a inovação. Significa, tão só, lutar contra as ambições monopolistas dos detentores das tecnologias para delas se servirem exclusivamente em proveito próprio, impondo a todos os pequenos agricultores do mundo o abandono das suas actividades e terras, com leis que servem apenas os seus interesses e os dos seus associados e cúmplices nos poderes políticos e legislativos a todos os níveis.

Esta é uma questão pouco debatida entre nós! Uma questão de importância decisiva para a defesa duma ruralidade capaz de continuar a ser porta-bandeira da nossa mais autêntica e genuína identidade. Uma ruralidade defensora dos nossos gostos, das diferenças pelas quais nos distinguimos dos outros e nos identificamos como Portugueses.

O nosso desenvolvimento RURAL necessita abraçar com maior conhecimento e decisão esta frente de acção. As Associações e grupos de desenvolvimento LOCAL em meio RURAL deveriam dar a esta questão uma renovada e mais intensa atenção. Para isso, conhecer o que se está fazendo lá por fora, no Mundo, na Europa e, sobretudo, na vizinha Espanha, é útil, esclarecedor e até bastante mobilizador. Pela nossa parte, contribuimos com este apelo e com as informações na página seguinte.

Projecto sobre Biodiversidade e agricultura ecológica entre territórios de Espanha e Alemanha, programa LEADER +.

Grupos de Acção Local de Espanha e Alemanha reuniram-se na Comarca Aragonesa de Grañem para iniciar a execução dum projecto comum sobre “ A biodiversidade e a agricultura ecológica”.

Segundo afirmaram os responsáveis, com este projecto pretende-se apoiar a conservação dos solos e da biodiversidade e a protecção do património natural dos territórios parceiros.

<http://www.elanuario.net/id/8576/noticia.asp>
Origem: Boletim “Cultivar Local”

Um Banco de Germoplasma, o que é?

O objectivo fundamental deste “Banco” é preservar as espécies endémicas dum determinado território ou região em perigo de extinção, mediante a recolha de sementes que são armazenadas numa câmara climatizada, composta por vários frigoríficos que

as mantém entre -5° e -20° centígrados, garantindo assim a conservação das mesmas. É o caso do Banco de germoplasma da Andaluzia que, segundo o seu director, possui uma diversificada colecção de sementes activas para intercâmbio, constituindo, em si mesma, um “Seguro de vida” para muitas das espécies endémicas da Andaluzia.

Neste sentido, que estamos fazendo, não só na BIS como na Beira Interior?

A sementeira de pastagens como cobertura vegetal para melhorar a cultura dos olivais ecológicos.

O objectivo fundamental deste sistema agrário é a obtenção de alimentos da máxima qualidade, respeitando o meio ambiente e incrementando a fertilidade da terra, mediante a optimização do uso dos recursos naturais, sem empregar produtos químicos de síntese.

Estudo a ser realizado pela Universidade de Jaen.
<http://www.agroprofesional.com>

Outras direcções úteis:

Benefit. para a rede portuguesa de sementes GALA:
www.gaia.org.pt

Rede Europeia para a conservação de sementes silvestres:
www.ensconet.com

Fundacion para a Biodiversidade:
www.fundacion-biodiversidade.es

Semons la diversité:
adap.bio@wanadoo.fr

International Seed Carnival and Farmers:
www.amritabhoomi.org

Benefits of grain legumes for European Agriculture and environment:
www.grainlegumes.com

Rede Andaluza de sementes:
info@redandaluzadesemillas.org
www.redandaluzadesemillas.org

Rede de sementes: “Ressemeando e Trocando”
www.agrariamansa.org

Terminar com a “Terminator”
<http://pt.banterminator.org/contact>

ESPLAR: www.esplar.org.br
esplar@esplar.org.br · SKYPE: [esplar](https://www.skype.com/en/contacts/esplar)

Comissão Pastoral da Terra
Secretaria Nacional:
comunicacao@cptnacional.org.br
[www.cptnac.com.br/](http://www.cptnac.com.br/?system=news&cid=87)
[?system=news&cid=87](http://www.cptnac.com.br/?system=news&cid=87)

5º FÓRUM POR UM MUNDO RURAL VIVO CONSTRUIR DESDE O LOCAL A SOBERANIA ALIMENTAR

22, 23, 24 de Setembro de 2006 · Amayuelas de Abajo (Palencia – Espanha)
Organização: Plataforma Rural e seus aliados nacionais e internacionais

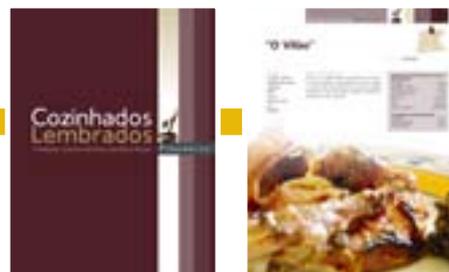
Para informações complementares e inscrições:

Secretaria técnica do Forum: Telef. 00.34.979 15 42 19 Fax: 00.34.979 15 40 22 · Email: plataforma-rural@cdrtcampos.es

4º CONGRESSO Latino-Americano. Agro-florestal, desenvolvimento pecuário sustentável e segurança alimentar.

24 a 27 Outubro 2006 · La Habana – Cuba.

Informações: jesus.suarez@indio.atenas.inf.cu



Cozinhados Lembrados

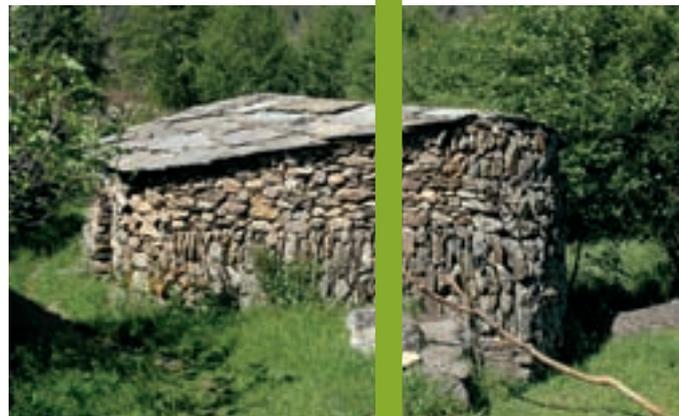
Tradições Gastronómicas da Beira Baixa – Penamacor

Iniciativa promovida pelo Pólo Raiano da ADRACES (Penamacor), a partir de uma das temáticas abordadas por um Grupo de Mulheres que se reúnem amiúde em Tertúlia, onde discutem e analisam temas actuais e de interesse para as próprias. Esta publicação distingue-se pela forma harmoniosa e inovadora como congrega a gastronomia e as suas componentes cultural e científica, contribuindo não só para a recuperação e preservação de receitas antigas e suas tradições, como promove o consumo de pratos ligados a hábitos alimentares saudáveis.

A sua leitura concede ainda o privilégio da revisitação das raízes socioeconómicas e culturais das comunidades rurais em geral e, do Concelho de Penamacor em particular.

Conheça os Saberes desta Região e deleite-se com os seus Sabores! 🌿

ADRACES



Rasgar a interioridade

1. Passo a Passo. Aqui estamos a cumprir o caminhar da nossa revista: VIVER - Vidas e Veredas da Raia. Uma palavra de reconfortante estímulo à equipa da ADRACES, pelo primeiro número: forte, directo e preciso. Um contributo ímpar, a levantar com dignidade a bandeira dos **Velhos da Raia**, como protagonistas do viver do seu e nosso território. Fiéis depositários de saberes e afectos, valores e conhecimentos, são fundamentais na aliança fecunda entre o passado e o presente de modo a que se possa construir um futuro com alma. Um futuro que afirme os valores da nossa terra e das suas gentes, valorize e aproveite as potencialidades do desenvolvimento local.

É passo a passo que se constrói o caminho e são os jovens o tema central deste segundo número. Os jovens da Raia, a quem não tem restado outro caminho nas últimas décadas, a não ser de reagirem com os pés (indo-se embora para outras paragens), já que os responsáveis económicos e políticos não têm sabido nem querido reagir com a cabeça, através de políticas e de estratégias adequadas.

2. O Enquadramento. No número anterior, sob o título: A Emoção em Palavras Justas, ao reflectir sobre as identidades locais, a valorização do território como factor integrador das vertentes produtiva, demográfica e etnográfica - recusei alimentar a ideia de crise e de pessimismo. Não se trata

de sermos os coitadinhos do interior e da raia. Importa assumir a interioridade sem complexos, quebrando o sentimento de periferia e a marginalidade produtiva do nosso território e das nossas gentes. A nossa história, tradições e tecnologias humanizadas são as fontes da nossa auto-estima. Nela se fundam as nossas raízes e as potencialidades da nossa terra.

É verdade que o processo de asfixia da base produtiva do mundo rural inerente ao despovoamento e ao fenómeno da desertificação está aí cada vez mais evidente. É cada vez mais necessário e urgente assumirmos e praticarmos um grito de alma, mobilizar as consciências e responsabilizar os decisores políticos e económicos, já que está em causa o equilíbrio de toda a sociedade, em que as comunidades urbanas e rurais podem e devem completar-se e interagirem. É necessário mobilizar os meios e os instrumentos adequados, enquanto existe população com os saberes, as tradições e as tecnologias que nos caracterizam e diferenciam pela positiva e constituem marcas autênticas de identidade e cultura próprias.

3. A Mudança de Mentalidade. Ao longo da segunda metade do século passado, a par do progresso tecnológico e do crescimento das cidades parecia que o desenvolvimento estava garantido nas sociedades urbanas e o atraso nos campos. Parecia que as cidades

estavam cheias de oportunidades ilimitadas, abertas ao conhecimento e ao progresso, enquanto o mundo rural se afundava na ignorância, parado no tempo. Parecia que o homem da cidade desfrutava de mais liberdade, era instruído e culto. O futuro parecia pertencer às sociedades urbanas, enquanto nos campos as pequenas aldeias e vilas estavam fechadas no passado.

Parecia, caros leitores! E até interessava ao pensamento e atitude política e cultural dominante e é isso mesmo que ainda hoje pensa uma certa elite urbana bem instalada no grande comércio, na indústria e na alta finança, bem como as castas partidárias sentadas e acomodadas à farta mesa do Orçamento Geral do Estado, numa auto-sustentada rotatividade entre os principais Partidos. Parecia, mas já não é, ou é cada vez menos! Nem as grandes cidades e concentrações urbanas são o paraíso do desenvolvimento - aí está a violência e a insegurança, o desemprego crescente, a confusão dos transportes com a ruptura das acessibilidades aos grandes centros, o individualismo e a competição selvagem, as rupturas familiares, a educação nas ruas e na noite violenta, o salve-se quem puder, os dormitórios por vezes em casas de cara lavada por fora, mas cheias de droga, doenças e solidão por dentro! Por outro lado, nem as pessoas do campo são as mais ignorantes e tanchas de outrora já que romperam com a



miséria, conheceram e conquistaram novos horizontes e direitos. As acessibilidades, as infra-estruturas e equipamentos sociais e culturais salpicam por toda a parte o mundo rural, fruto da Administração Autárquica democrática. As condições de vida, quanto ao usufruto de paz, sossego, ar puro e águas cristalinas, ao usufruto de bens culturais, serviços de saúde e de educação, são já uma realidade positiva no mundo rural. As auto-estradas da informação, com os computadores e outros suportes digitais cada vez mais generalizados, anulam a rígida e imposta centralidade dos grandes centros e permitem rasgar a marginalidade da periferia. Há **repulsão**, factores negativos de perturbação nas grandes concentrações urbanas e há **atração**, factores positivos estimulantes de viabilidade do interior, como sejam: a matriz solidária do homem rural, a fidalguia rural no receber e no partilhar, os saberes e os sabores únicos.

E o tempo, o tempo natural para os afectos, a participação numa efectiva cidadania de proximidade. Tempo para o silêncio, para a sinfonia do silêncio pontuado pelo recorte da luminosa alegria dos pássaros e o sentimento de partilha de liberdade com a natureza, em saudáveis bebedeiras de cores, cheiros e sabores!

4. O Empreendedorismo. Tendo como referência os **factores de enquadramento** e o movimento de **mudança de mentalidade** atrás referidos, ser jovem e, sobretudo, jovem empresário no interior e no mundo rural, não sendo fácil, já não é estigma de inferioridade! Há bastantes casos que carecem de ampla divulgação e reflexão para exercerem o natural efeito de demonstração e rasgar janelas de oportunidades no nosso território.

Mas, há o mercado, a falta de mercado e as imposições de modas e caprichos do mercado que representam tantas vezes obstáculos intransponíveis à iniciativa e esforço individuais e isolados. Mas, há também as instituições, as organizações de carácter associativo, as Autarquias Locais e os Departamentos especializados da Administração Pública. Será que funcionam bem e em rede? É, exactamente no seu funcionamento em rede, sendo complementares, que reside um dos saltos qualitativos mais decisivos. É, também, fundamental a alteração do perfil dos investimentos das Autarquias Locais - das infra-estruturas e do betão para o apoio aos investidores locais e que aproveitem os produtos e saberes locais. Seja premiando directamente projectos válidos, seja criando condições físicas e/ou organizativas que viabilizem tais projectos.

5. Uma Proposta. A auto-estrada, A23, tem de se constituir num agente estruturante do desenvolvimento local e regional. O atravessamento rápido de um território de baixa densidade e pobre como o nosso interior gera efeitos positivos mas, também negativos. Para que os negativos se não sobreponham, tem que ser acautelada a sua inserção numa estratégia de desenvolvimento. De facto, chega-se ou passa-se por cá mais depressa mas, também, facilita a saída! O chamado “efeito de túnel”, passando-se por cá a grande velocidade mas sem se ficar, não é positivo. Assim, é necessária uma atitude voluntarista, activa e empenhada, que conduza à constituição de parcerias entre o poder local, a hotelaria, a restauração, o comércio e o artesanato – visando valorizar a economia local, criar emprego e fixar jovens.

Trata-se de um eixo de modernidade que pode e deve impulsionar os mercados lo-

cais, pela divulgação e escoamento dos nossos produtos e bens culturais. Não serão as **áreas de serviço** da auto-estrada, montras privilegiadas para a divulgação dos produtos, do património, das actividades culturais e eventos locais, através de folhetos, mapas e roteiros, exposição e venda com animação cultural em quiosques típicos de arquitectura e materiais representativos da região? Em um conjunto de placares verdadeiramente informativos e apelativos à visita das nossas terras? Não foram tais pontos de divulgação e venda previstos no planeamento das áreas de serviço, mas podem ser implementados e, desejavelmente, em rede que incluisse as estruturas hoteleiras, de restauração, bem como os agentes produtivos dos produtos culturais genuínos. Poderão, deste modo, surgir novas oportunidades para jovens empreendedores que venham a fazer a ligação entre a produção tradicional e genuína e os pontos de divulgação e venda.

É absolutamente inaceitável que as auto-estradas, sobretudo as gratuitas para os utilizadores e pagas ao longo de muitos anos por recursos financeiros do Estado, tenham nas áreas de serviço estruturas comerciais iguais em todo o país, planeadas lá nos gabinetes centrais, de costas voltadas para os territórios concretos que têm características diferentes. É a ligeireza e até mesmo incompetência social e política de tratar da mesma forma territórios diferentes, terras e gentes diferentes! É o planeamento cego da massificação e a rasoira nas identidades locais. Tais tecnocratas, divorciados do país real, actuam desta maneira e nós, calamo-nos? Ficamos bloqueados? E os nossos representantes políticos locais e centrais, também permanecem bloqueados? Até quando? ☼

Atirando pedrinhas na poça

(umas pequeninas outras grandes, umas sérias, outras brincalhonas)

Por: Abel Cuncas



ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / ISTO É

Despovoamento

Conversa escutada à porta da Padaria da Aldeia às 7,15 da manhã

Ai comadre...isto é uma tristeza, ando tão descorçoada...tão descorçoada, inté na me apetece comer!

- Que foi mulher... nã me assustes, tiveste más notícias?
- Lá isso não...o meu Jorge passou cá ontem... graças a deus tão todos de boa saúde.
- Deu-te alguma coisa ruim?
- Nã mulher... nã é nada disso, olha... se queres saber é por causa das conversas do Jorge. Parece que o patrão ofereceu uma semana de férias a ele e aos colegas numas praias do estrangeiro, nem me perguntes onde ficam, só sei que eram praí numa terra para onde o Salazar mandava os políticos que não gostavam dele, vê lá tu, ainda diziam mal do homem! Bem, mas o que me deixou mesmo triste foi o que ele me contou, nem queiras saber, diz o Jorge que lá nessa terra as mulheres andam sempre cheias, (assim mesmo... que deus me perdoe) cada uma tem mais de meia dúzia de filhos, que as crianças parecem formigas pelos carreiros daqueles montes..., e nós, mulher? Há mais de um mês que não vejo uma criança cá na aldeia, inté parece que já estamos no outro mundo!
- Lá isso é mulher, tens toda a razão, já nem me alembra dum baptizado...vê lá tu!
- O meu Jorge diz que o Presidente vai mandar vir mulheres dessa terra para ver se começa a haver gente aqui por estas bandas... Eu cá por mim acho bem!
- Oh comadre... isso é que não..., lá está bossemecê a modos que a fugir com o rabo à seringa, salvo seja! Temos que assumir as nossas responsabilidades, olhe que estes políticos fazem as coisas sempre ao contrário, mas atão nã está a ver...eles têm que mandar vir é os homens de lá. Homens...mesmo que sejam padres, gente com força para amanhar esses campos abandonados e dar consolo à gente, olhe que viúvas e enjeitadas como nós, há por aí muitas... muitas comadre! Anime-se mulher! ☼



ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / ISTO É

Auto-crítica

- Santas noites, Ti Joaquim! Atão ainda nas leituras! Desta vez é que fica doutor de tanto ler... Há uma semana que cada vez que passo o vejo aí sentado, vai ter de comprar óculos.
- (Três meses depois...)
- Éh... Ti Joaquim... alevante-se homem, que já estamos quase no Inverno e você aí agarrado às leituras!
- (Seis meses depois...)
- Venham ajudar, ninguém se dá conta que o Ti Joaquim está quase no fim...?!
- Alto lá....agradeço a sua preocupação, mas ainda falta muito para chegar ao fim, deixem-me descansado!
- Mas... Ti Joaquim, ganhe juízo homem, que raio de leitura é essa que lhe interessa tanto e nunca mais acaba?
- Então não está a ver...ainda falta muito, ainda não acabei de ver as fotografias...gosto muito, agora posso dizer que tenho um objectivo na vida, uma razão para viver pelo menos mais uns dez anos...hei-de acabar de ler isto tudo antes de morrer!
- Mas, por Deus, o que é que demora tanto tempo a ler?
- Há, então ainda não sabe.... é um granda livro... sobre nós todos, chama-se OS VELHOS DA RAIÁ e o seu VIVER pelas veredas das nossas vidas. É bonito.
- Está bem, mas abrigue-se, vá para ao pé da lareira, senão ainda morre antes de acabar de ler! ☼



director: **António Realinho**
publicação trimestral
distribuição gratuita


viver

Nesta edição destaca-se:



tem a palavra

Entrevista com o Presidente da Câmara de Castelo Branco

“Aqui a estratégia é a de fortalecer cada vez mais a Cidade de Castelo Branco que é a grande fornecedora de trabalho desta região, é aqui que se criam cada vez mais postos de trabalho, é aqui que os empresários investem cada vez mais”

04



grande tema

A Juventude da BIS

Arbitrariamente, como quem vai à caça (salvo seja), lá fomos descobrindo, pelas “Veredas” da Raia, “Vidas” Jovens, com histórias exemplares, dignas de serem divulgadas, não porque sejam excepcionais, mas por serem símbolos indiciadores de algumas esperanças em evitar o despovoamento absoluto e a subsequente desertificação das Vilas e Aldeias da Beira Interior Sul (BIS).”

09



inovadores e pioneiros

Vila de Rei... Um episódio banal excessivamente mediatizado, ou, uma estratégia pioneira de desenvolvimento local em meio rural despovoado ?

Não há territórios pobres, o que há, são territórios com ou sem capacidade para definir estratégias e projectos a médio e longo prazo.

32